



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**RENATA CRISTINA FAÇANHA DE MENESES**  
**LINHA DE PESQUISA 3: Processos psicossociais e vulnerabilidades sociais**

**VIVÊNCIAS DE GÊNERO E POBREZA DE BENEFICIÁRIAS**  
**EXCLUÍDAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

**FORTALEZA**

**2021**

RENATA CRISTINA FAÇANHA DE MENESES

VIVÊNCIAS DE GÊNERO E POBREZA DE BENEFICIÁRIAS EXCLUÍDAS DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Verônica Morais Ximenes.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

F123v Façanha de Meneses, Renata Cristina.  
VIVÊNCIAS DE GÊNERO E POBREZA DE BENEFICIÁRIAS EXCLUÍDAS DO PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA / Renata Cristina Façanha de Meneses. – 2021.  
168 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Profa. Dra. Verônica Morais Ximeneses.

1. Mulheres. 2. Família. 3. Programa Bolsa Família. 4. Exclusão social. 5. Pobreza. I. Título.

CDD 150

---

RENATA CRISTINA FAÇANHA DE MENESES

VIVÊNCIAS DE GÊNERO E POBREZA DE BENEFICIÁRIAS EXCLUÍDAS DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Verônica Morais Ximenes.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra Verônica Morais Ximenes (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

---

Prof. Dra Cândida Maria Bezerra Dantas  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Em memória de meu querido pai

## AGRADECIMENTOS

Essa escrita é resultado de um processo longo que se confunde com o meu próprio contato com a Psicologia, então, inicialmente, preciso agradecer ao curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Ceará e especialmente às duas professoras fundadoras, Alessandra Silva Xavier e Ana Ignez Belém Lima, por terem me dado todo o suporte para que eu me engajasse e amasse a psicologia com a amizade, orientações e experiências de ensino e pesquisa desde o meu primeiro mês na graduação até o dia da minha formatura. Vocês até hoje são um grande exemplo de profissionais competentes e sensíveis a quem eu tenho profunda admiração e carinho.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio que me permitiu segurança de renda durante a pandemia para que eu pudesse escrever com todo afinho e dedicação que uma pós-graduação merece, e à Universidade Federal do Ceará por fornecer ensino público, gratuito e de qualidade. Viva à Universidade Pública e todo conhecimento que ela produz! Aos professores participantes da banca examinadora, James Ferreira Moura Júnior e Cândida Maria Bezerra Dantas, por toda potência do conhecimento transmitido desde a qualificação.

Venho especialmente agradecer a minha querida professora Dra. Verônica de Moraes Ximenes. Quando a vi pela primeira vez durante a entrevista de seleção de mestrado, lembro nitidamente de estar extremamente nervosa até que a portinha se abriu junto com um grande sorriso, o que instantaneamente me deu tranquilidade. Vevé promoveu um ambiente cheio de empatia e ética para que eu pudesse me expressar e responder às perguntas de forma tranquila. Durante esses dois anos vem crescendo minha admiração e afeto por essa mulher, que tem me acolhido nessa casinha chamada NUCOM. Durante toda a pandemia, Vevé não largou a mão de ninguém, pelo contrário, manteve nossas mãos entrelaçadas em torno de ideais e projetos de pesquisa, unindo-nos em torno da luta contra as opressões e injustiças sociais e conseguindo acompanhar nosso tempo de dor e de esperança. Vevé me transmitiu conhecimento e me aproximou das pessoas em situação de rua. Obrigada por ter me permitido atuar na Teia do Cuidado e por me deixar contribuir na pesquisa com essa população tão vulnerável e incrivelmente resistente. Sem o seu apoio, essa dissertação não teria sido possível.

Também expresso minha gratidão e minhas saudades ao grupo do NUCOM, recheada por pessoas que desde o início me transmitiram sabedoria e me doaram amizade. Confesso que o NUCOM já é minha maior saudade. Já sinto falta de receber meu grupo

em casa para os dionisíacos, das chegadas e partidas, dos karaokês, das cervejinhas. Sinto falta até do que não vivi presencialmente, do corpo a corpo e dos abraços apertados. Sinto falta dos encontros das terças-feiras, dos almoços e dos cafezinhos, das almofadas daquela salinha tão amada, que está vazia desde que passamos a funcionar remotamente, mas que vai nos aconchegar em dias melhores. Meu maior agradecimento vai pra vida de vocês diante desse genocídio em massa da nossa população por negligência política. Grata por chegarem até aqui comigo.

A minha turma do mestrado também contribuiu com a minha escrita de forma ativa. Após apresentar meu projeto de pesquisa nos primeiros semestres era muito comum que colegas de turma passassem a me dar livros sobre o Programa Bolsa Família, me mandar artigos com temáticas afins, me repassar notícias interessantes, por isso, agradeço a vocês, colegas, por compartilhar comigo o interesse nesse tema. Quero agradecer nominalmente a minha “panelinha” de mestrado, Ailton, Demar, Rebeca, Laísa, Alexandra, Francineuda e Livinha, pelo suporte emocional à distância e pelo vínculo que mantivemos mesmo assim. Vocês tiveram um papel importante para que eu fortalecesse meus recursos emocionais pra que me mantivesse escrevendo durante esse longo isolamento social. Estou certa de que ainda estaremos juntos em outros carnavais.

Também sou grata às amigas da vida. Quero agradecer às queridas Priscila, Carol, Ivana, que conheci no ensino fundamental, vocês são sinônimo de casa, acolhimento e fazem parte de tudo isso que sou. Não tenho palavras para expressar o tamanho do meu apreço pela constância e pela amizade. Poder dividir esse processo com vocês me dá uma alegria inominável. Fernanda Maia Gurjão também merece um obrigada por muitos motivos, em primeiro lugar porque é uma grande irmã que a vida me deu e, por acaso, é também uma assistente social de mão cheia. Fernanda dividiu comigo muitos conhecimentos e tantas vivências potentes, moramos juntas em uma casa de apoio aos profissionais da assistência social no sertão do Ceará, onde trabalhamos por um ano. Foi lá minha primeira experiência profissional no CRAS. Depois fomos igualmente juntas pra residência no HUWV, partilhamos nosso estágio eletivo lado a lado, saudades de nossas aventuras na Lapa, inclusive! Por último, entramos ao mesmo tempo no mestrado: eu na UFC e ela na UERJ. Nesse período, Fernanda vem me apresentando importantes autores, como José Paulo Netto, Flávia Birolli e Federici, contribuindo com meu amadurecimento teórico. Obrigada por essa jornada, Fernanda.

À equipe do CRAS Jabuti, da qual me orgulho de fazer parte, agradeço por sempre apoiar minhas decisões e se alegrar com elas. Meu grupo de trabalho comemorou comigo minha entrada no mestrado, meu afastamento e meu retorno. A equipe sempre se

manteve aberta e disponível durante este processo de construção de conhecimento. Durante a pesquisa, as trabalhadoras me forneceram espaços e ferramentas para que eu pudesse construir um canal direto com as usuárias do serviço. Especialmente quero agradecer à coordenadora Valdilene Rodrigues pelo apoio incondicional e às técnicas do Bolsa Família, Marília e Joana, pelo suporte com informações essenciais pra construção desta discussão. Nos mantivemos unidas e fortes por todo esse tempo, mesmo diante de todas as adversidades que o SUS vem enfrentando cotidianamente durante esses anos, afinal, minhas amigas, nunca se esqueçam que “CRAS Jabuti somos nós”!

À minha família de coração enorme e que confia incondicionalmente em mim, ao meu irmão, aos meus primos e primas, às minhas tias e tios, sogra, sobrinhos, cunhada, cunhado, que carregam na veia o bom humor, a comida boa e o frescor dos bons encontros. Queria agradecer nominalmente a minha mãe, Naisa, à “madrinha” Rejane, e as minhas duas outras mães, Tia Miriam e Regina, por todo amor que me transmitem até hoje e a quem não vejo há mais de um ano durante o isolamento social por conta da pandemia da Covid-19. Que a vacinação em massa nos reconduza aos momentos maravilhosos que é estar com vocês em volta de uma mesa farta e com copos e corações cheios, ouvindo ao fundo nosso querido Laércio cantarolar Cartola enquanto toca em seu violão “*Ouçá-me bem, amor, preste atenção, o mundo é um moinho/Vai triturar teus sonhos, tão mesquinhos/Vai reduzir as ilusões a pó...*”. Vamos nos ver logo, família!

Por último quero agradecer ao meu companheiro, Daniel Welton Arruda Cabral, que me deu força e autoconfiança para enfrentar a seleção de mestrado na UFC e me ajudou a elaborar o escopo desse projeto. Em 2021, ambos estamos encerrando ciclos acadêmicos, lado a lado, em um companheirismo inestimável. Nestes anos intensos, tornamos a casinha nosso fórum permanente de discussão, de espaço de pesquisa, de produção de conhecimento, de lazer, de vida e de trabalho. Lemos juntos, discutimos temáticas de interesse mútuo, amadurecemos ideias em conjunto, pensamos a construção um do outro. Daniel, nessa existência pandêmica, sua presença tornou meus dias menos solitários e as dores minimamente elaboráveis. Você é inspirador, autêntico, ver sua força e resiliência me encoraja a achar sempre o melhor em mim. Nesse pequeno parágrafo, no domingo à noite em que escrevo enquanto te vejo planejar uma aula e ver o Adalberto, nosso gato, perseguir uma bola de papel, só queria que você soubesse da minha enorme gratidão por ter você ao meu lado, especialmente pela sua paciência durante as incertezas e angústias. Sua companhia tem sido um bálsamo para os dias mais cinzas. Obrigada.



“Basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”

Simone de Beauvoir, 2009, p. 29

## RESUMO

As discussões sobre gênero estão historicamente relacionadas à pobreza, entretanto, as políticas públicas tratam a temática a partir de uma perspectiva familista, posicionando as mulheres no lugar de gerenciamento doméstico, produzindo ambivalências e contradições. No caso do Programa Bolsa Família (PBF), voltado para a família em situação de pobreza, elege preferencialmente o membro do sexo feminino como beneficiária. A intersecção entre gênero e pobreza torna este estudo relevante na compreensão dos impactos do PBF na produção de subjetividades e de modos de vida. Historicamente, as mulheres vêm se encarregando das atividades de cuidado, que é um trabalho não remunerado, mas indispensável dentro das relações capitalistas de produção. Neste sentido, o PBF oferece oportunidades de ampliação de alternativas de existência, contudo sua exclusão em virtude do aumento da renda *per capita* pode retirar o benefício de mulheres, em cujas vidas persiste em contextos de pobreza, apontando para as fragilidades desta avaliação. A partir desta questão, apresentamos como pergunta de partida “como as mulheres excluídas do PBF percebem suas vidas a partir deste benefício?”. Tem-se, como objetivo geral, compreender as implicações psicossociais da pobreza em mulheres excluídas do PBF e, como objetivos específicos, analisar os efeitos do Programa Bolsa Família para as beneficiárias excluídas, apreender as estratégias de resistência à pobreza dessas mulheres e descrever os modos de vida das beneficiárias excluídas do Programa Bolsa Família a partir das categorias de gênero e de pobreza. Realizou-se uma pesquisa qualitativa com o recurso do diário de campo e das entrevistas com sete moradoras do Jabuti-Eusébio (Ceará), excluídas do PBF. O material foi submetido à análise de conteúdo na perspectiva de Bardin, mediada pelo auxílio do *software* Atlas Ti 9. Como resultados, identificou-se a vergonha, a humilhação e o estigma como implicações psicossociais da pobreza, que podem ser demarcadas pelo gênero, mas também encontramos o estreitamento de laços profundos de cooperação e solidariedade entre as mulheres. Entre os efeitos do PBF, elencamos o aumento da capacidade de consumo, o aumento do autovalor, a ampliação do poder decisório dentro da família e o prolongamento do exercício da maternidade. Questões como casamento infantil, violência intrafamiliar infantil, gravidez na adolescência e abandono escolar foram vivências associadas aos modos de vida. Os relacionamentos conjugais na vida adulta surgiram como temáticas complexas onde se manifestaram processos de superação de relacionamentos insatisfatórios, a escolha consciente e deliberada de estarem sozinhas, com nenhum ou vários parceiros ou mesmo

o desenvolvimento de uma relação de apoio financeiro e amizade após a separação, apresentando as relações afetivas como dispositivos de enfrentamento às adversidades cotidianas. No momento da pesquisa, persistiam conjunturas materiais, simbólicas e estruturais, que sustentam o ciclo da pobreza, como a dificuldade de se sentirem financeiramente contributivas, de obter renda própria relacionada a doenças incapacitantes, desemprego, ou responsabilização doméstica pelos cuidados cotidianos. Por isso, apontamos a importância da ampliação dos critérios de pobreza do PBF para que este benefício alcance demais pessoas em situações de pobreza multidimensionais, que se mantiveram após a exclusão deste benefício.

Palavras-chave: mulheres, família, Programa Bolsa Família, exclusão social, pobreza

## ABSTRACT

Discussions about gender are historically related to poverty; however, public policies address the issue from a familistic perspective, which places women in a position of domestic management, producing ambivalences and contradictions. In the case of the Bolsa Família Program (PBF), it is aimed at families living in poverty, preferentially electing the female member as the beneficiary. The intersection between gender and poverty makes this study relevant in understanding the impacts of the PBF on the production of subjectivities and ways of life. Historically, women have been in charge of caregiving activities, which is unpaid work, but indispensable within capitalist relations of production. In this sense, the PBF offers opportunities to expand the alternatives of existence, the exclusion from the increase in per capita income may withdraw the benefit from women in whose lives contexts of poverty persist, pointing to the weaknesses of this assessment. Based on this issue, we present as a starting question "how do women excluded from the PBF perceive their lives based on this benefit?" The general objective is to understand the psychosocial implications of poverty in women excluded from the PBF and, as specific objectives, to analyze the effects of the Bolsa Família Program for the excluded beneficiaries, to apprehend the resources for coping with poverty in excluded women, to describe the ways of life of the excluded Bolsa Família Program beneficiaries based on the categories gender and poverty. Qualitative research was carried out using field diaries and qualitative interviews with 7 women living in Jabuti-Eusébio, excluded from the PBF. The material was submitted to Content Analysis from the perspective of Bardin mediated by the help of the Atlas Ti 9 software. As results we identified shame, humiliation and stigma as psychosocial implications of poverty, which can be amplified by gender, but we also found the tightening of deep ties of cooperation and solidarity. Among the effects of the PBF we list the increase in consumption capacity, the increase in self-worth, the expansion of decision-making power within the family, and the extension of motherhood. Issues such as child marriage, child domestic violence, teenage pregnancy and school dropout were experiences associated with the ways of life. Married relationships in adulthood emerged as complex themes where processes of overcoming unsatisfactory relationships, the conscious and deliberate choice of being alone, with none or several partners, or even the development of a relationship of financial support and friendship after the separation were manifested, presenting affective relationships as coping devices. At the time of the research, material, symbolic, and structural conjunctures persisted that supports the cycle of poverty, such as the difficulty of feeling financially contributory, the difficulty of obtaining their own income was found to be related to disabling diseases, unemployment, or domestic responsibility for daily care. Therefore, we point to the importance of broadening the poverty criteria of the PBF so that this benefit reaches more people in multidimensional poverty situations, who remained after exclusion from this benefit.

**Keyword:** women, Bolsa Família Program, social exclusion

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Abordagem metodológica .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 As participantes e o local de pesquisa.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3 Processo de construção dos dados.....</b>	<b>40</b>
<b>2.4 Análise dos dados.....</b>	<b>45</b>
<b>2.5 Compromisso ético da pesquisa.....</b>	<b>47</b>
<b>3 POBREZA E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: RELAÇÕES POSSÍVEIS .</b>	<b>50</b>
<b>3.1 Programa Bolsa Família: concepção e abrangência.....</b>	<b>51</b>
<b>3.2 Políticas públicas e benefícios socioassistenciais no cotidiano de mulheres.....</b>	<b>62</b>
<b>3.3 Contextos de pobreza e políticas de transferência de renda.....</b>	<b>73</b>
<b>4. MODOS DE VIDA E ENFRENTAMENTOS DE MULHERES EXCLUÍDAS DO PBF EM CONTEXTOS DE POBREZA .....</b>	<b>95</b>
<b>4.1. Modos de vida e possibilidades de existência das mulheres em situação de pobreza .....</b>	<b>96</b>
<b>4.2 Aspectos psicossociais da pobreza nas mulheres: vida, trabalho e família .....</b>	<b>112</b>
<b>4.3. Efeitos simbólicos, impactos materiais e dinâmicas de exclusão no PBF .....</b>	<b>125</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>138</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Gênero e pobreza dentro da nossa cultura são categorias estruturantes da sociedade, principalmente a partir da consideração de que as mulheres vêm se encarregando historicamente das atividades de cuidado, que são não-remuneradas, invisíveis para o mercado, mas indispensáveis dentro das relações capitalistas de produção. Cuidar consome uma quantidade incontável de horas, onde não é possível férias, décimo terceiro, não há direitos trabalhistas, é um trabalho contínuo, extremamente relevante não apenas para o desenvolvimento humano, mas para a reprodução e expansão do capitalismo, mesmo não valorado por ele. Dessa forma, a atividade do cuidado promove a sobrevivência e a consolidação de laços de afeto e estima, mas também carrega estigmas e provoca sensação de esgotamento emocional e temporal que impede que as mulheres experimentem outras possibilidades de forma plena.

As mulheres em contextos de pobreza no capitalismo assumem lugares de pauperização, vulnerabilidade social e dependência financeira. O Programa Bolsa Família (PBF), enquanto programa de transferência condicionado de renda, é gerenciado preferencialmente por elas, possibilitando o acesso direto ao dinheiro e ao crédito, o que pode implicar mudanças nas produções de sentido e de subjetividades. Alguns estudos apontam a melhoria de renda e de qualidade de vida das famílias, Santos et al. (2014), a partir da análise quali-quantitativa de 50 beneficiários percebe como resultado de sua inserção no PBF o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida da sua família, mesmo assim, observou falhas na percepção de alguns objetivos do programa. Já Tebet (2018) apresentou a associação entre o aumento de independência da mulher, da posse do cartão e do controle do dinheiro (Tebet, 2012) possibilitando a quebra de padrões de violência (Rego, 2013).

A partir dessas considerações, esta pesquisa direciona-se ao estudo das histórias de vida de beneficiárias excluídas do PBF, sendo fruto de minhas inquietações na prática profissional. Primeiramente, é importante contextualizar o meu lugar de fala, o de mulher branca, de classe média, moradora da periferia de Fortaleza. Sempre assumi um posicionamento feminista intuitivo e prático, mas que vem ganhando consistência teórica à medida que esta dissertação se constrói. Há quatro anos trabalho no CRAS do Eusébio, mas, antes disso, já havia trabalhado um ano no CRAS do município de Cruz, há 250 km de Fortaleza. Apesar do CRAS também ser chamado de Casa das Famílias, notoriamente apenas os idosos, as crianças e as mulheres se apropriavam do espaço. Eram elas que

articulavam as demandas do grupo familiar, descreviam as vulnerabilidades mobilizadoras da procura e executavam os procedimentos necessários para a resolução de determinado problema, como levar documentações para requisitar auxílios, ir à escola, etc. Eram as mulheres que acompanhavam as crianças para as reuniões semanais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) infantil. Também oferecíamos grupos gestantes à comunidade. Apesar do convite ser estendido aos futuros pais, as grávidas chegavam sozinhas ou acompanhadas de outras mulheres e crianças sob a justificativa de que não havia com quem deixá-las.

À época, éramos orientadas a preencher um prontuário com os dados de cada família acompanhada. Durante a entrevista para preenchimento, existiam dois fenômenos muito marcantes e comuns quando as usuárias precisavam responder aos itens sobre ocupação e renda: o primeiro era a dificuldade de estimarem os rendimentos devido, sobretudo, à natureza intermitente das ocupações dos integrantes da família. Já o segundo fenômeno, que considerei relevante e que se relaciona diretamente ao primeiro, foi a falta de fontes de renda própria. Na estimativa dos ganhos familiares, apesar de sua extrema volatilidade, a renda per capita ainda se constitui como principal critério para classificar o público elegível para compor os grupos, ter acesso aos programas sociais e aos auxílios socioassistenciais. Se a renda é instável, a vivência da pobreza parecia pouco se modificar ao longo do tempo, compondo uma herança indesejável que passava de geração para geração.

As mesmas mulheres que dependiam de familiares para adquirir itens básicos à sobrevivência de si próprias assumiam o posto de principais responsáveis pelos cuidados e de protagonistas na reivindicação da garantia de direitos de todos os membros. Como exemplos cotidianos, eram elas que protestavam junto ao Conselho Tutelar quando a escola próxima de casa negava matrícula ao filho, que requisitavam auxílio funeral para o ente falecido, que iam se informar sobre solicitação do Benefício de Prestação Continuada para o marido acidentado, etc. As mulheres estavam à frente de todas as questões e defendiam interesses próprios, da família ampliada e comunidade. Também eram elas que ajudavam na divulgação dos nossos grupos para as vizinhas, denunciavam situações de vulnerabilidade em outras famílias, disponibilizavam espaços em varandas e quintais para os cursos que oferecíamos e nos vinculavam diretamente à comunidade, assumindo um papel estratégico na luta de transformação do cotidiano de pobreza tal como aqui compreendemos, a de privação de capacidades humanas.

Essa experiência me auxiliou a identificar a centralidade das mulheres nos papéis de cuidado e sua sobrecarga doméstica. Por isso, as equipes precisavam marcar as ações em horários estratégicos, oferecer pequenos lanches e tornar o espaço inclusivo para crianças de forma a não haver esvaziamento dos serviços, transformando o equipamento em espaço de pertencimento, encontro e socialização. Esses espaços grupais se encontravam suspensos desde março de 2020 até este momento, junho de 2021, quando ainda enfrentamos uma crise sanitária e política intensificada pela pandemia de alcance global do Coronavírus de alto poder de contágio, elevada letalidade e com cobertura de vacinação ainda incipiente.

Dessa forma, iniciamos e terminamos essa dissertação em meio a este ciclo histórico de perda e de sofrimento para nós todas. Neste período, o grupo pesquisado se caracterizou como de grande vulnerabilidade neste contexto, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS, 2020), o Coronavírus apresenta maior potencial de letalidade no que classifica como grupos de risco, quais sejam, hipertensos, diabéticos e idosos. Adicionalmente, o monitoramento epidemiológico evidenciou o caráter de maior letalidade viral no grupo de pessoas que moram em regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (CEARÁ, 2020b), onde há menor acesso a alimentos nutritivos, à água encanada e aos planos privados de saúde, com oferta de leitos próprios. Apesar da pandemia ter um forte componente biológico, este vírus não atinge todos igualmente: quanto maior a pobreza, maior a capacidade de morrer desta doença. O contexto de recomendação de isolamento social e de aumento do desemprego também aumentou o número de denúncias sobre violências contra a mulher.

Essa informação reforça a importância da discussão sobre a pobreza enquanto um fenômeno complexo, vivenciado de diferentes formas e que se comprova nesta pesquisa que não está apenas relacionada a ter pouca renda, mas de ter maior probabilidade de ir a óbito por mortes evitáveis, ter menores seguranças protetoras e ter menor possibilidade de sobreviver diante das intempéries. Especialmente, as desigualdades sociais ancoradas nos problemas de gênero produzem tessituras próprias nas relações entre aqueles que têm mais e os que têm menos. As mulheres carregam um sofrimento interseccionado a sua cor, classe e território, por isso, sofrem com a violência de classe, os feminicídios, a dupla ou tripla jornada de trabalho, a limitação dos direitos reprodutivos, do abandono parental e do genocídio da população negra. Apesar da temática identitária da negritude não ter surgido durante as entrevistas, foi notório que grande parte das entrevistadas e dos familiares que estavam na casa no momento da entrevista se constituíram de homens e



mulheres negras. Essas observações são compatíveis com dados da literatura, de acordo com o IPEA (2011, p 25), em

70% dos domicílios que recebiam Bolsa Família eram chefiados por negros/as. Ou seja, tanto os dados da assistência social, quanto os da previdência contribuem para dar visibilidade a uma realidade de discriminações por sexo e raça que reforçam a necessidade de adoção de medidas que visem à valorização e promoção de igualdade de gênero e raça nas políticas pública

Desde que me formei, sempre trabalhei com comunidades em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, meu tema só se consolidou durante o período em que estive no CRAS do Eusébio, quando busquei o Mestrado sob orientação da professora Verônica Morais Ximenes, dentro do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da UFC, espaço de produção de saber que vem me permitindo amadurecimento teórico partindo dos meus questionamentos práticos. Foi a partir das orientações de pesquisa e das vivências no NUCOM que passei a complexificar minhas concepções sobre a pobreza e suas implicações psicossociais, discussões que serão articuladas nesta pesquisa.

Dessa forma, iremos nos ancorar nos estudos de pensadoras feministas, como bell hooks (2019; 2021), Flávia Biroli (2018), Ângela Davis (2016), Sílvia Federici (2019; 2017), Nancy Fraser (2015; 2019), Heleieth Saffioti (1994) e nas Abordagens das Capacitações (AC), fundamentada em Amartya Sen (2010) e Martha Nussbaum (2010), que saem da perspectiva avaliativa da pobreza apenas como insuficiência de renda para analisar o fenômeno a partir de um contexto mais complexo de privação de capacidades, intrinsecamente importantes ao funcionamento humano. As capacidades e funcionamentos não são expressões sinônimas, mas interdependentes. Para Nussbaum (2000), o funcionamento é uma conquista, enquanto uma capacidade é a possibilidade de alcançá-la. Funcionamentos estão mais diretamente relacionados às condições em que se vive. Já capacidade diz respeito à liberdade que se tem para exercer determinados funcionamentos, que para Sen (2010) encontram-se relacionados às liberdades substantivas enumeradas, como liberdade política, oportunidades sociais, facilidades econômicas e segurança protetora e o poder de ter crédito para exercê-las.

É importante ressaltar que a pandemia provocou reconfigurações de trabalho no CRAS e ampliou a busca da comunidade por benefícios socioassistenciais, entretanto, não é possível dizer que o aumento dessas demandas é uma consequência somente da pandemia. Já no segundo semestre de 2017, nós, trabalhadoras da assistência social do CRAS, recebíamos a visita de muitas responsáveis familiares que iam ao equipamento à

procura de maiores esclarecimentos sobre motivo das suas respectivas exclusões no PBF. Um ano antes, em 2016, ocorrera no País o *impeachment* presidencial (ou golpe parlamentar), que expressou a radicalização do projeto de governo conservador e elitista em levar ao extremo a reforma neoliberal de privatizações e de cortes de gastos de políticas sociais consagradas sob a justificativa de que o orçamento de um país em recessão não suporta a manutenção dos direitos sociais democráticos.

Madeiro (2017), jornalista de uma importante plataforma de notícias, denunciava os cortes do PBF como o maior corte da história do PBF realizado no governo interino de Temer. Apenas entre os meses de junho e de julho houve uma redução de 754.873 beneficiários no PBF. Já em 2020, Madeiro (2020) denuncia novamente o desmonte do PBF em meio à crise social gerada pela pandemia da Covid-19, agora sob o governo Bolsonaro, o qual efetuou um corte de 158.452 bolsas. A partir disso, a região mais afetada foi o Nordeste que, sozinha, compôs 61,1% do total dos cortes efetuados no País. A retração desta política pública em meio ao agravamento da crise social e de saúde provocadas por um vírus letal e pandêmico mostra o descomprometimento com a questão do enfrentamento à pobreza e a discriminação com a população nordestina, consequência de um projeto político em curso antidemocrático e de desmonte de direitos que impacta cotidianamente a vida da população.

Ainda em 2017, o corte do Programa Bolsa Família já nos surpreendia porque grande parte das mulheres das comunidades que acompanhávamos demonstravam notória vulnerabilidade social. Em geral, nossas usuárias estavam perdendo o benefício por falta de atualização e outras por descumprimento das metas de condicionalidade, entretanto, majoritariamente, o Cadastro Único do PBF apontava para superação do valor estipulado da renda *per capita* que as classificavam em situação de pobreza, resultado do aprimoramento dos mecanismos de cruzamento de informações entre as várias bases de dados oficiais do Governo Federal (Brasil, 2017b).

Há quem estabeleça as expressões da pobreza apenas por critérios de renda, o que delimita fronteiras estagnadas entre pobres e não pobres, definidos por determinado valor estipulado. Entretanto, há outras questões fundamentais que impactam no cotidiano da população e que devem ser complexificadas, tais como condições de moradia, saúde, lazer, presença de violência, gênero, grupo etário, acesso ao trabalho, crises políticas e sanitárias, etc.

Desde seu nascimento, o PBF sempre foi alvo de ataques de uma ideologia conservadora da qual seu público, as famílias em situação de pobreza, foram, como ainda

são, acusadas por estas mesmas vozes reacionárias de espertalhonas, preguiçosas e vagabundas, verdadeiras páreas da meritocracia. Essas falas ganham espaço e corpo, principalmente quando se trata do exercício da maternidade, da recusa de “oportunidades” de trabalho perversas ou da negação tácita a permanecer dentro de relacionamentos íntimos tóxicos. Na prática, as beneficiárias do PBF começam a ter possibilidades de escolha, onde não havia nenhuma, de recusar serviços e relações que exploram a percepção de si mesmas, sua força física, seu tempo de vida, sua maternidade e a prática de cuidado com idosos para além da esperança de futuro para a prole.

Como seres potentes, ativos e inventivos, a dificuldade de renda alicerçada a outras questões vinculadas à pobreza e ao “ser mulher” atravessa a subjetividade e provoca vivências de privações, de diminuição do poder de barganha e do pleno exercício da maternidade. Além disso, o uso do dinheiro se modifica de acordo com as necessidades, que são plurais, e dependem de fatores como disponibilidade do serviço público e ciclos de vida. Entretanto, o critério avaliativo de entrada e exclusão do PBF leva em conta apenas a quantidade de renda de todos os membros, excluindo quem ultrapassar a faixa estipulada - por menor que seja essa diferença -, colocando a compreensão unidimensional da renda como o único balizador de superação de pobreza.

Sen (2010) aponta a fragilidade do critério avaliativo financeiro como definidor das pobrezas, defendendo a contextualização das vidas e o respeito às aspirações individuais que devem ser oportunizadas. A partir disso, indagamos se a renda *per capita* máxima para permanência no PBF, R\$: 178,00 (Brasil, 2021), é valor suficiente para garantir uma alimentação que satisfaça os corpos, lazer, cultura para preencher a vida e medicamentos para convalescença em uma conjuntura onde o orçamento do SUS foi congelado pelos próximos 19 anos, no qual há projetos de privatização da educação pública, fora a taxação de livros, dentre outros desfalques, e a falta de emprego para mais de 13 milhões de brasileiros.

Apresentados os questionamentos provenientes da *práxis*, desenvolvemos como pergunta de partida “como as mulheres que sofreram exclusão do PBF percebem suas vidas a partir deste benefício?”. Neste sentido, desenvolvemos o objetivo geral: Compreender as implicações psicossociais da pobreza em mulheres excluídas do PBF e os específicos: analisar os efeitos do Programa Bolsa Família para as beneficiárias excluídas; apreender as estratégias de resistência de enfrentamento à pobreza em mulheres excluídas e descrever os modos de vida das beneficiárias excluídas do Programa Bolsa Família a partir das categorias gênero e pobreza.

A relevância deste trabalho se justifica, primeiramente, pelo questionamento sobre o critério exclusivamente monetário para entrada, dado que há pessoas em contextos de pobreza que permanecem à margem das políticas socioassistenciais devido ao simplismo que subjaz o modelo unidimensional de avaliação de pobreza. Em segundo lugar, pretendemos apreender as implicações do PBF nos cotidianos a partir da discussão sobre os modos de vida das mulheres excluídas do PBF e discutir as múltiplas vulnerabilidades sociais que abrangem os desafios que estas enfrentaram do longo de suas vidas e que marcaram suas histórias.

Há diferentes impactos em participar de um programa socioassistencial na vida das mulheres, contudo percebemos algumas questões comuns a todas: o fato de serem mulheres, de sofrerem com a generificação das atividades dentro e fora do espaço doméstico e de viverem em um cotidiano de privações materiais e simbólicas. De acordo com Saffioti (2004a), a desigualdade é interposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais estabelecidas. Neste sentido, o PBF fortalece a vivência da maternidade para muitas, entretanto, há uma falta de aparato público que possibilite o movimento de agenciamento como sujeitos potentes, com desejos e necessidades próprias. As mulheres em situação de pobreza são capazes de tecer formas de resistência e estratégias de resistência, principalmente quando devidamente amparadas pela proteção governamental. Sair dos lares para trabalhos externos não é a única alternativa legítima que justifique a diminuição da responsabilidade de cuidado, também é preciso tempo livre para a construção de novas formas de cooperações sociais. Estas já são produzidas constantemente pelas mulheres como resistência às implicações sociais do capitalismo sobre suas trajetórias. Para Nussbaum (2000), em nenhum lugar do mundo as mulheres são tratadas com o mesmo direito dos homens, por isso, a importância dos princípios legais básicos e das garantias constitucionais como capacitações importantes na pauta de funcionamentos necessários para a emancipação feminina.

Neste sentido, este estudo encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro, apresentamos o percurso metodológico traçado na pesquisa e desenvolvido em uma perspectiva qualitativa no qual descrevemos as dificuldades e potencialidades apresentadas, as estratégias na aplicação da entrevista junto a beneficiárias excluídas do Programa Bolsa Família moradoras das localidades adscritas ao CRAS Jabuti/ Eusébio (Ceará), de que forma alcançamos as entrevistadas, quem são elas e os locais de

entrevista. Também será apresentado o percurso da pesquisa e a forma de análise dos dados.

O capítulo dois, “Pobrezas e o Programa Bolsa Família: relações possíveis”, discute as concepções de pobreza para além de sua expressão monetária, sendo percebida dentro de uma perspectiva multidimensional e historicamente determinada. Em seguida, introduziremos o Programa Bolsa Família fazendo uma breve exposição conceitual onde serão abordados os critérios de entrada, de permanência e de desligamento. Por último, discutiremos sobre como as mulheres se inserem dentro das políticas do PBF a partir do prisma da responsabilização de cuidado e possibilidades de agenciamentos.

No terceiro capítulo, denominado “Mulheres excluídas Do PBF: recursos de enfrentamento e contextos de pobreza” desenvolveremos uma discussão sobre as manifestações da pobreza no cotidiano feminino. Em primeiro lugar, desenvolveremos o conceito de modos de vida no universo das mulheres pobres. Em um segundo momento, trataremos discussões sobre como a generificação e a desvalorização do trabalho doméstico e afetivo contribuiu para o fenômeno de feminização da pobreza. Por último, discutiremos as repercussões do PBF na vida particular das mulheres, evidenciando os obstáculos advindos da pobreza para os processos de agenciamentos, mas também sobre as estratégias de resistência apresentados e sobre como a transferência direta se torna estratégica no trabalho de enfrentamento às adversidades cotidianas. E, por fim, as considerações finais.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

A realização desta pesquisa envolveu uma série de variáveis, dentre os aspectos presumíveis e administráveis elencamos a disponibilidade da pesquisadora, aderência ao objeto estudado, as relações estabelecidas e o interesse de todas as envolvidas nesta trama. Entretanto, outros agentes despontaram por entre os reveses que se desenhavam, a principal foi o contexto de pandemia já mencionado, o que provocou redefinições e reveses na metodologia e na busca por entrevistadas.

Em primeiro lugar, foi preciso adaptar a abordagem metodológica para atingir os objetivos, dessa forma, retiramos a entrevista narrativa, considerada um método não estruturado e de profundidade (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008), consideramos que, para que esta técnica fosse cumprida com rigor científico, poderia haver necessidade de vários encontros com a mesma entrevistada - o que poderia aumentar os riscos de contágios virais. Então, a entrevista foi adaptada para semiestruturada, onde seria possível que a entrevistadora conduzisse a entrevista através de tópicos de forma a potencializar este encontro. Outra questão provocada pela pandemia de Covid-19 foi a modificação do horário e da forma de funcionamento do Centro de Referência e Assistência Social, local onde seria realizada a pesquisa. O local, com vistas a evitar o risco de aglomerações, dissolveu todos os grupos de crianças, idosos e mulheres, diminuindo a possibilidade de divulgação da pesquisa para a comunidade e de aproximação prévia com as famílias através das interações cotidianas naquele espaço. O adoecimento por Covid-19 foi uma limitação concreta, uma das voluntárias chegou a desmarcar a entrevista por apresentar sintomas da doença.

Dessa forma, construímos um percurso metodológico admitindo as limitações de pesquisa, mas também as potencialidades, pois a produção desta dissertação também convocou a captura deste momento em seus desdobramentos nos lares, de forma a responder os objetivos acima descritos e atestar a relevância histórica deste momento de forma sensível e comprometida, especialmente com as beneficiárias excluídas do PBF. Assim, iremos descrever nesse capítulo a metodologia, o contexto de pesquisa, as participantes, os instrumentos de coleta e a análise dos dados e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa.

## 2.1 Abordagem metodológica

Utilizamos a abordagem qualitativa que procura compreender os sentidos que as pessoas atribuem às suas experiências, considerando a singularidade do indivíduo no âmbito da história coletiva, contextualizada e envolvida pela cultura do grupo em que ela se insere. Gaskell (2008, p. 65) define como metodologia qualitativa a técnica que

fornece dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

Neste sentido, nos fundamentamos na pesquisa qualitativa pelo comprometimento em apreender produções do universo simbólico das participantes, o que necessariamente se ancora em uma base material de existência, que parte do cotidiano, das espacialidades, das companhias e dos seus modos de vida. Bosi (2003) traz que a memória oral permite o advento de pontos de vista contraditórios ou distintos entre si e levanta elementos de esquecimentos, omissões, incertezas, trechos desfiados de narrativas, que conferem autenticidade aos fatos narrados. A construção do processo metodológico para a execução dos objetivos propostos busca captar os tensionamentos, quebrando a proposta de buscar uma verdade consensual e trazendo à tona a ideia de construção do conhecimento no que Mélo (2015) apresenta como o processo de problematizar e de dar visibilidade às controvérsias e às diferenças.

A investigação qualitativa se encontra em uma constante aproximação das vivências cotidianas. Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa parte da construção social das realidades, se interessa nas práticas do dia a dia e no conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo dos participantes. Compreendemos que a construção da própria história é um processo hesitante, não linear e que parte do presente, para Benjamin (1996, p. 230) “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”. Dessa forma, através do encontro entre pesquisadora e entrevistada, buscamos compreender os discursos produzidos em sua atualidade e devir, já que a busca de histórias e pontos de vista partem necessariamente de uma subjetividade viva e dialeticamente articulada à concretude da existência cotidiana. Para Minayo (2010), as investigações sociais precisam acompanhar a historicidade de acontecimentos de curta, média e longa duração, expressos em bens

materiais e simbólicos. O universo simbólico se desenvolve em bases materiais que são captadas e significadas no dia-a-dia.

Bosi e Mercado (2007) consideram os sujeitos da pesquisa como capazes de desenvolver modos específicos de percepção e interpretação do mundo. Com vistas à utilização de diferentes estratégias de produção da informação na pesquisa, a abordagem qualitativa procura compreender o sentido que as pessoas atribuem às suas experiências no mundo. Partindo desse princípio, os pesquisadores buscam interpretar os fenômenos sociais com base nos significados atribuídos pelos próprios indivíduos.

Dentro da base interpretativa, o suposto ideal de neutralidade científica é abandonado, posto que as análises desenvolvidas pelo pesquisador sobre os fenômenos conseguem estabelecer relações com os sujeitos com quem pesquisa e parte do lugar histórico e cultural onde se situa o pesquisado. Minayo (2010) traz que qualquer investigador deve pôr em questão aspectos inerentes a sua qualidade de observador externo, os princípios de sua relação com a realidade: “o universo das investigações qualitativas é o cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e reinterpretadas pelos sujeitos que as vivenciam”. (p. 24)

A pesquisa qualitativa compreende dados impossíveis de serem quantificáveis, posto que a singularidade e as marcas simbólicas que os eventos imprimem nos indivíduos são fundamentais para sua análise. Dessa forma, utilizamos a abordagem qualitativa partindo do princípio de que o suporte do PBF pode iniciar experiências individuais impossíveis de serem metrificadas e que só podem ser anunciadas unicamente por quem as viveu.

## **2.2 As participantes e o local de pesquisa**

A pesquisa foi realizada no Jabuti, localidade de alcance do Centro de Referência e Assistência Social Jabuti (CRAS-Jabuti), no município de Eusébio-CE. Para justificar o local de pesquisa, é importante contar a minha própria história, cheia de lembranças e afetos. Comecei a trabalhar no município do Eusébio em março de 2016, quando fui convocada a iniciar as minhas atividades como servidora pública e me apresentar na sede da Assistência Social, localizada ao lado da praça no Centro do Eusébio. Na ocasião, fui recebida pela secretária de assistência social e encaminhada ao CRAS, onde havia necessidade de profissional da Psicologia. O que eu sabia sobre o município se limitava a todo o conhecimento que um capítulo de poucas folhas de uma apostila para concursos



e uma página da Wikipedia poderia fornecer. Como um gesto de gentileza, a funcionária que me recebeu solicitou que o motorista me acompanhasse ao que viria a ser meu local de trabalho pelos anos que se seguiriam, contudo, não me foi informado em que CRAS e a que distância da área central eu iria ficar, e disso só desconfiei à medida que a viagem seguia.

Ao passo em que nos afastávamos do centro, o cenário de comércios, bancos e a larga avenida principal cheia de gente ia dando lugar à CE-085, depois ao Anel Viário, logo após a BR. Já me perguntava desesperada para onde estava sendo levada, incrédula que continuava na cidade e quase arrependida por ter aceitado o tão famigerado emprego. Avistei a Polícia Rodoviária Federal. Neste ponto, já pensava em pedir socorro, acreditando piamente que eu poderia estar sendo raptada ou passando por um trote de mau gosto. Para a minha surpresa, ali fizemos o retorno e entramos em uma rua, depois em outra quase deserta. Depois de alguns metros, enfim, o carro sinalizou entrar em um portão escancarado quando finalmente chegamos. O CRAS Jabuti ficava em uma espaçosa chácara com um parquinho, mangueiras, castanholas, um descampado com duas traves de futebol e um cachorro amarelo deitado preguiçosamente na enorme varanda que preenchia a frente e as laterais do espaço.

O público que frequenta o equipamento era predominantemente feminino, das trabalhadoras às usuárias do serviço, o que me trouxe uma sensação de familiaridade instantânea. Foi fácil me sentir bem ali porque fui inquestionavelmente bem recebida por uma equipe sorridente e brincalhona, mas como caloura em sua condição de aprendiz, também vivenciei uma espécie de trote de aprendizagem, que demarcou meu ritual de passagem. Era março de 2016 e chovia torrencialmente naquela primeira semana de trabalho, as técnicas comentavam informalmente na cozinha que precisavam realizar algumas visitas domiciliares no Arisco, umas das comunidades mais pauperizadas da região. A coordenadora pediu pra que eu acompanhasse duas assistentes sociais experientes. Ambas argumentavam que eu deveria ficar na instituição neste primeiro momento de inexperiência devido aos riscos adicionais proporcionados pela chuva já que a comunidade não dispunha de qualquer sistema de asfaltamento, apresentando histórico de alagamentos, desabamentos e, claro, de carros oficiais da prefeitura enguiçados no lamaçal que se formava a qualquer chuva mais forte. Ela retrucou que seguramente eu deveria acompanhá-las já que a comunidade havia sido asfaltada há alguns meses. Mesmo percebendo os rostos incrédulos das assistentes sociais, fui.

A Comunidade Arisco até o momento dessa dissertação continua um descampado de terra batida e mato, porém, neste dia, a chuva tornou a terra um grande lamaçal praticamente intransitável. Por pouco, não ficamos com o carro atolado na lama que enfrentamos pra chegar nos locais visitados, nesta empreitada, quase fomos atacadas pelo cachorro no terreiro de uma das moradoras, na ocasião da visita também recebemos a informação de que a família em questão enfrentava algumas ameaças de morte relatando que em tempos não tão distantes a casa sofrera invasão de traficantes faccionados locais, foi uma imersão em campo cheia de “quases” e incertezas. Voltei sentindo um misto de sentimentos que iam da raiva ao bom humor, mas me senti particularmente desafiada ali. Aquele dia foi o primeiro de uma vivência contínua, colorida e intensa que se seguiu durante os próximos três anos da minha vida profissional até chegar aqui, onde me acompanharam todas as mulheres que ainda pelejam contra pobreza crônica intergeracional e seus desdobramentos cotidianos.

Expor meus sentimentos e percepções através da breve narrativa da primeira vez em que estive no espaço de onde parte a pesquisa é relevante para enumerar alguns pontos: 1- delimita meu lugar de fala: a de servidora pública e forasteira que trabalha para a comunidade, mas que nunca fez parte dela. 2 – reconhece e nomeia os sentimentos, admitindo que há histórias de vida não só das entrevistadas, mas da entrevistadora, abandonando o ideal de neutralidade científica. 3 - demarca a percepção de diferenciação dos espaços à medida que se transita por eles, sendo as diferenças socioeconômicas explícitas dentro da mesma cidade a quem observa com mais minúcia, 4 – fornece certa percepção empírica do espaço: o local de pesquisa é geograficamente distante do centro, sendo necessário passar por três rodovias diferentes, delimitando uma barreira física entre o centro e os espaços pesquisados e agrega elementos constitutivos da pobreza como a ausência de asfalto e os ecos da violência urbana e doméstica que reverberam nas vidas das famílias. Vale ressaltar que o centro é onde se concentram os eventos de lazer, o hospital/maternidade, o fórum, o cartório, a escola profissionalizante, o Centro Cultural, o cinema, os shoppings, os grandes restaurantes e os equipamentos da administração pública.

O CRAS Jabuti acompanha a população do Santo Antônio, Santa Clara/Pedras e, claro, Jabuti, localidades territorialmente mais afastadas do centro da cidade, dos polos comerciais e dos condomínios de luxo, mas próximas da grande Fábrica Fortaleza, fatores que impactam no cotidiano local, no que diz respeito desde as oportunidades de trabalho e de lazer até os problemas que permeiam processos de qualidade de vida, como o forte

cheiro adocicado persistente nas casas do entorno da fábrica de massas e biscoitos Fortaleza. As localidades são caracterizadas por pequenos negócios locais e bodegas. Há escolas e creches públicas, postos de saúde, Centro de Convivência do Idoso, avenidas asfaltadas dentro do território, mas há também ruas de terra batida que viram lama quando chove e onde residem comunidades inteiras. São nesses espaços que a equipe transita realizando busca ativa, visitas, entregando cestas, buscando crianças e idosos para os grupos semanais do equipamento.

Durante o período em que atuei no CRAS fui técnica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – infantil, facilitadora de um programa do governo do Estado chamado “Famílias Fortes” no qual acompanhei as famílias em descumprimento junto ao Sistema de Condicionalidades do PBF (SICON). Durante o mestrado (2019-2021), encontrei-me em situação de afastamento temporário, o que trouxe elementos que me auxiliaram a amenizar as expectativas das entrevistadas para que eu atuasse como uma agente pública, mesmo assim, essas demandas irromperam notoriamente com algumas entrevistadas, ainda que eu reiterasse o conteúdo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O anseio das mulheres para que eu oferecesse respostas à exclusão compulsória do PBF com a facilitação de processos de reentrâncias neste benefício, antes de ser um obstáculo à pesquisa, se mostrou como um reflexo de relações com nuances clientelistas, o que destacaremos nos capítulos que se seguem.

Por outro lado, estar ausente deste espaço de trabalho dificultou minha imersão no *locus* de estudo já que me afastou do cotidiano com a comunidade, conseqüentemente, de acompanhar suas metamorfoses. Cheguei para a coleta dos depoimentos na efervescência das campanhas eleitorais municipais de 2019, período *sui generis* na vida dos habitantes, pois é o momento em que são produzidos asfaltos para as estradas e construídas as promessas pra alimentar a esperança dos eleitores. Na minha chegada, os entornos do CRAS estavam sendo asfaltados, o que tornou algumas entrevistas barulhentas, de difícil transcrição. A coleta da pesquisa coincidiu com o período eleitoral municipal, o que exigiu de mim cuidado adicional para que a minha figura e o mote da entrevista “a exclusão do Programa Bolsa Família” não ecoassem na projeção de expectativas de que eu reparasse o dolo provocado pela injusta perda de um benefício tão necessário a todas, de acordo com elas próprias. Vale adicionar que meu lugar de fala é o de mulher branca, de classe média, vinculada ao CRAS, ainda que já não frequentasse o espaço há mais de um ano em uma localidade pobre em plena turbulência das campanhas eleitorais de candidatos a prefeitos e vereadores.

Uma das moradoras do Jabuti trouxe abertamente esse anseio de que eu lhes ajudasse. A primeira ainda durante o primeiro contato por telefone solicitou benefícios e falou de seus adoecimentos e privações, a pesquisadora tentou explicar do que se tratava a proposta de pesquisa dentro dos termos do TCLE, entretanto, houve baixa compreensão e insistência de ajuda. Decidimos não prosseguir com um segundo contato analisando que a entrevista poderia causar malefícios advindos da esperança frustrada de não alcançar benefícios, propiciando danos emocionais e prejudicando conseqüentemente sua relação posterior com os equipamentos públicos do município. Entretanto, no final da ligação, a senhora em questão foi orientada para que se dirigisse ao CRAS, indicando qual profissional procurar além dos dias e horários de atendimentos.

O CRAS, espaço mediador primário do contato da pesquisa com a comunidade, é um equipamento integrante da rede de proteção social básica de onde partiu a curiosidade que alavancou este projeto de pesquisa. De acordo com as orientações normativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2009), o CRAS é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social, considerada a principal porta de entrada à rede de proteção social e se caracteriza por oferecer serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo. Os equipamentos também disponibilizam serviços e ações, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Programa de Atenção Integral à Família. As profissionais são responsáveis pela busca ativa de pessoas em situações de vulnerabilidade, risco e potencialidade social identificadas, ancorando-se em informações disponíveis, como aquelas sobre famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e por outras fontes, inclusive a própria comunidade e conhecimentos sobre os moradores.

Vale ressaltar que houve algumas vivências nestes espaços que me induziram até a escrita desta dissertação, que por sua vez me traz amadurecimento profissional e pessoal para voltar a contribuir com as famílias acompanhadas. Como já discutido acima, esta pesquisa partiu da minha condição de trabalhadora da assistência e não existiria sem que eu tivesse ocupado esse lugar, por isso, cito em específico duas experiências determinantes e que mobilizaram profundamente meus afetos:

A primeira foi em 2016, ano em que fiquei encarregada junto com uma assistente social de acompanhar as famílias em descumprimento do Programa Bolsa Família, fomos cadastradas no SIGPBF, sistema em que tínhamos acesso a todas as famílias que estavam em falta com o PBF do município, em geral, a maioria delas tinha crianças e adolescentes que excederam o número de faltas escolares nos meses subsequentes. Em suma, nossa

função era fornecer orientações básicas sobre o PBF, efetuar a escuta de cada responsável sobre o descumprimento, registrar no sistema a liberação do benefício e fazer um acompanhamento, já que grande parte delas estavam com o benefício suspenso e eram orientadas a comparecer ao CRAS para justificar as faltas escolares dos jovens pelos quais eram responsáveis.

Eu e minha colega éramos solicitadas a entrar em contato via telefone com as usuárias, marcar uma reunião coletiva, onde realizávamos uma espécie de trabalho educativo sobre a importância da escola para as crianças e tentávamos motivar verbalmente para que as mães mantivessem seus filhos estudando, em um segundo momento, fazíamos um atendimento individual com cada uma delas e alimentávamos o Sistema de Condicionalidades, justificando o descumprimento de condicionalidades e solicitando a liberação do benefício.

Neste ponto da minha caminhada enquanto psicóloga social e pesquisadora, faço uma autocrítica condizente com o processo teórico e metodológico desta dissertação, esse discurso individualista e culpabilizante reproduz juízos moralizadores e meritocráticos porque responsabiliza a família pela sua vulnerabilidade: a baixa escolarização. Esta perspectiva educativa e punitivista parte de um pressuposto implícito de que as famílias não se esforçam o suficiente para manter os filhos na escola, logo, não merecem a transferência de renda, que é suspensa ainda que persistam as condições de pobreza monetária que motivaram a entrada da família. Apenas na escuta individualizada fui me posicionando de forma mais questionadora, observando o descumprimento não a partir da perspectiva da negligência familiar, mas como parte de um enredo amplo onde se movimentam diversos atores sociais e institucionais. Esse pensamento investigativo foi sendo adquirido na escuta individualizada com as responsáveis pelas famílias em descumprimento, onde eu entrei em contato as histórias de mulheres excluídas ainda que temporariamente do PBF.

Ouvi uma dessas narrativas ainda em março de 2017, quando eu precisava buscar o motivo de algumas dezenas de crianças e adolescentes apresentarem baixa frequência escolar em janeiro e fevereiro. Durante os atendimentos às responsáveis em descumprimento do PBF, uma das beneficiárias entra na sala, era uma mulher negra e retraída, estava ali sentada na minha frente e de cabeça baixa. Naquele mês, seu benefício estava suspenso porque um dos filhos ultrapassara as faltas escolares. Após recebê-la, informo sobre a razão de ela estar ali e pergunto sobre o motivo pelo qual seu filho havia faltado à escola nos meses que antecederam nosso encontro. Ela estava um pouco

hesitante, parecia até diminuir de tamanho enquanto pensava, talvez porque se tolhesse na cadeira. Era uma mulher de poucas palavras como tantas que apareciam ali, provavelmente pelo descumprimento remeter à infantilização das famílias e ao estigma do mau pobre.

Lembro-me das palavras daquela senhora que me levaram à outra posição subjetiva diante de meu trabalho: “sabe o que é, *doutora*? É que naquele mês eu não tinha como comprar um tênis pro meu menino e a escola não deixou ele entrar sem o fardamento completo”. Vale ressaltar que a referida mulher, que já estava em situação de pobreza, foi castigada com a perda da transferência do PBF porque a escola pública de sua comunidade barrara a entrada de seu filho adolescente, que, na ocasião, não dispunha de fardamento completo; por último, ela foi chamada ao CRAS pra prestar esclarecimento sobre a violência institucional que sofrera, como se fosse culpada pelas regras e pessoas que impediram seu filho de acessar uma escola pública. Esta situação, a qual até hoje rememoro de forma solidariamente dolorida, reverbera a exclusão sistemática das pessoas negras e pobres, lidas indolentes e sistematicamente excluídas dos cenários de cultura, educação, lazer e saúde.

É importante adicionar que 2017, um ano depois do *impeachment*, nós brasileiras e brasileiros, sofriamos ataques massivos e articulados de um projeto de governo conservador em seus princípios e liberal na economia, trazendo um cenário de desmonte de direitos e perseguição à massa pobre detentora de pequenas quantias de benefícios assistenciais. Neste mesmo ano, encontramos uma quantidade significativa de mulheres à procura do Centro de Referência de Assistência Social buscando informações sobre o corte em seus benefícios socioassistenciais, movimento incomum até então. Várias delas afirmavam permanecer em situação de vulnerabilidade social. As famílias relatavam serem informadas de que haviam perdido o benefício somente quando se dirigiam ao banco, viam suas contas zeradas e liam a mensagem de descumprimento no extrato bancário. Descobriam, ao tentar sacar o dinheiro tão essencial para a sobrevivência, que o benefício fora suspenso sem aviso prévio para que pudessem, de alguma forma, se preparar minimamente e talvez se lançar na busca de outros recursos e fontes provavelmente escassos. A equipe conhecia a comunidade do Jabuti e tinha conhecimento da situação de vulnerabilidade persistente de parte considerável delas.

Em dados numéricos, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2020), em junho de 2016, o município contava com 5.528 famílias beneficiárias do programa. Essa quantidade encolheu para 4.425 entre os meses de junho de 2016 a

junho do ano seguinte, totalizando um corte de 1.103 famílias do Programa. Foi nesse cenário de tácita perseguição às beneficiárias com o aumento do rigor dos aparatos públicos de vigilância que nasceu o esboço desse projeto de pesquisa, que foi ganhando corpo com o auxílio de aulas, colegas, orientações cuidadosas do projeto, escutas das narrativas das moradoras do Jabuti e livros.

O Eusébio, território de que parte essa pesquisa, apresenta algumas diferenças relevantes sobre a cobertura do PBF que justificam o *locus* do trabalho. No mês de abril de 2020, havia 5.318 famílias inscritas no Programa Bolsa Família, cerca de 26% da população total do município. Dentre essas famílias, 96% dos responsáveis familiares eram do sexo feminino. O número de beneficiárias do PBF equivalia aproximadamente a 4.059 famílias que, sem o PBF, estariam em condição de extrema pobreza de acordo com as prerrogativas do CadÚnico (Brasil, 2020a), o que nos leva a entender que, em teoria, nenhuma família pobre neste município se encontra desassistida pelo benefício, e a refletir em que sentido, na realidade prática e a partir de uma visão multidimensional da pobreza, isso de fato ocorre.

Além do meu vínculo enquanto servidora do local, o que me deu oportunidade de perceber o fenômeno e ter curiosidade sobre o que impacto do PBF na vida das suas moradoras, há outras características relevantes que tornam o município um lugar estratégico para a pesquisa. O município do Eusébio situa-se na região metropolitana de Fortaleza, além disso, de acordo com últimos dados do PNUD, IPEA e FJP (Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2020), em 2010, o município apresentou uma taxa de 0,701 no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, sendo classificado como “desenvolvimento humano alto” (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,794, seguida de Renda, com índice de 0,700, e de Educação, com índice de 0,621. Os municípios limítrofes à cidade são considerados com IDHM médios: Itaitinga (0,626), Aquiraz (0,641) e Maracanaú (0,686). A exceção fica com a cidade de Fortaleza, que também tem taxa de desenvolvimento alto (0,754). Dessa forma, podemos dizer que a população do município tem maior oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e a um padrão de vida que garanta as necessidades básicas.

No que diz respeito à rede socioassistencial, o município conta com benefícios socioassistenciais próprios, como o Programa Renda Mínima, o Programa de Aluguel Social e o Programa de Complementação Alimentar. Tais benefícios se mantêm por orçamento municipal próprio, que não se encontram presentes, por exemplo, no

município vizinho, Itaitinga, onde também sou servidora pública concursada. Excepcionalmente nos meses que se seguem à pandemia causada pelo vírus COVID-19, o município disponibiliza kits pedagógicos e alimentares para alunos do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino. O município também aprovou um decreto de Lei próprio, que cria um auxílio emergencial temporário de R\$ 600,00 (seiscentos reais) destinado a moradores que atuam como autônomos no mercado de trabalho e a servidores demitidos no período da pandemia e residentes no território (Prefeitura Municipal de Eusébio, 2020).

A pluralidade de benefícios disponíveis torna os entrelaçamentos dos benefícios socioassistenciais à vida das mulheres mais diversos e complexos. Por isso, é oportuno pensar o termo Programa Bolsa Família como um signo amplo onde se significam vários outros benefícios, saindo do sentido normativo do vocabulário governamental e entrando na compreensão popular de gênese vivencial. Afinal, o próprio PBF é terreno de conflitos sobretudo políticas no qual sempre operaram forças distintas, moralidades, opressões e possibilidades. O PBF em sua gênese é um desdobramento de outros benefícios como o auxílio gás, geladeira e, o mais conhecido, Bolsa Escola, sendo este último termo até hoje utilizado por algumas de suas beneficiárias que vivenciaram como sujeitos de direitos a historicidade destes benefícios.

O município de Eusébio também se denomina como “o novo oásis econômico e social do Ceará”, lugar onde se avolumam condomínios de alto padrão de luxo, restaurantes de excelência e “mais de 6 mil empresas, sendo 150 indústrias de grande porte instaladas nos seus três polos industriais” (EUSÉBIO, 2020). No que diz respeito à gestão pública, já foi premiado pela ONU por ter menor índice de mortalidade infantil; conta com 100% de suas escolas em tempo integral; Desenvolvimento Social, onde se desenvolve “o maior projeto de distribuição de renda do Ceará” (EUSÉBIO, 2020) e Segurança Pública, destacando-se como o terceiro município do Brasil a criar sua Secretaria Municipal de Segurança Pública e o quarto a desenvolver uma Assessoria Especial sobre Drogas.

A despeito do cenário de pujança, dos restaurantes chiques, dos muitos condomínios caros e das grandes indústrias, a cidade encena roteiros representativos do contexto de desigualdade social de nosso país, mas que não são percebidos de qualquer lugar em que o observador se posicione. Esse pensamento já foi há muito bem explanado na literatura de José Saramago (2001), que nos chama atenção para as ilusões que sustentam a fantasia por traz das cenas.



Nós vivemos dentro de uma possibilidade de ver que é nossa... que não vê nem de menos nem demais. (...) Eu ia muito à ópera no São Carlos, no Teatro de Ópera de Lisboa. E ia sempre lá pro galinheiro, lá pra parte de cima. De onde via uma coroa, quer dizer, o camarote real começava embaixo e ia até lá em cima e fechava com uma coroa dourada enorme. Coroa essa, que vista do lado da plateia e do lado dos camarotes era uma coroa magnífica. Do lado onde nós estávamos, não era. Porque a coroa só estava feita entre as quartas partes; e era oca; e tinha teias de aranha; e tinha pó. Isso foi uma lição que eu nunca esqueci. Para conhecer as coisas, há que dar-lhes a volta. Dar-lhes a volta toda.

O autor traz narra sua vivência enquanto expectador de uma cena de teatro vista de um lugar diferenciado, ele compreende a montagem cênica, a coroa, mas também os elementos que a constitui, o oco, as teias, a incompletude do cenário. Neste sentido simbólico, procuramos nos apoiar nos bastidores de onde podemos reconhecer a forma da coroa, mas nos debruçar sobre o oco, espaço de produção de sentidos, e nos emaranhados das delicadas teias das narrativas que se adensam por dentro dela. Como pesquisadoras, também partimos da escolha de certas atrizes, efetivando um recorte das vozes escolhidas para contar sua história. Selecionaremos mulheres excluídas do PBF.

A literatura brasileira também é rica em narrativas de denúncia de pessoas que são atropeladas pela modernização excludente, neste sentido. Teresinha de Jesus, mãe, catadora, solteira, negra, favelada, sobrevivente da fome e do racismo estrutural brasileiro da década de 50, publica seus diários em que denunciava o processo de modernização excludente com uma narrativa que continha fortes elementos de denúncia ao *apartheid* social das favelas, também chamadas de quartos de despejos da casa grande:

Em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (JESUS, 1961, p. 17)

É fazendo parte do quarto de despejo e munida de lápis e um caderno velho reciclado do lixo que ela desenvolve comoventes testemunhos de fome, de amor, de luta pela sobrevivência. Teresinha de Jesus produz narrativas compatíveis com as questões históricas e políticas de sua época, mas ao mesmo tempo as transcende, trazendo elementos contemporâneos da política, como o clientelismo, o enfraquecimento do Estado democrático de direito e as relações sociais criadas no profundo fosso das desigualdades sociais, onde predominam o subemprego e a exploração do trabalho reprodutivo feminino a baixas remunerações, o que torna a sua narrativa atual. Entretanto,

há outras questões que inexisteriam em sua vida e que reverbera sobre a vivência da pobreza na vida das mulheres, como os programas de transferência de renda, hoje um importante elemento no processo de garantia de direitos. Diferente de Teresinha de Jesus (1961), nossas entrevistadas se beneficiaram do PBF, entretanto, infelizmente, parte delas não dominam a leitura e a escrita, o que aumenta a relevância da mediação do diálogo na colheita e transcrição destes relatos que, de outra forma, provavelmente jamais seriam escritos e oferecidos à leitura.

Longe de carregarmos com essa afirmativa do pesquisador que oferece espaços de fala, pretendíamos nos beneficiar da oportunidade de ouvir, transcrever e enriquecer a Psicologia com uma perspectiva popular de sofrimento psíquico a partir das contribuições generosas das entrevistadas que descrevem sua realidade materialmente percebida não como uma entidade, mas como cenário de existência com muitos outros atores sociais, oferecendo valiosos testemunhos do cotidiano a partir da força do encontro. A seleção de mulheres no PBF se deu pela orientação do Governo Federal pela preferência do gênero feminino como pessoa de referência da família no Cadastro Único, o que reflete o grupo majoritário de beneficiárias no município em questão. Além disso, no Brasil, o número de mulheres chefes de família cresceu 105% entre os anos de 2001 e 2015 (Cavenaghi e Alves, 2018), o que destaca este gênero não apenas como cuidador, mas como provedor.

A mulher é elemento mediador entre família e Estado; comunidade e políticas públicas; trabalho e cuidado, é a figura da mulher, mas não qualquer uma em qualquer espaço, busca-se a figura da responsável familiar, que vive em contexto de pobreza, chefia e representa o coletivo família dentro das políticas públicas socioassistenciais. Consideramos trazer a palco suas vivências tendo como ponto de encontro o PBF no intuito de buscar a compreensão de como as relações sociais articuladas pela pobreza, pela família, pela comunidade e amparadas por políticas públicas se entrelaçam, produzem e reproduzem o fenômeno das pobreza e a sua possível superação. A partir da fala, intencionamos captar as reivindicações, perdas, conquistas, representações simbólicas, processos decisórios, significações da mulher pobre, colocada enquanto sujeito político coletivo atuante e as estratégias de enfrentamento à pobreza partindo do ponto da vivência, enquanto responsável familiar do PBF.

Os critérios para a participação na pesquisa foram ser mulher, residir no município Eusébio e ser adulta para se autorizar a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A); aceitar o convite para participar da pesquisa, e ter sido beneficiária do PBF como responsável familiar a qualquer tempo e por qualquer

período. Inicialmente partimos da hipótese de que muitas delas não frequentassem mais o CRAS, equipamento onde as beneficiárias do PBF são consideradas grupos prioritários (BRASIL, 2009). Também consideramos a possibilidade de que as entrevistadas não estivessem com seu CadÚnico atualizado por este não ter mais caráter compulsório. Conseguimos iniciar a nossa pesquisa a partir do contato inicial direto e presencial com beneficiárias de cesta básica do CRAS, onde conhecemos usuárias que recebem mensalmente uma cesta básica no equipamento por terem sido avaliadas em situação de insuficiência alimentar, entretanto, as mesmas usuárias não entraram no critério do PBF, evidenciando diferentes concepções avaliativas de pobreza. Encontrar frequentadoras do CRAS que não tinham mais o PBF, como uma informação desconhecida pela equipe de trabalho também destacou a inexistência de acompanhamentos das famílias excluídas, trazendo um caráter esporádico e desconexo entre o PBF e demais benefícios socioassistenciais.

Por conveniência e viabilidade, uma via para a execução desse trabalho é a técnica de amostragem chamada *snowball* ou Bola de Neve (GOODMAN, 1961). Esta técnica é uma forma de amostra não probabilística a partir de cadeias de referência. Os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam outros e, assim, sucessivamente, formando uma espécie de rede até que seja alcançado o objetivo proposto. Segundo Albuquerque (2009), os primeiros participantes contatados na aplicação da pesquisa são as denominados “sementes” e são escolhidos de forma não aleatória. As sementes devem ser familiares à comunidade e indicarão outras pessoas de seu conhecimento para que também participem da amostra, esses são os “filhos” ou “frutos” das “sementes”. Para que se tenha uma amostra considerável, deve-se selecionar um número inicial de sementes que, preferencialmente, exerçam certa liderança no espaço, conhecer muitos membros da localidade e que esses sejam de diversificados ramos de formação e atuação.

Neste caso, primeiramente tentamos utilizar a rede de profissionais dos CRAS. Considerando a capilaridade dos equipamentos nas comunidades e o conhecimento dos profissionais sobre o território, compareci no dia e no horário acordados com a coordenadora e apresentei o projeto de pesquisa a todas as profissionais da unidade. A equipe se mostrou bastante receptiva à proposta, entretanto, não conseguiu lembrar de referências de famílias excluídas deste programa. A coordenação autorizou meu livre acesso no equipamento, no entanto, me deparei como uma segunda dificuldade adicional: devido à pandemia da Covid-19, os grupos do SCFV e PAIF haviam sido suspensos. A

indicação de profissionais e o contato com a comunidade através dos grupos eram nossas duas estratégias iniciais, que estavam inviabilizadas nesse contexto. Uma terceira estratégia foi solicitar à gestora municipal o acesso a uma lista de beneficiárias excluídas do PBF, contudo, a mesma afirmou que tal lista não existia.

Confirmei a informação no portal da transparência do Governo Federal e de forma informal junto a gestores municipais do PBF em municípios vizinhos. Esta informação é relevante porque nos exigiu lançar mão de outras estratégias ao mesmo tempo em que nos reforçou a relevância da escolha deste recorte de pesquisa e desta metodologia. A exclusão do PBF não provoca apenas a perda imediata de um benefício em dinheiro, mas o apagamento das famílias, que deixam de ser acompanhadas obstaculizando a geração de conhecimento e a proteção social sobre elas. Se os beneficiários excluídos não são rastreados enquanto tais, não são gerados sobre eles dados epidemiológicos, assistenciais e educacionais. Logo, não há monitoramento de vulnerabilidades ainda que as condições de pobreza se apresentem de forma crônica e intergeracional. A dificuldade de acesso a essas mulheres via institucional aponta para um processo de abandono e de silenciamento de demandas de uma parcela que é excluída do PBF, mas que ainda apresenta substanciais contextos de vulnerabilidade.

Sem a presença de grupos, de listas e de indicações das trabalhadoras, a única forma de acessar a comunidade foi através da entrega de cestas básicas, o que ocorre apenas uma vez por mês demandando atenção, pois a perda desta data significaria retardar em um mês a coleta de dados. Prontifiquei-me a ficar responsável por comunicar aos usuários via telefone e recebê-los. Apresentava-me como pesquisadora e perguntava se alguém conhecia alguém que perdera o Bolsa Família em quaisquer momentos da vida. Duas beneficiárias da cesta básica e uma beneficiária do Programa Renda Mínima do CRAS se voluntariaram a participar, outras pessoas indicaram conhecidos. Assim, saí com uma pequena lista de possíveis sujeitos, com os quais tentei entrar em contato nas semanas subsequentes. Devido aos protocolos de proteção ao vírus Covid-19, foi oferecido que a entrevista fosse realizada por telefone, entretanto, todas preferiram entrevistas presenciais.

A falta de individualidade do uso do telefone celular também se destacou, precisei ligar mais de uma vez para falar com determinado sujeito, pois costumeiramente o celular estava com outras pessoas, indicando esta ferramenta como um recurso partilhado coletivamente pela família, não um bem individual e intransferível. Algumas entrevistadas relataram também outras dificuldades relacionadas ao acesso ao telefone

porque no atual contexto o aparelho se constituiu como um instrumento de comunicação e entretenimento, mas também passou a ser uma ferramenta educativa indispensável com as aulas à distância, reflexo do fechamento das escolas públicas na região, o que se tornou na pandemia mais um indicador de pobreza, posto que as escolas particulares do Estados já podiam oferecer aulas presenciais aos seus estudantes, afunilando o acesso à educação e aumentando as desigualdades especialmente entre os adolescentes de classes sociais distintas. Após as entrevistas, algumas participantes indicaram outras, que se prontificaram em me receber em suas casas também. Na ocasião, disponibilizamos álcool em gel e máscaras para todas as participantes. Todas as voluntárias ganharam nomes fictícios para resguardar sua privacidade e sigilo, os nomes foram escolhidos com base em mulheres inspiradoras que encontrei na minha jornada de vida.

Inicialmente, realizaríamos entre um a três encontros de forma a coletar as informações necessárias e a respeitar a espontaneidade das entrevistadas, entretanto, devido aos riscos de contaminação viral provocado pela pandemia, nos restringimos a um encontro por voluntária. Foram entrevistadas ao todo oito mulheres no mês de setembro de 2020, uma foi eliminada por ainda receber o benefício, ficando sete entrevistas com seus respectivos diários de campo. Segue uma breve apresentação de cada entrevistada para que aja uma visualização melhor de quem são.

Isabel, mulher de 54 anos, mãe-de-santo e umbandista, casada com um pai-de-santo que herdara uma casa de umbanda da mãe. Mora neste terreiro onde ajudou a construir a própria casa e a dos descendentes, costuma abrigar pessoas da comunidade em situações adversas. Cheguei até ela por intermédio de sua nora, Joana, que também reside no local. Vive com o esposo e próxima de todos os filhos já adultos, me recebeu no terreiro em uma entrevista que se seguiu por mais de duas horas. É analfabeta, foi trabalhadora doméstica desde a infância, perdeu um filho devido a um “trabalho” que fizeram contra ele e que ela, enquanto mãe-de-santo, não conseguira reverter. Engravidara aos 14 anos, sendo sobrevivente de gravidez na adolescência, casamento infantil e violência doméstica. Seu primeiro parceiro íntimo morrera no final de seu relacionamento. Ela cuida da mãe e do pai até o falecimento de ambos. Atualmente deseja fazer um tratamento odontológico para que substitua os dentes que perdera.

Elza tem 54 anos e é minha primeira entrevistada, uma mulher que eu já conhecia por ser uma frequentadora assídua dos projetos do CRAS, tem uma filha adolescente que apresenta problemas nos nervos e depressão, com prejuízo escolar. No momento da entrevista se mostrou sensível às sequelas de um AVC que não foi tratado a tempo porque

foi confundido com sintoma de ansiedade pelo médico do SUS que a atendera, o que trouxe prejuízo funcional e sofrimento psíquico. As frustrações decorrentes do analfabetismo e o prejuízo funcional em decorrência das sequelas do AVC foram temáticas recorrentes durante a entrevista. Somado a isso, ela apresenta diabetes de difícil controle, é insulino dependente e relata angústia com os gastos decorrentes de sua doença, como lancetas de controle de glicemia, alimentos integrais, frutas, verduras, adoçante e dificuldade de fazer natação, tal qual orientado pela equipe de saúde. A mesma fazia um tratamento de fisioterapia domiciliar pelos profissionais do Núcleo de Apoio em Saúde da Família, suspenso desde o início da pandemia. Durante a entrevista, descobro que não havia água potável para consumo humano e que faltava água encanada no turno da manhã e da tarde em sua residência.

Joana tem 46 anos, nora de Isabel, reside no mesmo terreiro em casa separada. Não lê ou escreve. Preferiu fazer a entrevista no CRAS, entretanto, no fim, me conduziu até o território de sua moradia e apresenta a sogra, Isabel, que aceita prontamente ser entrevistada. Ela vem morar no Eusébio aos nove anos pra trabalhar em casa de família, se separando dos pais. Após divórcio do primeiro parceiro íntimo, precisou enviar os filhos para a mãe no interior e voltou a morar na casa em que prestava serviços domésticos. Relata que não colocou o parceiro na Justiça pra requerer pensão para os filhos por temer represálias na época. Também nunca recebeu seus direitos trabalhistas e não buscou a Justiça por esperar que a justiça divina atue. Relata dificuldades financeiras e limitações físicas devido a uma doença crônica que se caracteriza por um ferimento na perna que lhe exige constante compra de antibióticos, gases, ataduras, pomadas, etc.

Antônia, evangélica, 52 anos, exerce atividade de auxiliar de serviços gerais através do Programa Renda Mínima, ela se voluntariou a fazer a entrevista e me conduziu para sua casa, que fica em frente ao equipamento. Mora sozinha com o filho adulto, que trabalha em regime de CLT. Ela acredita que é obrigação sua sustentar a casa sozinha, o que não consegue, então vem acumulando dívidas. Sente rebaixamento moral por aparentar ser mais velha que sua idade, sendo confundida com uma idosa. Deseja pintar os cabelos e andar arrumada, entretanto se coloca como impedida pelas dívidas. Descreve para mim a morte de seu esposo dentro da própria casa, que testemunhou. Sente-se aliviada por estar sem ele, que era alcoólatra e, quando em estado de embriaguez, a maltratava e não contribuía com o sustento dos quatro filhos. Neste período turbulento, ela sobrevivera graças ao PBF e ao auxílio de familiares e comunidade. Desistiu da escola porque não conseguiu aprender a ler. Como ia casar, teve sua decisão endossada pela

família. Parou de trabalhar em casa de família após união, dedicando-se exclusivamente aos filhos e ao marido. Após viuvez, começou a trabalhar no Projeto Renda Mínima como auxiliar de serviços gerais mesmo com quatro crianças a seus cuidados.

Alice tem 61 anos, nosso encontro ocorreu ao acaso quando parei em uma bodega e pedi orientações para achar o endereço de uma possível voluntária. Ela cuida de vários netos, mora em uma casa pequena de poucos móveis, recém comprada. Nos diz que a filha é viciada em crack. A relação das duas se mostrou conflituosa durante a entrevista, onde ouvi palavrões e xingamentos em um fundo de música gospel que tocava em um radinho no chão. Gosta de ir para a igreja, mas frequenta pouco por medo de andar sozinha à noite. Relata dores que acumula ao longo da vida como o assassinato do ex marido na porta de casa e a separação do companheiro por conta de conflitos com seus filhos. Ela carrega arrependimentos por ter se demitido de um trabalho que gostava para que pudesse permanecer cuidando dos netos, que se encontravam em situação de maus tratos. Coursou todo o ensino fundamental e passou em um concurso para o qual nunca fora chamada, por isso, se sente burra e culpada.

Célia, evangélica, tem 44 anos e duas crianças, uma delas é portadora de síndrome de Down e lhe exige maiores cuidados. Traz um relato que carrega elementos de superação de uma infância de fome e de perdas, neste sentido, traz a lembrança da mãe como pedinte nas ruas, recorda dela fugindo consigo e seus outros irmãos menores da violência doméstica conjugal em decorrência do uso abusivo de álcool do pai. Durante a velhice, o pai, já doente, volta a seus cuidados até o falecimento. Perdera a mãe para o câncer, anos antes, neste período, a família foi amparada pela pensão de uma freira que também já falecera. Após a primeira separação, tem a filha tomada de sua guarda como medida punitiva moral a seu relacionamento com outros parceiros. Célia está em seu segundo marido e se sente satisfeita por poder se dedicar ao trabalho doméstico e, assim, cuidar integralmente da casa e dos filhos, mas também relata falta de tempo e esgotamento mental como uma consequência dessa tarefa. Tentou frequentar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) por duas vezes, mas logo abandonou a ideia devido aos filhos e aos deveres com a casa. Esperança voltar a frequentar a escola após a pandemia para que possa, enfim, lhe ser permitido aprender a ler. No fim da entrevista, Célia me indica Maria, sua irmã.

Maria, também evangélica, 41 anos, construiu uma pequena facção de roupa no andar de baixo de sua casa, onde divide espaço com filhos, marido, crianças e adolescentes adotivos. Relata questões como adoecimento de toda a família por Covid-19, ainda que em isolamento, o desemprego do único empregado da casa como

consequência do fechamento do comércio e a suspensão das atividades de sua pequena empresa como um desdobramento da pandemia. Ela também traz fortes relatos de vivências de fome, lembranças de uma invasão policial e um tiro dado em sua direção dentro de sua casa, mas também ganhos paulatinos de melhores condições de vida e a conquista de sua pequena confecção, inclusive ainda hoje guarda sua primeira máquina como uma lembrança afetiva. Durante a pandemia, que ainda segue, a família se encontrou em situações de extrema vulnerabilidade, entretanto, o auxílio emergencial e a cesta básica foram importantes estratégias de resistência.

Também elaboramos uma tabela para que haja melhor visualização das entrevistadas:

Tabela 1 –Perfil das Mulheres Entrevistadas

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Tempo de PBF</b>	<b>Tempo de exclusão</b>
Isabel	54	18	16 anos
Elza	45	18	2 anos
Joana	46	18	3 anos
Antônia	52	2 anos	16 anos
Alice	61	1 anos	4 meses
Célia	44	18	5 anos
Maria	41	18	3 anos

Esperamos que os elementos apresentados acima ajudem o leitor a acompanhar com maior familiaridade o percurso de cada uma das entrevistadas, auxiliando na compreensão das análises, sendo possível que a qualquer momento se volte para esta metodologia para identificar cada uma das mulheres que contribuíram generosamente para esta escrita. A seguir, iremos relatar o processo de construção dos dados dessa pesquisa.



### 2.3 Processo de construção dos dados

Há uma série de dados estatísticos oficiais, números que traduzem critérios avaliativos metrificados da pobreza e da pujança como já exposto no tópico anterior. Pretendíamos percorrer o caminho oposto: executar uma observação não sobre “quantos” se beneficiaram do PBF, mas sobre “quem”, através da técnica da entrevista. O caráter de denúncia desse método de pesquisa vem para “dar voz aqueles cujo discurso foi calado ou teve pouca influência no discurso dominante” (PARANÁ, 1996 p. 317).

O caráter de protesto só pode ser atingido capturando do pormenor da vivência humana através da memória e no deslocamento do método de pesquisa, que sai da neutralidade para o que Santos e Spíndola (2003) traduzem em vínculo entre pesquisador e sujeito, a questão da relação estabelecida, os sentidos de cada história e sua ressignificação. A condição do discurso se torna ponte entre o social e o individual. Podemos apontar a dimensão terapêutica proporcionada pelos relatos autobiográficos. Ao construir o texto, o indivíduo costura a narrativa de sua vida e se reconstrói: “lembrar não é reviver, é refazer” (CHAUÍ, 1994, p. 20). Esse tecido de memórias é desenhado não só na lembrança, mas no esquecimento. Para Bosi (2003, p. 63), é possível admitir que no relato oral “há passagens borradas de difícil restauração”, o que cabe também a interpretação, afinal “cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento”. Mas há o tempo de todo mundo. Por vezes há fala, por vezes há silêncio, por vezes os pensamentos são difusos, mas tudo é relato, até onde a fala não alcança e as emoções predominam.

As experiências podem ser lembradas e articuladas às vivências presentes, produzindo sentidos. Consideramos aqui o sentido como todos os fatos psicológicos que uma palavra desperta na nossa consciência. O sentido é determinado pelos momentos encontrados na consciência relacionado aquilo que determinada palavra expressa. (VIGOTSKI, 2001). A partir disso, os pesquisadores buscam interpretar os fenômenos sociais com base nos significados atribuídos pelos próprios indivíduos. Além disso, eles carregam como ponto de partida o pressuposto que “o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram” (GASKELL, 2008 p. 65). Dessa forma, ressalta-se como as mulheres construíram suas vidas em meio às questões de gênero ancoradas pela pobreza.

Neste caso, interessa-nos captar a questão da transitividade demarcada pela passagem do PBF articulado pelos demais benefícios socioassistenciais como importantes recursos mediadores de experiências e possibilidades dentro do contexto de pobreza no cotidiano das entrevistadas. No período em que os dados foram coletados, novembro de 2020, especialmente a região metropolitana de Fortaleza manifestava estatisticamente maior letalidade entre pessoas negras e em situação de pobreza, tornando nosso público mais vulnerável às questões relativas à doença porque trouxe à tona como a racialização e as pobreza na pandemia se constituíram como operadores perversos de exclusão no Brasil. Nossa primeira ideia foi a de disponibilizar um celular com internet para que as mulheres fossem até o CRAS e realizassem entrevistas à distância, contudo, esta solução pareceu controversa pois comparecer a um equipamento público aumentaria não apenas a circulação social das entrevistadas, como também ampliariam as chances de contágio das trabalhadoras do CRAS, que teriam que recebe-las. Além disso, o equipamento funcionava em horário reduzido, de 8 às 12h, com a oferta de serviços limitados, e dispunha de apenas duas salas de atendimento, um usado por duas técnicas do Cadastro Único e outra dividida por três técnicas.

Na tentativa de conciliar as questões concretas que se impunham ao contexto de pesquisa, diminuimos a frequência destes encontros, como forma de priorizar a vida e a saúde das famílias, oferecemos ir ao encontro das entrevistadas como opção. É importante ressaltar que a pesquisadora, enquanto trabalhadora da assistência, já tinha um vínculo prévio com parte considerável das entrevistadas. Não houve demarcação de tempo de cada encontro respeitando a conveniência e a disponibilidade de cada uma e a rotina dos moradores da casa. Os encontros demoraram entre uma a duas horas. O fim das entrevistas ocorria de forma gradual quando percebíamos um certo esvaziamento da demanda de fala “significando que o entrevistado se detém e dá sinais de que a história terminou” (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2008, p.99). Além disso, a pesquisadora deixava seu WhatsApp disponível, o que fez com que algumas entrevistadas continuassem mandando mensagens de áudio e vídeos, indicando uma boa qualidade do vínculo formado mesmo diante das limitações metodológicas.

Bosi (2003) fornece algumas pistas sobre como criar um contexto de familiaridade com o ator: obter informações objetivas a respeito do assunto de que irá falar o depoente, efetuar uma aproximação pessoal aos contextos aos quais ele pertence, desenvolver uma conversa prévia para adquirir informações a respeito do que constitui o cerne de suas preocupações, dos termos que usa, do modo de reconstituir o passado e de formar laços

de amizade. Tais passos foram rigorosamente seguidos no contexto de pesquisa, onde logo no primeiro contato seja pessoalmente ou por telefone, o objeto de pesquisa era previamente apresentado, além disso, a pesquisadora se apresentava não apenas como mestranda da UFC, o que trazia um certo estranhamento para as depoentes porque algumas delas não tinham referências prévias sobre a universidade ou sobre o conceito de mestrado, mas quando a pesquisadora informava que trabalhou no CRAS, encontrando um assentimento maior da comunidade, que em maior ou menor medida conhecia o que era e onde ficava. Para Ades (2004), a construção de laços no processo é inevitável e necessária, pois o pesquisador se apresenta como alguém interessado em outro ser humano ao perguntar sobre o passado da depoente, que, por sua vez, quer partilhar com ele sua experiência. A que fala agradece implicitamente ao que escuta, por ter lhe fornecido uma oportunidade para saber o que tinha a dizer.

As entrevistas foram realizadas nos lares das próprias mulheres respeitando o arbítrio das entrevistadas, que escolheram livremente dia, hora e local de acordo com a sua conveniência. Apenas uma entrevistada insistiu para que a entrevista fosse presencial e no CRAS. O motivo desta escolha foi possivelmente o estigma que subjaz seu espaço de pertencimento, amálgama entre moradia e espaço religioso, já que residia em um terreiro de umbanda e era umbandista, informação desconhecida pela pesquisadora e que fora relevada ao final do encontro. Após o momento da entrevista, ela conduziu a pesquisadora até seu terreiro e apresentou a sua sogra e mãe-de-santo, que aceitou prontamente participar da pesquisa, realizada no terreiro entre bichos, exus e crianças.

A escolha dos espaços de entrevistas como local de pertencimento se mostrou expressivo mediador das narrativas. Ouvi histórias nas cozinhas e terreiros onde havia portões abertos que permaneciam destrancados e éramos costumeiramente interrompidos por pequenos vendedores de porta em porta, vizinhos que adentravam sem cerimônia, familiares que chegavam ou saíam, mostrando pouca preocupação com o isolamento social, com baixa privacidade durante as entrevistas, o que também trouxe benefícios, pois foi possível experienciar o ritmo cotidiano, conhecer os atores que protagonizam papéis fundamentais nas narrativas, sem grades e sem portões opacos com câmeras que escondem inteiramente os interiores das casas.

Também foi possível testemunhar situações de pobreza que se presentificaram de forma espontânea durante a visita, como a falta de água corrente e potável em uma das residências ou a quase completa ausência de móveis e objetos no interior de outra. Os arranjos dos espaços de moradia também foram percebidos, a cama na sala para caber

mais moradores, as fotos antigas dos filhos pequenos, dos filhos formados, a pintura dos avós como fotografia, lembrancinhas de casamentos e aniversários antigos de crianças, o piso, as paredes, o cheiro de almoço no fogão, tudo pode ser transformado em epígrafe, trazendo força e colorido para as narrativas. Bosi (2003) define por objetos biográficos estes pequenos objetos insubstituíveis e que envelhecem junto com seu possuidor, se incorporam à vida, representando uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador. Por isso, as histórias não se fazem verdades cristalizadas esperando ser colhidas, mas leituras do passado a partir do presente, das paredes, das pessoas que passam, dos objetos que são parte das histórias de vida e que que avivam lembranças.

Pode-se trazer neste sentido que o vínculo é formado também durante processo de captura de dados, mas para isso é necessário se familiarizar com o território que o pesquisador explora, dessa forma, nestes três anos sofri vários atravessamentos por este campo com visitas domiciliares, atendimentos e grupos, o que me auxiliou na formação de um vínculo prévio que se mostrou imprescindível na coleta de narrativas e na formulação desta pesquisa. Nogueira e Al (2017) enfatizam que a conexão afetiva eu-outro é essencial na produção de memória e possibilita uma conexão que fornecerá as condições para que o narrador produza novas elaborações sobre o vivido, enquanto o pesquisador elabora suas questões teóricas e pessoais a partir daquela escuta. É fundamental que o pesquisador desenvolva habilidades sociais de forma a encorajar a fala e a minimizar os estranhamentos dada a relevância do estabelecimento de vínculos na entrada de dados. Neste sentido, Galkell (2008) sugere antes da entrevista o desenvolvimento do *rapport*, recurso em que o entrevistador estabelece uma relação de confiança e segurança. Utilizamos a entrevista pela centralidade de protagonismo das atrizes sociais, pela valoração do afeto e do vínculo como condição *sine qua non* para a captura de dados e, principalmente, pelo caráter de denúncia e reverberação de vozes que são pouco ouvidas, mas que são as únicas a poder memorar, narrar e significar as experiências que elas mesmas viveram.

Nas palavras de Jovchelovitch e Bauer (2008, p. 91), “não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa”, o que nos faz empregar a entrevista como técnica de coleta das histórias de vida com mulheres adultas, chefes de família e excluídas do PBF. Esse recurso é caracterizado pela ampla acessibilidade, pois pode ser utilizado independente da educação, da competência linguística e da escolaridade dos sujeitos, posto que narrar fatos constitui-se uma forma elementar de

comunicação humana, o que a torna útil aos objetivos estipulados e acessível aos sujeitos de pesquisa independente de idade e escolaridade.

Com vistas a primarmos pela fluidez narrativa, em primeiro lugar, explicamos em termos amplos o contexto da investigação, assegurando que o tópico central, “Programa Bolsa Família”, fez parte da vida das entrevistadas. Em segundo lugar, houve a coleta da narração central. Quando a narração chegou ao seu fim, o entrevistador fez os questionamentos que achou necessário para completar lacunas a partir do roteiro sempre questionando se havia algo a mais que a entrevistada gostaria de falar ampliando seu campo de elaboração psíquica. Compreendemos que a entrevista “pode intervir e cultivar a experiência ao investigá-la” (SADE et al., 2013, p. 2016) de forma que a percepção de cada entrevistada sobre sua própria história não é uma realidade inerte, mas uma construção em andamento.

Segundo Minayo, “uma das principais [estratégias] para pesquisar o sentido da história humana comum em lugares sociais específicos é pedir aos atores que contem suas histórias” (2010, p. 154). As entrevistas terão como eixo central o seguinte comando: “Conte-me um pouco da sua história, desde que você conheceu o PBF até os dias atuais”. Algumas entrevistadas demonstraram maior dificuldade de fala, tomando maior necessidade de que a entrevistadora tivesse uma postura mais ativa na demonstração de envolvimento, seja repetindo o que foi dito, seja demonstrando de forma verbal ou não-verbal interesse nos relatos. A entrevistadora permaneceu atenta às dimensões do trabalho externo e doméstico, maternidade, relações familiares, condições de moradia, privações vividas, relações de suporte social, percepções da pobreza, vivências de vergonha e humilhação, rede de apoio social, destino do valor do benefício, percepção do PBF durante e o depois com o suporte do roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice A), transpondo questões emanentes em imanentes.

Elaboramos este roteiro de entrevista com o objetivo de auxiliar na condução da entrevista, entretanto, buscamos fazer desse momento um processo de vínculo e diálogo, sendo minimamente interventivo para que as mulheres pudessem nos contar livremente o que considerassem de maior relevância em suas vidas na ordem e no tempo que achassem suficientes. Organizamos em quatro blocos, o primeiro bloco abordamos questões sobre a vida e as histórias das entrevistadas. Em um segundo bloco captamos os contextos de privações e o cotidiano das entrevistadas, captando os impasses, mas também os enfrentamentos. Em um terceiro bloco buscamos adentrar nas questões específicas do Programa Bolsa Família através das articulações entre sentidos do programa elencados a

percepção para a própria vida. Por último, buscamos compreender as articulações de gênero e pobreza aos modos de vida e ao Programa Bolsa Família com os seguintes pontos.

No momento do encontro, a entrevistadora efetivou uma escuta ativa, utilizando estratégias de encorajamento da fala através de perguntas como “O que aconteceu antes/depois/então?” como forma de mostrar apoio e interesse (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008, p. 99) e com o cuidado em evitar “por quês”, que demandem racionalizações e justificativas. Após terminada a fala da entrevistada solicitamos a elucidação de informações relativas aos acontecimentos narrados e perguntamos se havia mais alguma coisa que a depoente gostaria de adicionar.

Todas as perguntas estavam alinhadas aos objetivos da pesquisa. Junto às entrevistas, elaborados diários de campo para ajudar a nortear o alcance dos objetivos propostos. Os comentários informais feitos antes ou depois do processo de entrevista, quando o gravador estiver desligado ou em situações descontraídas, também se constituirão como elementos da pesquisa e serão registrados nos diários de campo. Essa técnica auxiliar de diário de campo foi utilizada desde o primeiro contato com as mulheres. O diário de campo deve ser elaborado no “momento em que o/a pesquisador/a decide ir onde os interlocutores estão e se prolonga até seu retorno à casa” (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014, p.273), se constituindo de condições prévias e posteriores dos encontros, sendo nele inscritas trocas dialógicas, condições materiais de campo e relações com os interlocutores (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014).

Os diários de campo foram auxiliares nas categorias de análise, traz elementos vivos da interação e dos sentimentos da pesquisadora que deixa de ser neutra e passa a compor uma relação sujeito-sujeito, evidenciando não apenas o material de pesquisa, como seu processo: “os fenômenos, que são os ‘objetos’ da pesquisa, dependem não do material que o pesquisador tem em mãos para análise, mas de todo o processo que levou o material ao pesquisador” (MÉLLO, 2016, p.372). Neste sentido, todo o material coletado foi gravado, transcrito e analisado pela própria pesquisadora.

## **2.4 Análise dos dados**

Após coletado, os dados eram imediatamente retirados do celular e colocados no drive do e-mail institucional da UFC, de forma a reforçar a segurança dessa informação. Trocamos os nomes das entrevistadas por nomes aleatórios com vistas a garantir que

nenhuma delas fosse identificada. Após esses procedimentos, os registros das entrevistas e dos diários de campo foram gravados e transcritos em sua literalidade. Os dados produzidos foram analisados a partir da Análise de Conteúdo, definido por Bardin (2011, p. 42) como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (...) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/reprodução (variáveis inferidas) dessas mensagens

Seguimos alguns passos para manejo da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Essa técnica se constitui de procedimentos sistemáticos de descrição das falas, sendo importante tanto para observar os processos de comunicação em diversos contextos, como também para compreender os sentidos das discussões num nível que vai além de uma leitura comum e incluem inicialmente 1) a transcrição das respostas encontradas; 2) a organização do material coletado e realização da leitura para obter uma categorização dos dados obtidos; 3) a codificação dos dados obtidos, transformando os dados brutos através de agregações (escolha das categorias) no intuito de atingir uma representação do conteúdo, ou de sua expressão, suscetível de esclarecer as características dos dados coletados; 4) a distribuição dos componentes dos dados analisados em categorias, classificando-os por diferenciação e por reagrupamentos em torno de critério previamente, ou não, estabelecidos (BARDIN, 2011). Os dados foram analisados e discutidos de acordo com a literatura existente sobre o tema.

Assim, após transcrição, efetuamos uma nova escuta das entrevistas com fins de revisar as transcrições e também se apropriar melhor das falas, entonações e conteúdo dos diários de campo. Para a realização da análise de conteúdo, utilizamos como recurso o *Atlas.ti* versão 9. O *Atlas.ti*, segundo Walter e Bach (2016), que se consolidou como ferramenta de apoio na interpretação humana dos dados de pesquisas qualitativas minimamente estruturadas. Já para Bandeira-de-Mello e Cunha (2003), o *software* possibilita que a pesquisadora se concentre melhor nas descobertas e teorizações por reduzir a sobrecarga de tarefas mais operacionais. Em síntese, a análise temática de conteúdo pode ser facilitada e agilizada por meio desse *software*, devido a maior facilidade e rapidez para estabelecer os rótulos necessários às unidades de registro além de possibilitar a qualquer momento o retorno às etapas anteriores de análise para avaliá-las e obter novos *insights*.

Por isso, transpomos as informações para o *Atlas.ti* versão 9, onde cada entrevista e cada diário de campo passaram a corresponder a um documento. Após essa etapa, separamos os documentos por categorias alinhadas ao roteiro de entrevista e ao conteúdo das falas, que foram: “Escolaridade”, “Filhos e irmãos”, “Lazer”, “Programa Bolsa Família”, “Outros benefícios socioassistenciais”, “Pais”, “Pobreza”, “Relacionamentos amorosos”, “Relações com os equipamentos públicos”, “Religião”, “Suporte Familiar”, “Trabalho remunerado”, “Trabalho não remunerado”, “cotidiano”, “Vergonha e Humilhação”. Em seguida, geramos um *output* de cada categoria, seguimos a análise dos conteúdos para em seguida escrever esta dissertação.

## **2.5 Compromisso ético da pesquisa**

Esta pesquisa é comprometida inicialmente com o impacto da pobreza na vida das mulheres. Partimos do princípio de que é impossível eliminar desigualdades historicamente acumuladas sem políticas públicas eficazes no combate às condições que as geraram e as perpetuam. Nosso envolvimento ético é primordialmente com as atrizes sociais envolvidas no processo investigativo. A pesquisa não parte de um ponto de vista neutro e tem um duplo compromisso: com a publicidade da importância do fortalecimento da proteção social básica na vida das moradoras do município e com o sigilo das narrativas das mulheres que contribuirão para que este processo investigativo resulte em um estudo relevante.

Neste sentido, as participantes foram informadas de que a pesquisa seria voluntária, não remunerada, sem custos de participação e de que a divulgação dos resultados seria feita de forma a não as identificar. Nosso propósito foi assim resguardá-las de quaisquer sanções externas. Além disso, se houvesse algum dano decorrente da pesquisa, a mesma seria indenizada nos termos da Lei. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará atendendo a Resolução 196/96 com o número do Parecer 4.278.416 (Anexo A). Também solicitamos às entrevistadas o preenchimento do TCLE (Apêndice B) para manter o compromisso de autonomia dos sujeitos da pesquisa, bem como para a autorização de gravação e utilização de suas falas em produções científicas oriundas dessa, estando cientes dos objetivos do estudo.

Antes de cada entrevista, líamos o TCLE integralmente, aproveitávamos esse momento pra reforçar com nossas próprias palavras as orientações do documento em um exercício constante para usar uma linguagem acessível e compreensível para todas. Neste



momento, também explanávamos dúvidas sobre a própria pesquisa, garantindo que todas tivessem compreensão suficiente para escolher ou não a participação. Nesta ocasião também perguntamos se elas ou algum familiar presente gostaria de gravar o número de telefone da entrevistadora em seus aparelhos ou anotar, ainda que estivesse no TCLE para enfatizar a possibilidade de contato. Algumas vezes, as entrevistadas precisaram de auxílio da pesquisadora nesta etapa. Esse momento de explicação informal foi importante porque apenas uma entrevistada afirmou conseguir ler o roteiro, as demais relataram dificuldade de entender a escrita ou não conseguir ver bem as letras. Vale ressaltar que o processo de tirar dúvidas permaneceu durante a entrevista onde comumente as entrevistadas buscavam orientações sobre o PBF e outros auxílios, fazendo que a pesquisa também tivesse um cunho interventivo e informativo dentro dos interesses de cada uma delas. Nesse ponto, a experiência de técnica de assistência social e o vínculo com a equipe de referência foi essencial para tornar este processo fluido e dialógico.

É importante ressaltar que a primeira e mais importante devolutiva é uma possível melhora no meu cotidiano de trabalho enquanto psicóloga concursada de dois municípios vizinhos, Eusébio e Itaitinga, nos quais atuo principalmente com uma população que apresenta vulnerabilidades amplas vinculadas à pobreza. Dessa forma, essa pesquisa aumenta meu conhecimento e minha sensibilidade sobre as questões apresentadas e aguça meu viés crítico de atuação profissional. Após aprovação em defesa desta escrita, também pretendemos oferecer a apresentação dessa dissertação às equipes profissionais dos equipamentos sociais municipais e aos conselhos deliberativos de assistência social. De acordo com Gaskell e Bauer (2008), a ciência não é um empreendimento privado, sendo necessário ao pesquisador deixar a pesquisa acessível ao escrutínio público. Também será oferecido a possibilidade de apresentar os resultados diretamente às moradoras das localidades pesquisadas nas reuniões de PAIF, que tradicionalmente antecedem a entrega de cestas básicas pela equipe do CRAS Jabuti, e às mães dos Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de forma dialógica, compreendendo que o tema é de interesse direto da comunidade local em forma de *lives* e em um momento mais oportuno em que já seja possível a volta dos grupos presencialmente aumentando a interação face a face e a acessibilidade à parcela populacional sem acesso à *Internet*.

Nos disponibilizaremos para a divulgação e debate em outros espaços convenientes para a população que surjam, considerando a importância em facilitar o acesso da ciência à comunidade de forma compreensiva e acessível. Por último, pretendemos realizar a publicação desse estudo em periódicos especializados e apresentá-

lo em Congressos e Eventos com objetivo de divulgação de fenômenos sociais relacionados à problemática da pobreza na vida das mulheres, cumprindo seu caráter de denúncia e de fomento a intervenções da Psicologia e áreas afins. Além disso, há possibilidade de formar grupos de mulheres no Jabuti vinculadas ao CRAS para que as questões trazidas por essa pesquisa sejam facilitadas e debatidas, neste sentido, é possível mobilizar as orientadoras sociais para permanecer com as crianças em atividades lúdicas durante o período do encontro, de forma a fortalecer nas mulheres do Jabuti processos de identificação, compartilhamento e troca para que todas se beneficiem desta pesquisa a partir do fortalecimento das estratégias de resistência e da prevenção de saúde mental dentro das questões aqui analisadas.

### 3 POBREZA E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: RELAÇÕES POSSÍVEIS

Neste capítulo, pretendemos responder aos objetivos de “analisar os efeitos do Programa Bolsa Família em mulheres excluídas do PBF” e “apreender os percursos de vida e as estratégias de resistência em mulheres excluídas do PBF”. No primeiro tópico “Políticas públicas e benefícios socioassistenciais no cotidiano de mulheres” articularemos os benefícios socioassistenciais ao conceito de suporte social e da política de garantia de direitos. Também traremos o sentimento de orgulho e de autovalor proporcionado pela ampliação do poder de compra, o que parte do aumento da capacidade de consumo, que ocorre, por vezes, sem questionamento dos determinantes estruturais da pobreza. Por último, a vergonha e a humilhação serão debatidas a partir dos encadeamentos das vivências de vulnerabilidades e de dependência femininas, que foram intensificadas com a exclusão do PBF.

No item “Programa Bolsa Família: concepção e abrangência” apresentaremos o escopo do programa, seu impacto social e relevância pública. Neste quesito discutiremos o valor dos repasses e a compreensão das entrevistadas sobre as contrapartidas, com ênfase em sobre o que pensam em relação a escolaridade dos filhos e do PBF. Além disso, trataremos a atualização das condições de pobreza das mulheres excluídas que foram intensificadas pela diminuição de renda no período do fechamento do comércio e pelas dívidas, fonte de vivências de vergonha e humilhação.

Em “Contextos de pobreza e políticas de transferência de renda” discutiremos as diferentes compreensões sobre os significados da pobreza com ênfase na perspectiva unidimensional, que considera a pobreza a partir da renda, e a multidimensional na perspectiva da Abordagem das Capacitações, que considera a pobreza como uma vivência ampla de êxito e privações. A pobreza, enquanto um fenômeno heterogêneo e multifacetado, será abordada a partir das entrevistas e diário de campo, onde enfatizaremos dimensões como a renda, as estéticas, os territórios, os estigmas e o acesso às políticas públicas. Além disso, discutiremos como situações de pobreza se expressam nas configurações conjugais, nas habilidades de escolha, na fome e no adoecimento. O PBF foi relacionado como um recurso que auxilia a superação destas questões, possibilitando a compra de comida e mudanças de configurações de relacionamentos.

Por último, em “Lugar das mulheres no Programa Bolsa Família: tensionamentos entre a atividade de cuidado e o trabalho remunerado” fomentaremos debates sobre as articulações entre o gênero e o PBF, enfatizando os lugares sociais do feminino na

atividade de cuidado e no trabalho produtivo, que por vezes se tornam duas atividades inconciliáveis.

### 3.1 Programa Bolsa Família: concepção e abrangência

Atualmente, a pobreza é uma das manifestações contemporâneas mais pungentes da realidade brasileira. De acordo com o Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (GTA Agenda 2030, 2017), o Brasil corre o risco de retornar ao Mapa da Fome, ou seja, o país voltou a ter parte considerável da população em situação de insegurança alimentar. Apesar de ocupamos a 9ª posição do PIB no mundo, os dados do IBGE (2018) indicam que 26,5% da população brasileira, cerca de 55 milhões de pessoas, se encontra abaixo da linha da pobreza, com rendimento domiciliar *per capita* menor que 5,5 dólares, o que aponta a má distribuição de renda.

Como política pública de combate à pobreza e à desigualdade social, no início do governo Lula, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF) a partir do decreto de Lei nº 10.836 (BRASIL, 2004). Ele se caracteriza por ser um programa de transferência direta independente de contribuição prévia, o que, na prática, abrange um número maior de pessoas vulneráveis às intempéries da vida e aumenta a acessibilidade de mães e outras mulheres que por algum motivo não se inseriram no mercado formal de trabalho, mas que precisam prover a família.

Mendes da Silva (2020) analisa o fenômeno de expansão da assistência social brasileira entre 2004, ano de início do PBF, até 2014 como demarcado por contradições entre a implantação e consolidação do SUS a partir do processo de modernização conservadora como estratégia de gestão da pobreza, para dar conta da fração mais empobrecida da classe trabalhadora e conter as expressões mais disruptivas da questão social, mas que também consolidou um movimento importante de institucionalização, normatização e regulamentação dos programas socioassistenciais em meio a “uma política social marcada pelo histórico descaso, casuísmo, fragmentação e confucionismo entre o público e o privado, com forte presença do caldo cultural conservador do assistencialismo, paternalismo e benemerência” (MENDES DA SILVA, 2020, p,21).

Neste sentido, o PBF trouxe indubitavelmente o fortalecimento da garantia de direitos, o público eletivo para se beneficiar do PBF são famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. A inclusão da família, bem como o valor do benefício, leva em conta fatores como composição familiar, quantidade de gestantes, crianças e adolescentes, renda *per capita* autodeclarada e valores de outros provimentos, como o Benefício de Prestação Continuada.

Atualmente, é considerada em situação de pobreza famílias que ganham até de R\$ 89,01 até R\$ 178,00 *per capita* e de extrema pobreza famílias que ganham até R\$ 89,00 *per capita*. (BRASIL, 2021), enfatizando um critério unidimensional.

Apesar do critério para a entrada no Programa ter como base fatores estritamente monetários, o PBF atua através de três eixos que não se restringem à perspectiva financeira. O primeiro eixo diz respeito ao complemento da renda através de um benefício em dinheiro de transferência direta pelo Governo Federal com fins de alívio imediato da pobreza. O segundo eixo tem como objetivo a quebra do ciclo intergeracional de pobreza. Nesse eixo, o beneficiário do programa precisa cumprir condicionalidades vinculadas ao acompanhamento da saúde, educação e assistência social com fins de acessibilizar a inclusão social. Já o terceiro e último eixo diz respeito articulação do programa com outras ações e políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento familiar e impulsionar a superação de vulnerabilidade e de pobreza (BRASIL,2004).

A porta de entrada para o PBF denomina-se Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único ou CadÚnico), constituindo-se de uma plataforma nacional unificada que permite identificar e caracterizar as famílias de baixa renda. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. É a partir da inscrição do CadÚnico que as famílias de baixa renda são selecionadas e incluídas em programas federais. A plataforma também pode ser utilizada para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais (BARROS; CARVALHO; MEDONÇA, 2009).

O CadÚnico é usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outros (Brasil, 2015a). Além disso, o cadastramento amplia as possibilidades de acesso ao ensino superior através da Lei de Cotas, Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES). De forma sucinta, o Programa Minha Casa Minha Vida é um programa de financiamento que auxilia na compra da casa própria. Já o PROUNI, o Fies e as leis de cotas oferecem maiores possibilidades de entrada e permanência no ensino superior público e privado. Por fim, a Tarifa Social de Energia Elétrica corresponde a um desconto na conta de luz. Todos os programas supracitados são recursos disponíveis às famílias beneficiárias do PBF (Brasil, 2015b).

A execução do Cadastro Único (Brasil, 2007) é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os Estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o gestor responsável e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas. A inscrição no CadÚnico e a solicitação para acessar todos os programas sociais eletivos são feitos presencialmente através de uma entrevista. De forma auto declaratória, a solicitante fornece dados sobre as características da residência, identificação dos moradores, escolaridade, situação de trabalho e de renda, entre outras (BRASIL, 2007).

Vale ressaltar que nem toda família se tornará beneficiária do PBF. Apesar de o cadastro ser unificado e requerer informações que englobam acesso a saúde, educação e condições de moradia, a inclusão no Programa ainda está condicionada a renda *per capita*, ou seja, pessoas que declarem renda acima do teto não são elegíveis. Essa perspectiva de inclusão a partir da valoração unidimensional da pobreza pode ser um recurso de exclusão a pessoas em situações diversas de pobreza dado que pessoas que não têm salário fixo podem ter dificuldades de estimar a renda.

Para exemplificar, uma responsável familiar procura a equipe do Cadastro Único para inscrição ou atualização de seus dados cadastrais. A família desta sobrevive da realização de pequenos serviços sazonais de natureza instável e apresenta baixa escolaridade. A responsável, quando é requisitada pelo entrevistador a declarar a renda familiar, fará uma estimativa baseada em suas habilidades lógico matemáticas. Devido à baixa acessibilidade ao ensino lógico formal, esta poderá ter dificuldade de estimar a renda familiar inclusive porque esta chega de forma escassa e mensalmente espaçada, havendo um componente de imprevisibilidade. Quando chega à família, esta renda é imediatamente convertida em artigos de necessidades básicas de sobrevivência. A responsável familiar precisará calcular uma estimativa mensal dos ganhos familiares, que será baliza avaliativa para sua possível entrada no Programa.

Por outro lado, a usuária provavelmente saberá falar sobre aquilo que lhe é familiar e constante: o acesso dos filhos à escola, o seu lazer ou a falta dele, em que condições vive e as dificuldades como se em sua casa há rede de esgoto, água potável, coleta de lixo, se ela se sente segura ou se há ameaça de violência. Todas essas questões são imprescindíveis quando se discute pobreza. Outros contextos de vulnerabilidades sociais como analfabetismo, insegurança alimentar, instabilidade financeira, vínculos empregatícios precarizados e falta de garantias trabalhistas podem estar inscritos no sistema do Cadastro Único, mas não contam como critério de exclusão nem de desligamento. Sendo assim, a definição de pobres, extremamente pobres e, por extensão,

não pobres está delimitado apenas pelo critério de renda, apontando para uma visão unidimensional (BRASIL, 2017b).

Vale ressaltar que o valor que a responsável irá receber vai depender da renda *per capita* familiar e do ciclo de vida de sua família. A caracterização deste complemento de renda é fundamental para trazer ao debate algumas características importantes para este projeto de pesquisa. No PBF existem duas categorias de benefícios: o básico e o variável. O benefício básico é direito de famílias caracterizadas pelo CadÚnico como extremamente pobres, ou seja, com renda de até R\$: 89,00. As famílias dentro desta categoria recebem mensalmente igual valor de R\$ 89,00 independentemente da quantidade de membros que a compõem. (BRASIL, 2017b)

Já os benefícios variáveis são subdivididos em três modalidades e levam em consideração características situacionais como quantidade de adolescentes, crianças, nutrizes e puérperas. A segunda modalidade tem como objetivo o repasse de nove parcelas mensais às gestantes. Já a terceira modalidade é destinada à nutrição de crianças com idade entre 0 e 6 meses e tem como objetivo reforçar a alimentação do bebê, ainda que este não more com a mãe. Para recebimento deste benefício, é necessário que a criança esteja incluída no CadÚnico até os seis meses de vida (BRASIL, 2015b).

As três modalidades referida anteriormente custam o mesmo valor de R\$ 41,00, sendo acumulativos até cinco benefícios por família. Além disso, ao contrário do benefício financeiro básico, os benefícios variáveis são destinados a famílias que ganham até R\$: 176,00, ou seja, estão incluídas famílias classificadas em pobreza e em extrema pobreza. (BRASIL, 2015b). Os valores repassados às famílias ainda são considerados insuficientes para a subsistência familiar (CASSINI, 2014; RODRIGUES, 2015), cada família recebe em média R\$: 180,00. Já o custo orçamentário de manutenção do programa é considerado de baixo impacto posto que mobiliza apenas 0,4% do Produto Interno Bruto Nacional.

As entrevistadas estimaram valores de repasses que variaram de R\$ 40 a 400,00. Essa alternância esteve presente não apenas entre cada uma delas, mas ao longo de suas vidas. Além disso, em geral, a maioria das entrevistadas permaneceu com o PBF na infância, adolescência e idade adulta dos filhos. Elza relata brevemente a variação de valores e relaciona seu aumento ao longo do tempo à inclusão dos irmãos menores de idade: “Comecei a ganhar R\$ 130,00 numa época que era cinco menino, aí depois eu incluí meus irmão, comecei a ganhar R\$ 310,00, aí pronto, esses R\$ 310,00 passei um bom tempo ganhando, aí fui cortada de uma vez” (Elza). Após dois anos sem receber, a

entrevistada atualizou o cadastro, voltando a receber por quatro meses até ser excluída uma segunda vez: *“fiz meu cartãozinho do Bolsa Família pra mim, aí eu fui receber, quando eu fui receber era R\$ 60,00, R\$ 40,00. Passei na faixa dos quatro mês, recebendo R\$ 41,00, aí depois não veio mais nada.”* (Elza).

Já Alice relata que ganhava R\$ 117,00, percebendo esse valor como impactante dentro de sua realidade *“Bom, quando a gente não tem um real chegando R\$ 117,00 é o quê? Uma maravilha! (...) às vezes, eu não vou dizer que era toda vez, mas às vezes, eu tava sem um mantimento (...) não dava muito, mas dava.”* (Alice). Célia também relata também que antes de ser mãe de um filho portador de síndrome de Down também tinha como única renda o PBF *“Antes de eu ter o menino, o que eu tinha era só Bolsa Família, eu recebia R\$ 397,00.”* (Célia). Antônia também recebia um valor de R\$ 400,00, que foi cortado, de acordo com ela, porque os filhos atingiram a maioridade *“eu tava ganhando R\$ 400,00 (...) cortaram porque os meninos cresceram, ficaram de maior”* (Antônia). Por último, Maria também apresenta de forma clara a variação dos valores do repasse do PBF pra sua família *“desde que iniciou aí foi aumentando, aí eu fiquei recebendo. A última vez que eu vi foi R\$ 380,00 (...) o meu marido sempre fazia uns bico por ali por acolá, mas, mesmo assim, não dava. Aí eu comecei a fazer aula de costura, minha mãe tinha uma maquinazinha, (eu) vinha aprendendo.”* (Maria).

Dessa forma, se o Programa Bolsa Família não apresenta caráter vitalício, a renda se torna um critério delimitador para pobres e não pobres, mas é a partir da obediência aos critérios que a beneficiária é eleita a permanecer ou não no programa. Uma pessoa pobre ou extremamente pobre, independente da renda, pode ser punida com a exclusão, ocultando o fenômeno da pobreza como uma fissura social e trazendo uma compreensão personificada do fenômeno, o que pode ter repercussões nas subjetividades das pessoas em situação de privações sociais. Para Ximenes, Nepomuceno, Cidade e Moura Júnior (2016), os parâmetros monetários e individualizantes na definição das pobrezas podem trazer repercussões psíquicas relativas à autopercepção de pobre.

Por último, o repasse financeiro está condicionado a um conjunto de contrapartidas que as famílias precisam cumprir na área da saúde e da educação:

A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento (BRASIL, 2004, s/p).



A condicionalidade é um ponto central ao Programa Bolsa Família e traz discussões polêmicas sobre a contrapartida enquanto pré-requisito, bem como sua consequente ameaça de perda e sobre suas implicações simbólicas. Caso às famílias não cumpram as condicionalidades, não realizem a atualização cadastral, ultrapassem o valor que as caracterizam como situação de pobreza, serão desligadas do Programa Bolsa Família. Outra forma de sair é requerendo o desligamento voluntário.

Não houve relato sobre os impactos da política de condicionalidades durante as entrevistas, não sendo possível saber se as entrevistadas sofreram penalidades pelo descumprimento de contrapartidas em algum momento de sua experiência com o PBF, entretanto, todas referem priorizar a frequência escolar dos filhos, como bem nos relata uma delas *“Nunca faltou (aula), só faltava quando tava doente, mas assim mesmo eu levava atestado para não botar falta, pegava as tarefas deles, trazia pra casa pra fazer.”* (Joana). Isabel também considera o estudo dos filhos como uma atividade importante e zelava para que todos pudessem frequentar a escola, entretanto, precisava conduzi-los diariamente de volta pra casa com o marido, compreendendo a falta de iluminação como um agravante de risco: *“uma coisa e que eu nunca deixei foi falta de estudar (...) os quatro que estudaram, todos os dias, a gente ia buscar esses meninos, porque eles não vinham só, com medo da estrada, essa época que não tinha luz, era muito perigoso.”* (Isabel)

Elas mesmas não conseguiram terminar os estudos, trazendo a necessidade de abandonar a escola em algum momento de sua juventude ou infância por questões emocionais ou financeiras: *“eu desisti né, eu achava que não ia me formar mais, que não ia ter mais capacidade, aí eu deixei, eu abandonei, (meus pais) não falaram nada não, ‘é você quem sabe’”* (Antônia). A entrevistada traz o abandono escolar como uma decisão que foi deliberada a partir de um sentimento autodepreciativo de incapacidade, nesta ocasião, não encontrou encorajamento dos pais para que permanecesse. Atualmente, ela própria enquanto mãe incentiva o interesse do filho mais velho de ingressar no nível superior: *“esse mais velho, tu não conhece, ele dava trabalho dentro da escola, mas terminou. Esse daí (referindo a um filho que acabara de sair para trabalhar) tá querendo fazer faculdade, e eu já to empurrando, né? Faça faculdade!”* (Antônia).

A insistência para que os filhos sejam escolarizados traz para Joana a exclusão do PBF como um desfecho inesperado: *“Eu não tava esperando que ia cortar porque eu nunca imaginei porque são crianças e tava indo para o colégio”* (Joana). Assim, ela relaciona a manutenção do PBF como um direito a partir da relação da faixa etária dos filhos, crianças, e a frequência na escola, indicando conhecimento das condicionalidades

relacionadas à frequência escolar, logo, sua saída seria injustificável. Dessa forma, ainda que não se refira nominalmente às condicionalidades como ponto de partida para sua perda, predomina o entendimento da exclusão como estratégia punitiva. Outro motivo comum da exclusão é a conquista de empregos formais por outros membros da família, em especial, os maridos, neste sentido encontra-se na exclusão um sentimento de subalternização entre as responsáveis, que entendem que perdem o benefício financeiro porque os maridos assinam suas carteiras de trabalho e podem, portanto, arcar sozinhos com os custos de sustentar a casa e, conseqüentemente, a beneficiária.

A perda do PBF é vivida como punição por uma possível negligência ao cuidado com os filhos quando se relaciona a legitimidade do benefício a partir do cumprimento de metas em políticas públicas sem a devida avaliação dos distintos cenários. Essas perspectivas trazem implicações psicossociais simbólicas, primeiramente, a exclusão da mãe de sua única fonte de renda reforça a banalização da dependência feminina a partir da naturalização de lugares sociais da mulher como responsável pelo desenvolvimento social e afetivo de sua família e do homem como pátrio provedor, reforçando micropolíticas de poder opressoras nas dinâmicas dos relacionamentos íntimos e suscitando sentimentos de vergonha, humilhação e depreciação moral nas mulheres. Em segundo lugar, relativiza-se o direito a uma vida sem fome quando se condiciona um benefício destinado a provocar alívio à pobreza a meta da frequência escolar, trazendo uma perspectiva de culpabilização e meritocracia a um contexto de vulnerabilidade familiar. Por último, há a percepção do pobre como vagabundo e preguiçoso e da mulher como naturalmente dona-de-casa já que associa questões de acessibilidade, educação e cuidado como uma exclusiva questão de boa vontade.

Pinheiro-Machado (2019) define a palavra “vagabundo” como um significante vazio circunscrito por desempregados, ativistas, pobres, nordestinos, putas. O que define o “vagabundo” não é seu trabalho, honestidade ou esforço, mas relações de poder estruturadas no eixo raça, classe e ideologia. Os vagabundos são percebidos como menos humanos, menos dignos, seu fracasso causa menor comoção social. Para explanar a complexidade do cumprimento das condicionalidades, recorreremos aos registros de diários de campo, onde estão impressas as memórias da pesquisadora sobre a entrevistada e sua filha, a quem chamaremos de Sara:

*Assim que vi o rosto de Elza e sua filha Sara, todas as memórias vieram à tona. Sara é uma menina negra, grande e de cabelo crespos. Mãe e filha participaram de um projeto do CRAS há três anos. Fui uma das facilitadoras,*

*promovendo encontros de mães. Na época, Sara era do nosso grupo prioritário, naquele período, a família entrava constantemente em descumprimento de condicionalidades do PBF por baixa frequência escolar. Sara apresentava faltas na escola por resistência a permanecer nela, ela argumentava não gostar de lá, mas Elza teimava em levá-la insistentemente. Elza também vendia coxinhas à noite na sua calçada. A mãe era assídua nos grupos, faltava apenas quando coincidia com as consultas da filha com o neuropediatra, o grupo tinha caráter voluntário, não remunerado e durou um semestre.(DC, N 3, 05/10/2020)*

Durante a entrevista, Elza relata os cuidados que mantém com a filha para que não recaiam sobre ela suas mesmas dificuldades e impeditivos a ter uma boa vida, como o analfabetismo e o “trabalho em casa de família”, termo utilizado por muitas entrevistadas para se referirem empregado doméstico a que se submeteram desde criança, herança da exploração da pobreza infantil feminina:

*ela vem pedir as coisas aí eu “não, calma”, eu não tenho da onde tirar. Ela diz “ah, eu queria tanto trabalhar (...) arrumar alguma coisa pra mim fazer, pra mim ganhar dinheiro, pra mim poder comprar as coisas pra mim”. (...) Eu não tenho coragem de botar essa menina pra trabalhar (...) eu faço de tudo pra mim não ficar angustiada, entendeu, pra que eu não adoça, porque a gente pode adoecer, um filho da gente pedindo uma coisa e você não poder (...) já, eu já adoeci sim, eu já fiquei muito magoada, já chorei muito por eu ver ela querer as coisas e eu não poder dar, entendeu? Porque as outras (filhas mais velhas) não, na época, a gente tinha Bolsa Família. (Elza)*

A exclusão do PBF aumentou o desinteresse da filha para prosseguir na escola apesar da insistência da mãe sobre sua assiduidade independente da vigilância perpetrada pelo PBF, estimulando que a adolescente encontre motivações próprias de investimento em um futuro ainda incerto “*ela fica sempre dizendo ‘olha, eu não ganho Bolsa Família mesmo’, você não ta estudando pra receber o Bolsa Família, você ta estudando pra aprender, então estuda e aprende que mais na frente você tem um trabalho.*” (Elza).

Neste sentido, a exclusão do PBF contribui para o agravamento da situação que prometeu solucionar a partir da política de condicionalidades, qual seja, a erosão do capital educativo familiar. É importante destacar que a escola apresenta desafios próprios porque tem seu código de etiqueta social, incluindo vestuário apropriado, bom comportamento, demonstração de interesse genuíno, adaptação aos padrões de sociabilidade. Ela também exige suas condicionalidades próprias: atenção durante as aulas, boas notas, presença cotidiana e tempo de estudo extra, sob pena de reprovação.

Neste sentido, algumas entrevistadas relatam elas mesmas terem desistido dos estudos por dificuldades de aprendizado “*A única coisa que eu sei é fazer é assinar meu nome e mal (...) não sei o que foi que aconteceu, que eu não aprendi.*” (Isabel). Logo,

frequentar a escola não significou a automática alfabetização de Isabel, assim como não significou a de Antônia, que também desistiu da escola por se ver incapaz de aprender. Provavelmente os contextos de fome e miséria podem ter se constituído como fortes agravantes da desistência escolar. Célia, que também não sabe ler, retrata que a merenda escolar se estabeleceu temporariamente como um fator motivador de presença, mas a necessidade de auxiliar a família somada a sua necessidade de não se sentir um fardo e diminuir uma boca faminta predominou sobre as necessidades da educação formal:

*A minha mãe dizia assim “vai pro colégio que hoje não vai ter merenda em casa”. Ai nós ia pra comer, pra estudar, mas só que foi o tempo que eu tinha uns 12 a 13 anos, eu sai do colégio pra ir trabalhar em casa de família para ajudar dentro de casa, pra diminuir uma boca e pra mim dar um dinheirinho pra ela, pra ajudar a botar alguma coisa dentro de casa. Ai eu voltei no EJA à noite, ai eu falei até com o meu esposo “quando voltar tudo normal, eu vou voltar a estudar” e descobri que tava grávida dele e ai eu parei total. (Célia)*

Dessa forma, as entrevistas apontam a evasão escolar como um fenômeno complexo onde estão envolvidos componentes emocionais, como a sensação de incapacidade e insuficiência, biológicos, como a gravidez, e econômicos, como o desamparo financeiro e sociais, como o trabalho doméstico infantil. Pretto (2015) em pesquisa sobre a efetividade do PBF na vida de famílias ex-beneficiárias do município de Santo Ângelo (RS) coloca que 65% dos entrevistados percebem que o PBF melhorou a frequência escolar dos filhos devido à necessidade de cumprir as condicionalidades do Programa. Vale enfatizar que a maioria (60,34%) dos entrevistados afirma que a principal contribuição do Programa foi melhorar as condições de alimentação, devido à utilização do recurso para compra de gêneros alimentícios. As outras opções giravam em torno da melhoria do orçamento, oportunidades de geração de renda e saúde. Dessa forma, a maioria dos usuários relata aumento de possibilidade de adquirir insumos alimentícios seguidos do acesso à escola a partir da lógica das condicionalidades.

Ainda assim, endossamos o questionamento se a real motivação para manter os filhos na escola sustenta-se exclusivamente no investimento de desejo das mães e qual as implicações psicossociais da exclusão da transferência direta para a vida das mulheres dentro das dinâmicas familiares. O aumento de renda pode diminuir a exposição de crianças e adolescentes à situação de trabalho infantil devido às necessidades imediatas de captação de recursos. O acesso a alimentos e ao crédito também pode se constituir como um importante fator de ingresso escolar, posto que famílias que enfrentam a extrema pobreza necessariamente enfrentam privação de oportunidades sociais.

Vale ressaltar que essa análise não totaliza as leituras e a relevância social do PBF para o sentimento de autoestima e de auto valor do pobre. O analfabetismo, a desnutrição, o trabalho infantil, o adoecimento sem suporte provocaram profundas marcas psíquicas nas mulheres, que não conseguiram rememorar esse período sem choros ou falas entrecortadas e hesitantes, algumas até com orgulho e superação, todas com forte teor de emoção, por isso, ninguém saiu ileso à pobreza. Elza vê na filha adolescente vivências diferentes da sua, reconhece que não enfrentou os mesmos desafios em sua própria juventude, entende a diferença de geração, o que intensifica sua frustração por não ter renda própria para auxiliar e diminuir o sofrimento da filha, para além de sobrecarregar o marido dos encargos financeiros, o que é percebido por ela como sofrimento psíquico, demonstrando saudosismo ao período em que era beneficiária do PBF:

*Na época que a gente tinha Bolsa Família, ela era pequena, ela não entendia que hoje as pessoas tem que ter uma maquiagem, tem que ter um cabelo bom, ter uma roupa boa, uma roupa bonitinha pra sair porque na época minhas filha ganhava a roupa dos ôto pra vestir e nunca reclamaram porque eram pequenas. Naquela época as coisas eram mais melhor, hoje é bom, mas antigamente era por um lado melhor. (Elza)*

As condições de pobreza se transformaram ao longo do tempo e alteraram as formas de sua manifestação concreta, demandando metamorfoses proporcionais nos desenhos das políticas utilizadas no seu enfrentamento. No momento presente das entrevistas e nos meses que a antecederam, as entrevistadas relataram profundas vulnerabilidades devido a uma fissura a social cambiante que oscila de bicos ao completo ostracismo. Maria, por exemplo, perdeu toda a renda no mês de março de 2020 devido ao fechamento de sua pequena facção durante a pandemia, quando se viu completamente sem renda: “*Eu tava sem poder trabalhar, aí a minha irmã disse ‘mulher, mulher, tu não quer fazer umas máscaras, não?’.* *Aí, eu disse assim, ‘meu Deus, quero, então eu vou pegar pra mim fazer ao menos o da merenda, uma mistura, alguma coisa’.*” (Maria) Ainda que não quisesse prestar esse serviço, Maria precisou fazê-lo para amparar a família durante a perda de renda provocada pela pandemia e relata o uso do dinheiro como destinado a itens essenciais.

Outras mulheres designam parte de seu dinheiro ou crédito para si mesmas no uso de itens de uso pessoal, “*eu vou ser sincera, eu não sou econômica não, gosto de comprar muito fiado, comprar roupa, calcinha, sutiã, eu gosto de comprar essas coisas, perfume.*” (Antônia). Antônia se antevê ao julgamento moral de seus credores através da preservação de sua identidade social estigmatizada de pobre: “*mas se andar mais bem arrumada, vem*

*aquela pessoa que eu tô devendo vai imaginando ‘tem dinheiro pra luxar e não tem dinheiro pra me pagar’”* (Antônia). De acordo com Moura Júnior e Sarriera, (2020) a aparência e as vestimentas se constituem como símbolos perversos que revelam a situação de pobreza, por isso, exibir luxos forneceria aos seus credores indícios de que dispunha de um poder de compra que poderia ser designado para fins considerados de maior legitimidade, como quitar dívidas. Dessa forma, exibir signos de vaidade produziria julgamentos morais e indicaria um extravio de dinheiro para finalidades ilegítimas e supérfluas, o que é questionado por Antônia que traz a reivindicação do direito a uma boa vida como uma atividade digna do uso do benefício do PBF, assim, reivindica seu direito posse de bens considerados importantes na sua vida, que agregam o lugar de humanidade e carregam um reconhecimento de si como sujeito de desejos.

*Quer dizer que você como pobre você não pode ter uma televisão? Você não pode ter uma geladeira dentro de sua casa? Você não pode ter uma cama pra dormir porque você tem que ser um pobre que não tenha nem uma rede pra dormir? Não existe isso não, doutora, o Bolsa Família é pra justamente suprir a necessidade do alimento e também suprir a necessidade da pessoa possuir alguma coisa dentro de casa. (Elza)*

Por essas questões, Pinheiro-Machado (2019, p. 100) traz o auto valor do pobre como uma importante herança política do PBF: “é inquestionável que o foco na inclusão pelo consumo causou enfraquecimento democrático em muitos níveis (...) em paralelo a decisão do governo trouxe também um despertar político e uma transformação na autoestima e no orgulho dos indivíduos de baixa renda”. Mesmo o PBF sendo um programa de baixo orçamento, só no ano de 2017, mais de 3,4 milhões de pessoas deixaram de viver em pobreza extrema e 3,2 milhões foram elevadas acima da linha de pobreza devido a PBF (IPEA, 2019). Logo, é necessário considerar os efeitos redistributivos do PBF, bem como sua importância para o alívio imediato da pobreza quando promove quebra de um padrão de instabilidade crônica de renda por dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho (REGO; PINZANI, 2013). Dentro de seus 16 anos de existência, o PBF está associado a diversos resultados positivos: melhoria nos indicadores de nutrição (MONTEIRO et al., 2009), dos indicadores educacionais (OLIVEIRA; SOARES, 2013) e queda da mortalidade infantil (RASELLA et al., 2013).

De acordo com Rego e Pinzani (2013), o PBF pode promover quebra de um padrão de instabilidade crônica de renda por dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho. Para além dos indicadores, é fundamental estudar como os beneficiários percebem o

PBF, bem como o impacto subjetivo deste para suas vidas: a de sua própria perspectiva com vistas na busca de aperfeiçoar os mecanismos de inclusão e de acessibilidade. É necessário que o benefício chegue a quem dele precisar dentro de uma lógica de garantia de direitos e de respeito à dignidade humana.

### 3.2 Políticas públicas e benefícios socioassistenciais no cotidiano de mulheres

O contexto de pobreza vem articulado por uma série de conformações próprias envolvendo questões coletivas, individuais, gostos, costumes, os quais, longe de serem pautadas pelo esforço individual, foram moldadas por uma realidade premente que envolve questões geográficas, políticas, comunitárias, raciais, generificadas, materiais, e evidentemente, simbólicas. Nesta realidade, as políticas públicas têm um papel importante através da qualidade dos serviços oferecidos à população relacionados à saúde, educação e assistência social, como os benefícios de transferência de renda.

O suporte público se mostrou frequente na vida das entrevistadas que, apesar de excluídas do PBF, permanecem amparadas por políticas públicas de gestão municipal, entretanto, diferente do PBF, que tem como única via de acesso o CadÚnico, estes benefícios socioassistenciais são realizados através dos dispositivos de visita domiciliar e dos relatórios sociais produzidos pelas assistentes sociais, que avaliam a situação de vulnerabilidade das famílias. Antônia não apresenta essa compreensão porque sua experiência foi vivenciada de forma diferente: *“ele me dava cesta né? (...) aí depois eu falei pra ele. não doutor, eu agradeço muito a cesta que o senhor manda pra mim, mas eu queria mais antes um emprego, um emprego eu acho melhor do que a cesta.”* (Antônia). Para ela, a cesta básica é oferecida por determinadas figuras públicas, obtendo possibilidades de escolher entre duas possibilidades: a cesta alimentícia e o Programa Renda Mínima, o que, para ela, se equipara a um emprego por lhe proporcionar uma pequena renda em troca da prestação de serviços por meio período nos equipamentos públicos.

Joana também identifica a busca por suporte socioassistencial como um atributo de determinados atores de relevância política, não dos equipamentos dentro de uma lógica de direito nas políticas públicas. Neste sentido, a entrevistada busca determinados agentes de poder na região, que se tornam mediadores de benefícios assistenciais com vistas a amenizar uma situação de insuficiência alimentar, o que ela pensa ter contribuído para a celeridade de êxito de seu benefício:

*Aí, a última consulta que eu fui, chorei na sala dele e ele disse: “ó, eu vou dar esse papelzinho, você vai lá no CRAS, procurar as menina lá do CRAS, entregue e diga a ela que foi eu que mandei para poder você receber uma cesta”. Ai nisso eu fiz [...] a assistente dele ligou para o celular e disse assim: “Joana, o doutor mandou perguntar se tu já tava recebendo a cesta”. Ai eu disse: “ainda não, ainda não, não vieram para visita não”. Tá bom. Ele ligou numa quinta-feira, quando foi na sexta, na segunda, a assistente social apareceu lá em casa [...] Ai quando foi na quarta-feira ele ligou, a atendente ligou para mim e disse “Joana, o doutor perguntou se a assistente social foi na sua casa”. Eu disse “já”, “pois agora você espere que você vai receber sua cesta”. Ai foi quando ele passou a bater na minha casa e disse assim “e aí Joana, tá tudo certo?” (Joana)*

Essa percepção, entretanto, está pautada em relações tácitas de poder, representada no vocativo “doutor”, usada para se referir à figura de um mediador, expressão idiomática informal que destaca as reminiscências modernas do passado escravocrata brasileiro. Ela foi encaminhada através um papelzinho, o que provavelmente justificou a urgência de sua avaliação. Além disso, seu relato é atravessado por uma linha tênue entre o favor e o direito, essa falta de compreensão é um fator de risco para o estabelecimento de relações clientelistas, definido por Cunha (2006) e Seibel e Oliveira (2006) como um fenômeno que se ampara em práticas voltadas para a troca de favores entre político e cidadão, com ênfase nos favores individuais e no acesso diferenciado a serviços públicos, cujo débito provavelmente será cobrado na próxima eleição. Por outro lado, o choro traz o elemento do desespero em uma situação de carência alimentar.

A entrevistada também apresenta uma compreensão personalista dos serviços públicos. Além da busca por benefícios socioassistenciais, o amparo nas políticas de saúde se mostrou relevante na integralidade do acesso à equipamentos de saúde de média e de alta complexidade do município de Fortaleza, principalmente nos acompanhamentos especializados de crianças e adolescentes que apresentavam necessidades especiais, vividos de formas desigual por duas mães, Célia e Elza. A primeira, Célia, aponta um suporte satisfatório referente ao acompanhamento de saúde do filho portador de Síndrome de Down. Ela precisa levá-lo continuamente a centros de saúde especializados, o que consegue fazer com conforto, segurança e de forma gratuita. Por isso, apresenta uma percepção de grande suporte social em uma proposta de cuidado que respeita suas necessidades:

*É, eu ligo para o motorista dele, tenho o zap dele, falo com ele pelo o zap e aí ele vem, vem me buscar. Ta aí! No dia da cirurgia dele (do filho), era para mim ta lá sete hora da manhã. (o motorista) Chegou cedo, seis e quinze (...) aí*



*nesse dia de novo eu fui pro Albert Sabin (...) aí eu liguei pro rapaz, aí ele disse “Célia se tu tivesse me ligado mais antes, eu tô no caminho do Albert Sabin, eu vou deixar uma menina quando chegar lá eu volto “. Aí ele veio me buscar. (Célia)*

Nesta fala, encontramos alguns elementos indicativos de suporte social para que o tratamento do filho de Célia ocorra efetivamente a partir de sua experiência exitosa com o transporte público, como a acessibilidade de contato seguido pelo comportamento solícito e disponível do motorista. De acordo com Ornelas (1994), o Suporte Social tem como características o conteúdo funcional das relações circunscritas (experiência com o transporte público), o grau de envolvimento afetivo-emocional ou instrumental (proximidade com o motorista), a ajuda da informação, existência ou quantidade de relações sociais em geral ou em particular (comportamento solícito e disponível do motorista), podendo referir-se às relações sociais ou organizacionais, além disso, as funções do Suporte Social não dizem respeito a atividades específicas mas “às consequências destas bem como às relações nas quais estas ocorrem” (p.334).

Ornelas (1994) traz que uma percepção de suporte social satisfatória dos indivíduos está sujeita a condições adversas, o que pode amenizar situações de estresse e contribuir positivamente no manejo de situações de crise, mobilizando recursos psicológicos de enfrentamento de modo a permitir a gestão dos seus problemas emocionais à prestação de ajuda material, como nas experiências supracitadas de Joana e Célia, que trazem elementos que apontam para a compreensão de apoio social, o que contribui para a celeridade de suas reivindicações relativas a alimento e transporte. Por outro lado, Elza compartilha uma percepção diferente do amparo público, relatando apreensão de maior rigidez no processo, o que dificulta sua acessibilidade:

*A prefeitura dá o carro pra gente se locomover pra Fortaleza, pros hospital, mas, se eu for pra minha consulta no Waldemar, o que é que eu tenho que fazer? Eu vou me acordar 4 horas da manhã, eu vou pra secretaria, de lá o carro vai me deixar, eu vou pra consulta. Se for 8 horas a consulta, aí, por exemplo, vou esperar até 1 ou 2 horas da tarde pro carro me pegar pra vir me deixar em casa, então, não tem condições de uma pessoa que nem eu ser assim. Antigamente, eu passava era o dia todim no hospital (...) se eu precisar beber uma água eu tenho que comprar, que muitas vezes água lá não tem. Eu saía 4 horas da manhã e chegava 6-7h da noite. Por que? Porque eu não tinha dinheiro pra pagar um carro e vir me embora, né? (Elza)*

Elza e a filha adolescente, a quem chamaremos Sara, sofre de problemas crônicos. Sara tem o que Elza denomina de “problema de nervos”, mas Elza adicionalmente tem seus próprios problemas de saúde, a entrevistada trata sequelas de um Acidente Vascular

Cerebral (AVC), por isso, ambas recebem acompanhamento multidisciplinar contínuo em policlínicas e hospitais distantes de casa, precisando se locomover do Eusébio para Fortaleza através do transporte público. Este, apesar de gratuito, fornece uma experiência cansativa e onerosa, que inclui gastos com água e comida. Além disso, relata um tempo de mais de 12 horas para cumprir sua jornada e ressalta o de tempo e a distância como barreiras para a efetivação da integralidade do cuidado em saúde. Em contexto semelhante, Célia também precisa se locomover pra Fortaleza com o filho, mas manifesta uma percepção diferente de sua experiência com transporte municipal para os espaços de cuidado.

Partindo das experiências de Célia e de Elza, é possível compreender que enquanto uma consegue combinar diretamente com o motorista os horários de que precisa, a outra sai de casa de madrugada e volta em horários fixos já no turno da noite. Para Elza, cada consulta médica exige planejamento financeiro e prejuízo no uso do tempo. Por outro lado, Célia relata o transporte público como uma experiência positiva de suporte social, e Elza não. Outra diferença perceptiva vem do conhecimento sobre a origem do transporte, enquanto, para Célia, o motorista é empregado por uma pessoa física, evocando o sentido de praticidade e proximidade, Elza apresenta ciência da prefeitura como gestora de seu direito, contudo, dela obtém uma experiência de maior rigidez e de baixa negociação, tornando-se um entrave aos cuidados em saúde.

Vale ressaltar que a prática da corresponsabilização e das pactuações intersetoriais são indispensáveis na garantia dos princípios do SUS e SUAS e a efetivação dos atributos das políticas de assistência social no cotidiano das práticas dos profissionais que compõem o serviço público brasileiro, entretanto, é importante que junto com a resolutividade das demandas apresentadas pela população também ocorra o simultâneo esclarecimento sobre os direitos adquiridos para que estes não sejam confundidos com ações particularistas. De acordo com Rovai (2006) se por um lado a adoção de ações particularistas materializa uma representação de interesses individuais sobre os coletivos, por outro, enfraquece os processos democráticos brasileiros de apenas 30 anos, portanto, ainda jovens e frágeis.

Neste sentido, as entrevistadas apresentam sentimentos relacionados à vergonha e humilhação no ato de solicitar favores seja a membros da própria família, seja a pessoas externas a ela. Antônia alude ao sentimento de rebaixamento moral na circunstância em que determinado candidato a político pagasse sua conta de energia na iminência do corte: *“aí, o homem da Coelce já veio cortar (...) Fui me rebaixar até no vereador, o vereador botou mó dificuldade”* (Antônia). Segundo La Taille (2002, p. 222) o sentimento de

humilhação “refere-se ao fato de ser e sentir-se inferiorizado, rebaixado por alguém ou um grupo de pessoas, sem que se aceite necessariamente a ‘má imagem’ que esses querem impor.”. O rebaixamento revela a posição de inferioridade moral e de submissão em solicitar ajuda financeira de terceiros, ressaltando o sentimento de vergonha que subjaz ao ato, intensificado pela resistência do vereador em fornecer a ajuda, trazendo uma a vivência de humilhação, segundo La Taille (2002, p. 222)

*o que há de comum entre ambas (vergonha e humilhação) é justamente o fato de se sentir inferiorizado, porém, na vergonha, compartilha-se a imagem negativa imposta, enquanto que na humilhação ela pode não ser aceita. (...) E, se for aceita, teremos os sentimentos de humilhação e de vergonha somados.*

Antônia vivencia a vergonha e humilhação como sentimentos acometidos a partir do corte de energia elétrica por falta de pagamento, o que lhe levou a pedir ajuda a agentes externos, entretanto, estes não responderam ao seu apelo, validando seu sentimento de inferiorização. Alice, por outro lado, espera a providência divina para que não precise pedir: “*Deus, não falte alguém pra me dar porque não tenho coragem de pedir*” (Alice). Esta fala expressa o desejo de que aja suporte social em momentos de extrema necessidade sem que seja necessário a humilhação provocada pelo pedir favor, diminuindo sua exposição direta a vivências depreciativas e humilhantes, deixando que os filhos peçam por ela, evitando sua própria exposição: “*Minhas coisas veio pra cá se disser que não foi no carro de um vereador, eu tô mentindo, foi! Agora pergunta quem foi que pediu? Meu menino, porque não tenho coragem, não.*” (Alice)

Neste caso, a interação face a face é evitada como forma de preservar a fachada definida Marins (2017) tais quais regras comportamentais de respeito próprio, que pressupõe o reconhecimento pelo outro de seu valor social positivo. Vale ressaltar que não surgiram negociações e promessas de inclusão ou de facilidades de acesso ao Programa Bolsa Família mesmo que hajam narrativas que versem sobre a articulação a mediação de benefícios socioassistenciais por políticos e agentes públicos vinculados ou não à assistência. Além disso, o número de identificação social (NIS), registro gerado pelo sistema do CadÚnico, também promove o acesso automático a outros benefícios oferecidos pela prefeitura sem mediadores ou cadastros prévios, recurso do qual Isabel usufrui mesmo tendo sido excluída do PBF:

*Recebo, pego o cartão lá, só faço assinar o nome e pronto, você mostra o cartão, é só o NIS que eles pedem, aí pronto é quatro pacote de leite, daqueles*

*de saco, aí eu digo “mulher tu vai lá e recebe o leite” eu falo com as meninas e digo que tu tá doente, recebe uma cesta. (Isabel)*

Isabel demonstra apropriação de informações necessárias para conseguir leite no CRAS, seu conhecimento e a facilidade que encontra em acessar esse recurso auxilia que ela popularize o benefício para outras mulheres da comunidade, apresentando uma posição de protagonismo e de participação social. Entretanto, não encontramos narrativas de articulações coletivas ou a participação em movimentos organizados, conselhos municipais, associações ou outras esferas de controle social, indicando que a relação das entrevistadas com instâncias públicas e políticas de garantias ocorrem de forma individualizada sem estratégias coletivas articuladas de participação nas decisões políticas locais. As buscas por direitos, a falta de instâncias da sociedade civil organizada ou do conhecimento e/ou engajamento nelas pode contribuir para o enfraquecimento de capacidades de questionamento ou de compreensão de decisões consideradas insatisfatórias:

*Quando eu fui ao Cras para saber disso aí (do Bolsa Família) elas perguntaram, né, e eu “não, não recebo não”. Aí eu pensava que elas iam fazer alguma coisa por mim, já que perguntaram, né? Mas não perguntaram mais nada, esse povo é mais entendido do que eu, que não sei ler (Isabel)*

Isabel sente-se com pouco conhecimento ao trazer o seu analfabetismo à tona e compará-lo ao conhecimento técnico da equipe, que não agiu com a proatividade esperada por ela. Seu sentimento de desamparo e vergonha provocou-lhe mudez, assim, desautoriza-se a perguntar, questionar, tirar suas dúvidas de forma ativa e participativa. Constrangida, ela se cala. Neste sentido, Pinheiro-Machado (2019) traz que as políticas de transferências de renda focalizadas demarcaram uma relação de individuação e despolíticação com seus beneficiários, demandando um menor esforço na construção do coletivo “o recado do governo para as camadas mais vulneráveis era mais ou menos assim ‘toma aqui o seu cartão Bolsa Família, cumpra o checklist e tchau’ (...), mas isso não era um problema quando a economia ia de vento e popa” (p. 99), desta forma, relaciona a transferência direta de renda focalizada a certa despolíticação social.

Faz-se notório o embate entre os setores organizados da sociedade, que reivindicam direitos sociais como saúde, educação e o crescente modelo do liberalismo que propõe um Estado Mínimo, com um tecido social regulado pela lógica de mercado e a fragilização das mobilizações populares em torno de questões coletivas. De acordo com

Costa (2006), as conquistas da saúde e da assistência social, enquanto direitos, emergem sem o concomitante aprimoramento na capacidade de investimento público na elevação da qualidade dos serviços ofertados para toda a população, o que provocou a busca da classe média pelo mercado privado. Já os usuários mais pobres agora com algum acesso aos serviços sociais pouco se articularam para o devido tensionamento para a melhora da qualidade do que estavam lhes oferecendo “reproduzindo a lógica da submissão, agradecem pelo fato de serem atendidos, sem considerar isso como um direito de cidadania” (ACORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012, p. 212).

Por outro lado, Pinheiro-Machado (2019) defende que o PBF também trouxe contribuições importantes para o sentimento de orgulho e auto valor de sua população beneficiária, sem alterar as estruturas racistas e classistas. O poder de compra passa a ser o meio fundamental de reconhecimento e cidadania entre as camadas populares, Elza, por exemplo, exhibe com orgulho as marcas do tempo no alcance de algum poder de compra: *“eu não tinha sequer na minha casa um pote e a rede pra dormir, que às vezes, a rede quem me dava era o pessoal de fora porque nem condições eu tinha. Ai hoje, graças a Deus: ‘Elza, você tem um guarda roupa?’. Tenho! ‘Elza, você tem suas cadeiras?’ Tenho!”* (Elza)

Logo, se a inclusão diminuiu o engajamento político das pessoas em situação de pobreza, aumentou seu sentimento de autovalor através do poder de compra, o que remonta à individuação e ao enfraquecimento de um Estado de bem-estar social, mas também traz desfechos imediatos e significativos para a vida das famílias beneficiárias, especialmente das mulheres que recebem o valor em suas contas, entretanto, como a renda familiar é vista no programa como um bem compartilhado igualmente entre todos, a transferência de renda pode ser suspensa pela formalização dos trabalhos de companheiros e demais membros. Neste sentido, algumas entrevistadas trouxeram a carteira de trabalho como uma ameaça à permanência no PBF. Antônia é uma das mulheres que relacionam a exclusão à entrada dos filhos no mercado formal de trabalho, tenta ser reinserida no PBF sem sucesso, conseqüentemente, desiste de buscar este recurso para evitar vivências depreciativas de rebaixamento moral: *“ai eu fui falar com a Luíza (nome fictício), ela: “não, não, agora eu não posso fazer nada, se você tem dois meninos trabalhando na sua casa de carteira assinada”, eu ainda quis assim negar, que os meninos ainda moravam mais eu, ai não teve como negar porque ali sabe tudo na prefeitura.”* (Antônia).

Ela tentou, como último recurso, negar a informação que lhe foi dada sobre si própria, em vão, pois atribui ao órgão gestor do PBF um poder de onisciente de vigilância punitiva contínua. Já Célia sequer declarou o companheiro, antecipando que esta informação teria como desfecho imediato a descontinuidade de sua transferência de renda: “*o meu esposo, eu não botava porque ele tinha carteira assinada, né, e, assim ele tava como solteiro*” (Célia). Assim como Antônia e Célia, Elza também recebeu a seguinte explicação quando se dirigiu ao CadÚnico para ter maiores esclarecimentos sobre a sua exclusão “*A Luíza (nome fictício) falou que eu não recebia mais por causa que meu marido trabalha de carteira assinada, então-se eu não tava no perfil, só se tivesse seis pessoas no meu cadastro*” (Elza).

Neste ponto, o signo “carteira de trabalho” sofre deslocamentos de sentido, saindo da garantia de proteção social do trabalhador e entrando como uma representação equivocada de violadora de direitos. Esse deslocamento é atravessado pela ordem discursiva de agentes públicos municipais, que explicam a inacessibilidade aos benefícios devido à presença de vínculos trabalhistas de outros membros da família, trazendo a interpretação de que é a proteção social da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) que as exclui do PBF, não a renda por pessoa da família. A CLT surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (Brasil, 1943) sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil. Seu principal objetivo foi e é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho em temáticas como o registro do trabalhador/carteira de trabalho; jornada de trabalho; o período de descanso; férias; medicina do trabalho; categorias especiais de trabalhadores; proteção do trabalho da mulher; contratos individuais de trabalho; organização sindical; convenções coletivas; fiscalização; Justiça do Trabalho e Processo Trabalhista.

Logo, a compreensão da carteira assinada como uma barreira a obtenção de direitos não se sustenta, já que a classificação para o Programa Bolsa Família ocorre pela média aritmética simples da renda de cada membro da família dividida pela quantidade total de moradores (Brasil, 2004), incluindo outros benefícios sociais de transferência direta. Por isso, é importante atentarmos para o risco da reprodução do discurso da carteira de trabalho como uma barreira simbólica de acesso aos direitos em vez da renda *per capita*, posto que a CLT é uma garantia constitucional de proteção a importantes direitos trabalhistas e que sofre ameaças constantes dentro do projeto de conservador neoliberal de flexibilização e precarização das relações de trabalhista.

É importante elucidar corretamente e de forma acessível à população vulnerável o conhecimento de temas que são de interesse público para que não se reverberem o mito da ordem opressora como signo de liberdade, ou seja, a carteira como violadora de direitos, reforçando mitos opressores e subalternizantes, de acordo com Freire (1987, p.79):

O mito, por exemplo, de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. De que todos são livres para trabalhar onde queiram. Se não lhes agrada o patrão, podem então deixá-lo e procurar outro emprego. O mito de que esta 'ordem' respeita os direitos da pessoa humana e que, portanto, é digna de todo apreço. O mito de que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a ser empresários - mais ainda, o mito de que o homem que vende, pelas ruas, gritando: 'doce de banana e goiaba' é empresário, tal qual o dono de uma grande fábrica."

As informações repassadas oralmente pelos profissionais das políticas públicas são as maiores fontes de conhecimento sobre acessibilidade aos direitos de Elza, Célia e Antônia, que não dominam a leitura e, logo, apresentam maiores dificuldades de acesso à conteúdos escritos, como decretos, leis e notícias.

As questões relacionadas às pobreza também reverberam no acesso à água potável e à água encanada, identificadas pela pesquisadora em visita a Elza:

*Perguntei se Elza queria beber uma água já que a entrevista seguia por quase duas horas. Ela pediu um copo para a filha que retornara dizendo que não havia mais água potável. Ofereço água da garrafa que eu levava comigo, aceitaram. Neste momento, Elza informa que falta água encanada toda manhã. (DC, N.3, 5/10/2020)*

É importante ressaltar que nenhum ser humano sobrevive sem água potável, adicionalmente, a água corrente é importante para a higiene como banho, limpeza de embalagens, lavagem de mãos, limpeza de casa, estratégia básica e preventiva contra o vírus Covid. Mesmo assim, indicadores de vulnerabilidade social, como a escassez de água também não tornam uma família elegível para o PBF, tampouco a presença de um emprego estável torna a família como não elegível. Elza vive faltas como a de água, a de uma boa saúde e a de mobilidade territorial, condições dignas para uma boa vida, ainda que aja membros da família que tenham CLT. Já Antônia não apresenta relatos de comorbidades, mas mostra dificuldades em quitar contas da energia, apresentando sentimento de vergonha na vivência humilhante e desmoralizadora que é apelar a terceiros

por sua sobrevivência, trazendo em sua experiência as limitações da análise unidimensional da pobreza como critério único de entrada para o PBF.

Vale ressaltar que também há evidências de exclusão de famílias que permaneceram beneficiárias do PBF por pouco tempo. Alice foi aprovada e excluída do benefício em um curto período de três meses no ano de 2019: *“Eu acho que tá com mais de ano, mais de ano, eu recebi uns 3 ou 4 meses, só”* (Alice).

A mesma experiência é relatada por Célia: *“teve um mês, que eu não sei realmente o porquê, aí chegou uma carta para comparecer a Caixa, quanto eu vi ‘seu benefício está ativo’ aí nós fomos na Caixa, aí tinha um valor de quatrocentos e tanto, só que, depois desse pagamento, cancelou tudo”*. Nem Célia ou Alice compreendem a curta duração do benefício, que se mostrou instável e foi interrompido de forma repentina e prematura já que não houve tempo suficiente para que superassem a pobreza nem atualizassem os indicadores do CadÚnico.

De acordo com Resende (2020), o PBF vem sofrendo cortes contínuos e famílias no perfil não entram, apenas uma em cada três cidades de menor renda *per capita* do País tiveram o benefício liberado no ano de 2020, já Rossi (2020) apurou, com base em números públicos, que a quantidade de famílias aptas a receber o benefício pode chegar a 1,7 milhão, quase três vezes mais do que informações divulgadas pelo atual governo, que cita uma “média” de quase 500.000 em 2019, mas não divulga os números absolutos mês a mês. No início do ano de 2020, houve redução de 12% no orçamento para o Programa.

Sendo assim, hoje este desmonte das políticas de garantia de direitos incide diretamente em quem mais precisa: a população usuária dos serviços socioassistenciais, que enfrentam uma realidade de pobreza e privação. A Assistência Social, como política não contributiva, distributiva e protetiva, tem como objetivo o atendimento a “cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos” (BRASIL, 2011, p.33). Ao longo dos anos, a assistência social vem participado de um projeto político maior de democratização do Estado e da sociedade, de alteração do padrão de desigualdade, corrigindo o histórico de negação de direitos e fortalecendo a compreensão da política social, como espaço político indispensável na construção de uma sociedade com menor desigualdade. Entretanto, o atual cenário do Programa Bolsa Família é de recessão, posto que não esteja abrangendo a totalidade de pobres e miseráveis que de fato necessitam com urgência desta política pública.



Atualmente, encontra-se em curso um projeto neoliberal de desmonte do Estado Democrático de Direito, que se propõe a diminuir os investimentos governamentais em saúde com a PEC 55 (BRASIL, 2017a), a flexibilização das relações de trabalho com a aprovação da Reforma de Previdência (BRASIL, 2019a), o aumento da informalidade e a precarização do trabalho, as quais reverberam sobremaneira no cotidiano da “classe-que-vive-do-trabalho” expressão alusiva à totalidade de trabalhadoras e trabalhadores, produtivos ou não, desprovidos de meios de produção e que são constrangidos a vender sua força de trabalho em troca de salário (ANTUNES, 2005). O mercado passa a ser o potencial regulador das relações sociais, políticas e econômicas, enquanto há diminuição da responsabilidade do Estado sob os seus cidadãos, que passa a selecionar os mais pobres entre os pobres. Para Fagnani (2017, p.10)

A recessão também é funcional para justificar a implantação do Estado Mínimo liberal, a partir da discussão de que ‘não há alternativa’ a não ser o corte de gastos ‘obrigatórios’ das políticas sociais universais consagradas na ‘Ordem Social’ da Constituição da República.

Enquanto há uma precarização das condições de vida e dos aparatos públicos, aumentam-se as demandas pela proteção do Estado, que se encontram em processos de contenção de gastos e de restrição de garantias de condições básicas de dignidade humana para a população, não acompanhando as demandas sociais e democráticas. Avolumam-se o número de pessoas que não conseguem acesso ao Programa Bolsa Família ou que foram excluídas dele, como Isabel: *“Tô sem nada vou ali, tem uma cumade minha que é filha de santo, cumade que eu sou madrinha da menina dela, mês passado agora, ela comprou uma cesta e me deu. Meu filho aqui, quando eu to sem nada, é ele quem me ajuda.”* (Isabel). Sem o PBF, ela permanece sem nada e passa a depender da solidariedade alheia, o que traz um cenário de insegurança confirmada pela contínua falta de recursos. No momento da entrevista, sua única fonte de renda garantida era a o Auxílio Emergencial e doações realizadas pelos filhos de santo, frequentadores da casa de umbanda em que é mãe-de-santo *“e eu vivo com esse dinheiro que o governo ta dando (Auxílio Emergencial) e o que eu ganho aqui na minha casa (de umbanda).”* (Isabel)

A denegação de direitos na pobreza provoca repercussões psicossociais e impacta diretamente no psiquismo dos excluídos de forma que cabe a Psicologia investigar, estudar e aplicar na prática seus produtos, assumindo um lugar ético político ao lado da população pobre, que necessita de seus serviços. De acordo com Martin-Baró (2017), cabe à Psicologia Social o

papel de desmascarar as ideologias antipopulares, que operacionalizam e justificam um sistema social explorador e opressivo denunciando pressupostos enraizados no cotidiano que fundamentam a passividade, a submissão e o fatalismo. Ximenes e Góis (2010) também posicionam eticamente a Psicologia ao serviço dos sujeitos expropriados e oprimidos, reafirmando o direito humano à vida plena e generosa em possibilidades, o que só seria possível a partir da atuação e aplicação do conhecimento do psicólogo em prol da mudança de um dado modelo de vida social e das transformações profundas das estruturas coletivas sócio-históricas que compõem os processos individuais, a identidade pessoal e a expressividade singular.

### 3.3 Contextos de pobreza e políticas de transferência de renda

Dentro do atual cenário de perda de direitos, é fundamental debater a consequência do desemprego, da desigualdade social e da histórica negação de direitos a uma parte considerável da população brasileira: a pobre. Posicionada como a falta, a carência e o não ter, a pobreza tomou diversas significações ao longo da história, de acordo com o interesse dos mais inúmeros setores. Para Cerqueira (2009), a questão dos miseráveis transcende querelas econômicas, políticas e sociais manifestas na materialidade cotidiana e expressam relações simbólicas respaldadas em padrões de sociabilidade que remetem ao próprio esgotamento dos modelos de civilização. Neste sentido, as mulheres entrevistadas frequentemente relataram o perverso exercício de escolher entre itens importantes a sua dignidade, como Antônia relata estar em dívida com a empresa responsável pelo fornecimento de energia: *“é porque energia é responsabilidade minha: ‘por que você não pagou? Você tá creditando na pandemia e tal’. É porque o dinheiro nem sempre deu, tinha fatura de mercantil pra pagar, aí eu deixo pra pagar aquela conta pra pagar mais o principal.”* (Antônia).

A habilidade de fazer escolhas é exemplificada com uma história que nos foi narrada por Elza

*é uma história que contavam né que tinha um homem que tinha pedido uma enxada emprestada pro vizim, aí ele pegou e precisou do dinheiro e precisou vender a enxada do vizinho, né, aí ele pegou e chegou pro vizinho e o vizinho veio buscar a enxada dele aí ele “vim pegar minha enxada”, aí o homi “ah, pera aí que eu vou pegar sua enxada” e ia pegar a enxada emprestada do outro vizinho”. Aí, quando o outro vizim chegava, ia pegar a enxada emprestada do outro vizim e devolvia pro homi, aí no outro dia ia pedir a enxada de novo pra devolver, sempre assim, entendeu? (Elza)*

A enxada expressa de forma alegórica o sisifismo presente no manejo de dívidas em produtos e serviços considerados essenciais. Elza pede empréstimo para pagar outros empréstimos e dívidas imediatas, remetendo à circularidade e à repetição onde sempre precisa solicitar empréstimos novos para quitar antigos:

*se eu precisar me consultar amanhã, aí eu tenho esse (dinheiro) da cerâmica aqui eu tenho que pagar dia 15, aí já tá tudo contado, o dinheiro; aí eu vou pensar: “vixe eu tenho que pedir dinheiro emprestado”. Quando eu recebo, eu já pago e já peço tanto emprestado o dinheiro da cerâmica, entendeu? É desse jeito, minha filha.*

O fazer cálculos para equacionar os valores de gastos essenciais também esteve presente em Alice, que constantemente pede ajuda financeira ao ex marido “*Eu tô sem nenhum tostão, né: como ontem, eu tava com dois reais e ele tinha R\$:2,50 e me deu, que era pra mim pagar o moto táxi pra saber se a cesta tinha vindo*” (Alice). A fala da entrevistada apreesenta duas consequências da hipossuficiência: a primeira é a continuidade de um vínculo de dependência com o ex marido, que também detém poucos recursos, e o segundo desdobramento é a dificuldade de acesso aos próprios benefícios socioassistenciais, que mesmo assumindo caráter não contributivo, precisam de dispêndio de recursos financeiros para que sejam alcançados, o que nem sempre Alice dispõe, precisando obter de quem também tem poucos recursos para dar.

Vale ressaltar que o fenômeno da pobreza não é um paradigma exclusivo da sociedade pós Revolução Industrial. Cerqueira (2009) traz que, durante a Idade Média, o discurso sobre a pobreza encontrou-se amparado por um véu divino. A partir da centralidade do pensamento cristão moderno, ser pobre se torna uma condição degradante, um castigo de insubordinação às forças do mercado. Apenas na modernidade se questiona a gênese da aviltante horda de miseráveis como resultado da exploração de uma classe social sobre outra. Para Netto (2011), Marx empreendeu uma análise profunda da sociedade burguesa de sua época e enfatizou a natureza histórica e exploratória da divisão entre classes sociais. A leitura sobre as relações burguesas na sociedade capitalista veio acompanhada da conseqüente denúncia da miséria como um dos subprodutos das relações capitalistas sob a vida dos trabalhadores, que foram expropriados da terra e do produto do próprio trabalho.

Com o avanço da ofensiva neoliberal e a conseqüente expansão dos cenários de indigência, o Estado e as agências multilaterais se consagram como as mais apropriadas para promover políticas de alívio à pobreza mediante a transferência de capitais. De

acordo com Siqueira (2013), o Banco Mundial, criado para reconstrução da Europa no cenário pós Segunda Guerra, se solidifica na década de 90, quando passa a tratar a pobreza como questão central. Neste período, trouxe aos países em desenvolvimento a imposição de uma determinada agenda de trabalho e de assistência, alocando como requisitos condicionalidades para as políticas econômicas e sociais dos países assistidos.

Dessa forma, os Estados-clientes dos serviços do Banco Mundial deveriam garantir um bem-estar mínimo para aqueles que não conseguiram a satisfação das suas necessidades com o mercado de trabalho. Segundo Ronzoni e Correa (2017), os programas de transferência de renda surgem no contexto latino-americano como forma de responder às crescentes alterações provocadas pelo desemprego estrutural nas mudanças nos arranjos familiares, na ampliação do trabalho temporário, na degradação dos níveis de vida, na violência, na estratificação social, entre outros aspectos. No contexto brasileiro, a problemática da pobreza concebida como um fenômeno estrutural da sociedade durante a década de 90 (COHN, 2004) vem assumindo uma centralidade nos debates governamentais, passando a reverberar nas políticas sociais vigentes (AZEREDO, 2017).

Este período coincidiu com a criação da Constituição de 1988 (BRASIL, 2019b), do Sistema Único de Saúde com a Lei 8080/1990 (BRASIL, 1990), estabelecendo a saúde como direito de todos e dever do Estado, e o Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2011) compondo as políticas de seguridade assistencial para quem dele precisar. Neste igual período, a pobreza brasileira passou a ser apontada e combatida a partir do que Acorssi, Scaparo e Guareschi (2012) identificam como concepção unidimensional e multidimensional. De um lado, encontram-se as abordagens unidimensionais que a caracterizam a partir de critérios objetivos e precisos e, de outro, sua compreensão como fenômeno multidimensional, em que se assume a complexidade das experiências no centro da sua análise. A primeira carrega em seu bojo um reducionismo a partir de um critério absoluto classificatório, ou seja, é determinado a partir de balizas monetárias: se determinado sujeito ganha um valor “X”, é pobre; se ganha um valor X+1 não mais o é.

Desta forma, os diários de campos apresentam alguns cenários indicativos das mais diversas situações complexas e multifacetadas que envolvem a profunda vulnerabilidade social dos espaços e territórios onde as entrevistas foram produzidas, que tem como desdobramento a estética das pessoas, das casas, a distância dos aparatos públicos, as habitações e as ruas. Essa percepção da desigualdade como ampla,

generificada e multifacetada se apresentou tanto nas entrevistas quanto nos diários de campo.

O encontro com Isabel, por exemplo, teve caráter não planejado e foi mediado por Joana, que conduziu a entrevistadora até o terreiro onde moravam várias famílias, inclusive a sua e a de Isabel, lá a pesquisadora encontrou “*uma mulher com camisola puída, unhas postiças grandes que permaneciam apenas em alguns dedos com esmalte descascando, inicialmente tive dificuldade de compreensão da fala da entrevistada, provavelmente pela ausência de dentes*” (DC, N 2, 29/10/2020). Tais elementos indicam a dificuldade de autocuidado e de acesso a serviços de básicos de saúde que pudessem ter prevenido a perda completa de dentição ou mesmo oferecido tratamento diante de tal prejuízo, Isabel permanece há quase uma década pelejando recuperar os dentes: “*vai fazer nove anos que eu tô pelejando para colocar os meus dentes não consegui ainda porque quando eu pego o dinheiro, o dinheiro não dá*”.

A pobreza, enquanto um fenômeno heterogêneo e multifacetado, não se expressa apenas nos corpos, mas nos territórios, tornando certos espaços hostis a determinados grupos sociais, neste sentido, é importante também recorrer às impressões da entrevistadora em seu diário de campo a partir de sua busca por Alice, encontro que também ocorreu ao acaso, quando a entrevistadora buscava sem sucesso o endereço de uma voluntária que havia consentido participar da pesquisa:

*Cheguei na Cidade de Deus, onde havia inscrições nos muros, orientando para que os carros que entrassem na favela abaixassem o vidro. Depois de buscar o endereço, cheguei ao Arisco, outra localidade conhecida pela pobreza e pela violência, inclusive por nós do CRAS. Eu sentia medo, mas mesmo assim, parei em um boteco para saber informações de endereços, lá havia uma senhora negra, magra (...) carregava 4 crianças, todas com menos de 10 anos, uma de colo. Ela aceitou participar da entrevista e me conduziu a sua casa, então andamos por um descampado cheio de pedregulhos e mato para que chegássemos ao seu lar, que tinha apenas dois pequenos cômodos e poucos móveis em uma rua bastante estreita. Em seu interior havia um som velho tocando música gospel no chão. Lá, outra mulher me olha fixamente, negra, magra, olhar vidrado, bolhas nos lábios, como quem houvesse sofrido queimaduras, olhos vermelhos, fala lentificada, Alice me apresentou a sua filha e explica em tom de confidência, que ela é usuária de crack, enquanto a xinga, ressentida com algo. (DC, N 5, 17/11/2020)*

O medo apresentado nos diários de campo é um elemento representativo de mensagens implícitas e explícitas que chegaram como conceitos prévios a sua chegada presencial, como cenas de violência que ali ocorriam sendo reforçadas por mensagens ameaçadoras nos muros, demarcadoras do domínio de grupos de poder paralegais, que

ela lia enquanto percorria desacompanhada e relativamente anônima. De acordo com Barreira et al. (1999), em pesquisa realizada no Ceará sobre as representações espaciais da violência em adolescentes e educadores, traz o circular, o andar e o frequentar como atividades circunscritas a determinadas divisões sociais, dessa forma, frequentar espaços onde as regras sociais não são conhecidas e controladas provoca o medo, que é vivido de maneira difusa e toma formas e contornos em figuras que foram excluídas do sistema da troca entre iguais. Vale ressaltar que o medo também se encontra presente na entrevistada, que se auto define como medrosa, pois teme circular pela sua comunidade sozinha, sentimento intensificado pela ausência de iluminação pública à noite: “*eu vou para a igreja (...) só que eu sou muito medrosa pra andar só e nessa escuridão pior ainda*” (Alice).

O andar sozinha nesse espaço é um elemento de medo compartilhado pela pesquisadora e pela entrevistada, ainda que aja diferenças elementares entre esses medos: a pesquisadora é estrangeira ao território e Alice faz parte dele, as duas têm em comum o gênero, o que pode ser um fator que conecte o receio de ambas em circular, andar e frequentar o Arisco, que fica próximo a Cidade de Deus. Alice, em especial, carrega a experiência de um luto em decorrência do assassinato do primeiro companheiro, morto próximo a sua casa a facadas: “*Aí, quando foi um dia, ele (o companheiro) saiu para trabalhar. Quando dei fé chegou a notícia que ele (o amigo) tinha matado. Ele (o amigo) chamou ele (o companheiro), ele foi inté lá, quando ele chegou lá pegou e tacou a faca no pescoço, aí pegou a veia*” (Alice), trazendo a morte como ameaça concreta.

Já a pesquisadora tem seu medo alicerçado em indicadores visuais como as sinalizações nos muros indicativas de dominação territorial por determinadas facções de vendas de drogas, além disso, a interpretação de que os marcadores corporais que indicam a dependência de drogas da moradora indicavam que representava perigo, reverberando estigmas, que segundo Goffman (2004), vem associado a uma conotação negativa e depreciativa que frustra as expectativas de normalidade ao exemplo das deformações físicas, como questões relacionadas à saúde mental e uso abusivo de álcool e outras drogas e o que ele denomina de estigmas tribais, este último relacionado com a pertença a uma raça, nação ou religião.

Por isso, a tentativa de classificar e precisar a pobreza sem a devida análise de todos os elementos que contribuem para o seu agravamento homogeneiza seu universo, assim os estigmas, as estéticas e também os suportes sociais tornam opacos elementos centrais que influenciam diretamente nos fenômenos como o gênero, a orientação sexual,

a cor da pele, a escolaridade, o acesso e a qualidade dos serviços públicos, a vulnerabilidade à violência e a doenças, a rede de apoio, o pertencimento, o sentimento de comunidade e as condições de moradia, se esta existir. Neste caso, Alice se cerca de elementos que contribuem para a sua vulnerabilidade, por exemplo, a vivência de uso abusivo de drogas da filha, o cuidado dedicado a muitas crianças, sem suporte financeiro que cubra todos as suas necessidades, a falta de asfalto, iluminação pública e manutenção de condições sanitárias do território onde mora, tornando o caminho pra sua casa cheio de entulhos. Por isso, Cerqueira (2009) destaca a possibilidade de aniquilamento da vivência dos miseráveis e sobrantes, sendo a eles negado qualquer resquício de singularidade ou complexidade. A autora denuncia a generalização que silencia os cenários e as subjetividades em que se alicerçam o universo dos pobres.

É importante enfatizar que os ganhos financeiros e posses são peças fundamentais na análise do grau de vulnerabilidade dos indivíduos: receber dinheiro, ter um teto e uma forma de locomover-se pela cidade é ser menos vulnerável às intempéries. Logo, ter dinheiro é um importante marcador de posicionamentos social, igualmente estar vinculado ao acesso a recursos sociais, culturais e psíquicos, mas não é possível afirmar que a renda é o único fator que incide sobre a pobreza. O Programa Bolsa Família se utiliza do critério monetário para classificar seus beneficiários e compreende a pobreza enquanto fenômeno diretamente proporcional à renda: quanto menor os ganhos de determinada família, mais pobres elas são.

Entretanto, de acordo com Sen (2010), o dinheiro precisa ser integrado a um quadro amplo e complexo de êxito e privação. Dentro do que o autor denominou de Abordagem das Capacitações (AC), a justiça social e o desenvolvimento humano são considerados a partir da expansão das capacidades das pessoas em levarem o tipo de vida que elas valorizam e que têm razão para tanto. A AC considera o desenvolvimento humano de acordo com o processo de expansão das liberdades substantivas que as pessoas desfrutam (ou são privadas) e incluem “capacidades elementares, como ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como a liberdades associadas a ler e a fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão” (SEN, 2010, p 55).

Já a respeito das pautas das mulheres pobres na luta pela sobrevivência em uma sociedade classista e generificada, Nussbaum (2000) defende que o pensamento político e econômico deve perpassar necessariamente por um viés feminista, também sustenta que é impossível confrontar a questão da pobreza e do desenvolvimento sem a devida atenção

aos problemas especiais que as mulheres enfrentam por causa de seu gênero. Trata-se desigualmente os desiguais sem a justa equidade: aos pobres destina-se executar os lugares sociais mais degradantes e de maior submissão.

É inegável a contribuição dos autores para uma nova compreensão sobre pobreza a partir da privação de capacidades humanas básicas, ampliando o horizonte de análise do fenômeno e alavancando elementos importantes na sua superação. A pobreza, percebida como privação de liberdades e capacidades, introduz a perspectiva da multidimensionalidade, que pode ser estipulada a partir do destaque da influência de questões sociais, como o analfabetismo, a doença, a miséria, a falta de acesso ao crédito, a exclusão da participação social e política e a falta de acesso a serviços públicos na sua gênese, permanência e reprodução.

Apesar do aumento da abrangência do termo, as estratégias de superação estão centralizadas apenas em dois elementos: o Estado e o sujeito. Em suma, cabe ao poder estatal o fortalecimento de seu povo através de serviços sociais e políticas econômicas protetivas, já aos cidadãos convém que se apoderem desse leque de serviços para que seja usado na satisfação de seu próprio desenvolvimento sem que ocorram mudanças na estrutura da sociedade e promovendo ações que ajam apenas superficialmente às questões vinculadas à pobreza e à desigualdade social. Sendo assim, o dilema social em torno da querela filosófica entre dar o peixe *versus* ensinar a pescar é superado: é necessário que o Estado forneça o peixe e ensine a pescar, entretanto, não se questiona se haverá peixes suficientes no mar para todos.

Ávila, Bagolin e Comin (2012), em pesquisa realizada com a população de Porto Alegre, evidenciam a multidimensionalidade dos fatores do fenômeno da pobreza. Os pesquisadores acharam que as variáveis de ser mulher, estar fora do mercado formal, com baixa escolaridade e em idade economicamente ativa é sinônimo de privações múltiplas e mais profundas. Além disso, encontraram outras características sociais intrínsecas à vivência da pobreza como isolamento, falta de interação com o meio em que a pessoa vive, não confiar em ninguém e não ter com quem contar, tornando as pessoas mais vulneráveis e propensas a enfrentar situações de pobreza multidimensional.

Dessa forma, a pobreza não pode ser só interpretada como ter baixa ou alta renda, nem ser traduzida em números. A discussão sobre quem é o pobre não pode ser negligenciada dos debates na Psicologia. Ganhar igual não significa viver igual nem morrer igual. As mulheres, por exemplo, sofrem mais violência doméstica do que os homens (CERQUEIRA; MOURA; PASINATO, 2019). Entretanto, quando se é mulher e



negra tem-se maiores chances de ser assassinada do que as brancas (IPEA, 2019). Evidenciar as pobreza a partir da vivência dos pobres é denunciar como os baluartes de poder predominante tornaram-se fortalezas inexpugnáveis, cujos mecanismos mantêm e reproduz aquilo que provoca. (CERQUEIRA, et al. 2019).

As misérias, muito longe de serem homogêneas e isoladas, encontram-se ancoradas ao machismo, ao genocídio da população negra, à exploração do homem pelo homem, às dívidas históricas, à reprodução dos modelos de colonização, à intergeracionalidade da fome, fenômenos que estão sendo debatidas ao longo dessa escrita. Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012) salientam a necessidade de produções científicas sobre a pobreza a partir do viés do discurso daqueles que estão nessa condição e evidencia que os conceitos, práticas e políticas sociais refletem determinados interesses ou jogo de poder.

Analisar a pobreza partindo da perspectiva do pobre é tirar o fenômeno como dado natural, constante e imutável e salientar as falibilidades dos modelos econômicos que não podem ser resolvidas individualmente ou só transferindo renda. Entretanto, ter políticas públicas voltadas às pessoas em vulnerabilidade promove um reconhecimento destes sofrimentos como injustos. Além disso, a transferência de renda abrandam a penúria por oferecer pequenas escolhas, que não mudam estruturas, mas que impactam imediata e diretamente a quem dele se beneficia. Isabel traz a importância da autonomia financeira como fundamental no processo de superação de um relacionamento, que lhe provocava medo:

*Só não deixei antes (o primeiro companheiro) porque eu ficava com medo de apanhar, ele batia e judiava comigo, aí passei, aí fiquei solteira, fui pra casa da minha mãe. (eu) Trabalhava, desde cedo, trabalhei em casa de família (...) apartamento, nesses cantos, na Aldeota, aí eu, eu vivia com meu dinheiro, com a minha vida e não dependia de ninguém, tô dependendo agora dele (do esposo) porque eu nunca dependi de ninguém. (Isabel)*

A entrevistada cita a palavra “judiar” como signo do maltrato e da tortura que viveu. O dinheiro, enquanto meio de consumo, se interpôs como um instrumento que lhe possibilitou a libertação de seu algoz. De modo semelhante, Célia traz na palavra esculhambar o sentido de depreciação moral a que o companheiro lhe provocava junto ao medo e ao abandono parental da filha, cuja perda da tutela foi significada como uma punição disciplinar por sua libertação sexual depois da separação:

*Sabe o que ele fazia?! Me esculhambava, dizia nome comigo, dizia muitas coisas feias, eu tive que me acordar com ele com um revolver atrás de me matar, que ele dormia com o revolver de baixo do colchão (...). Nem a pensão da menina ele dava (...) a minha menina tinha o que? Cinco anos ou era seis anos (...) ele tirou até ela de mim: “você não vai morar com a minha filha com esses home, não”, porque depois que eu me separei dele eu namorei mesmo, a torto e a direito e não me arrependi, não (Célia)*

Diante da impossibilidade de esculhambar e ameaçar Célia dentro do ambiente doméstico, a negativa de dar pensão para a filha seguida da posterior subtração de tutela da mãe apresentou-se expressamente como estratégia de disciplinamento punitivo por sua insubordinação sexual, sendo representativo da incidência do pátrio poder sobre os corpos e comportamentos femininos, mesmo assim, isso não a impediu de sustentar sua decisão sem arrependimentos *“depois que eu deixei ele, que eu fiquei no mundo, sofri muito, conheci homem bom, fedorendo, cheiroso. (...) mas de ter deixado ele, não me arrependo, foi a melhor coisa que fiz na minha vida”* (Célia)

Neste período em que o pai de sua filha se negara a fornecer pensão, o único recurso possível para sobrevivência era o PBF, mesmo assim, o valor da transferência não era suficiente para suprir suas necessidades e a de sua filha em um contexto em que esta era a única garantia de renda da família, relatando a fome como um desafio cotidiano e a solidariedade de sua comunidade como um recurso de sobrevivência

*Ela cansou de ir pra creche com fome, não tinha uma merenda, o dinheiro que eu tinha era o Bolsa Família, mas Deus nunca deixava, sempre Deus usava as pessoas, “hum, irmã, (toma) R\$: 50,00, hum, irmã, (toma) um franguinho, um peixinho” e era assim, mas, não era você que tinha o dinheiro para comprar, sabe? (Célia)*

A partir do recurso da fé, Célia enfrentou o desespero provocado pela adversidade da privação alimentar, o que trouxe amparo emocional diante de uma vulnerabilidade profunda. De igual modo, relata que a mãe obteve experiências muito semelhantes: *“ela ia passear o povo dava coisa para ela, era assim, dava um pratinho de fruta para você, de verdura, cebola, pimentão, tomate, essas coisas”* (Célia), o que indica a cronificação da fome entre gerações. Se antes Célia, como filha, sentiu a fome e lembra da mãe sobrevivendo a partir de doações de terceiros na rua, em outro momento, ela própria foi a mãe de uma criança que também sobreviveu à fome graças às doações de sua comunidade, apontando para a cronicidade persistente da pobreza por três gerações consecutivas de mulheres.

A situação de pobreza torna as pessoas mais vulneráveis às circunstâncias de vida, seja de forma direta ou indireta. A consequência direta da pobreza inclui má nutrição e baixa acessibilidade à saúde, o que aumenta a probabilidade de doenças e outras incapacidades, como Célia relaciona sua pneumonia à insuficiência alimentar: “*o que eu tinha era só o Bolsa Família, eu recebia R\$: 397,00, nessa época e ali o médico disse que eu tava com pneumonia (...) ‘minha filha me diga uma coisa, cê não tava comendo não?’ . Ai eu ‘tô não’*” (Célia). Já as consequências indiretas vêm de uma relativa falta de recursos internos e externos para lidar com as circunstâncias adversas (CUMMINS, 2000). Rego e Pinzani (2013) ao estudarem os efeitos do PBF na vida das mulheres destacaram que a renda historicamente constituiu e construiu processos de libertação das necessidades básicas à dignidade humana e alteração de subjetividade, tendo impactos materiais e psicológicos e sendo elemento constitutivo do acesso a recursos de sobrevivência, o que permitiu que Célia pudesse ter dinheiro para comprar suas próprias coisas, ter o próprio dinheiro, para ela, é elemento de dignidade.

Por outro lado, o dinheiro, como elemento isolado, é insuficiente na definição da vivência da pobreza. Ximenes, Nepomuceno, Cidade e Moura Júnior (2016) evidenciam o debate sobre as múltiplas fomes e suas implicações psicossociais alicerçadas em profundos sofrimentos como a vergonha, a humilhação e as injustiças a partir de um contexto de fortes assimetrias de desigualdades de oportunidades. Considerar a multidimensionalidade da pobreza partindo dos espaços, da capacidade de locomoção, dos aparatos disponíveis, do suporte social, dentre outros, também pode trazer questões relativas à dificuldade de classificar, quantificar, nomear e acessar políticas públicas específicas para a população em situações de denegação de direitos - mas também de elaborar estratégias e priorizar grupos sociais específicos partindo de problemáticas de seu cotidiano. Portanto, é fundamental evidenciar que seu conteúdo é muito mais complexo que as medições a partir de critérios econômicos. Sendo assim, reconhecemos o mérito da Abordagem das Capacitações e da ampliação da visão de pobreza a partir de sua multidimensionalidade, mas assumimos um posicionamento crítico das questões acima debatidas. Enfatizamos a importância de estudar as múltiplas fomes por trás da fome biológica, da desnutrição e da ausência de renda.

Também é importante alinhar que a pobreza não se limita aos indicadores monetários, mas é evidente que sua falta é um elemento constitutivo dos contextos acima descritos, a falta de dinheiro e a ameaça ao exercício da maternidade foram dois elementos de intimidação a Célia. Dentro desta tônica de poder, a transferência de renda proveniente

do PBF foi a única fonte de dinheiro garantida, trazendo à tona a sua imprescindibilidade como um poderoso recurso de enfrentamento essencial para que pudesse sair de uma relação indesejada onde encontram-se presentes a violência física e a psicológica dentro das relações privadas do lar, por isso, não há superação da situação de fome, miséria, exploração e desigualdade sem uma transformação radical da estrutura social, econômica e política em toda sua historicidade e possibilidades de mudança.

Assim como não se entra em situação de pobreza simplesmente por um conjunto de más escolhas, sair dela não é uma questão meramente individual, na vivência da pobreza se expressam representações de violências conjugais, maternidades com baixo suporte social e vulnerabilidades sociais crônicas, que estão presentes nas narrativas. Por isso, considerando sofrimentos privados são desdobramentos de estruturas coletivas, é importante assumir a heterogenia destas realidades como forma de questionar visões moralizantes e totalizadoras sobre as causas da pobreza e suas soluções. Neste período de perdas de direitos de cidadania e da ascensão de ideologias neoliberais, individualizantes e conservadoras, defendemos um Estado que se posiciona de forma a priorizar seus cidadãos às relações econômicas mundiais, que defenda seus trabalhadores, empregados ou não, dos abusos das elites detentoras do poder e que priorize investir nos pobres aos grandes banqueiros e investidores. Por isso, ressaltamos a importância, a permanência e expansão dos programas de transferência de renda, compreendendo que eles, como elementos isolados, não erradicam a miséria, mas aliviam as mais variadas fomes que assolam o cotidiano do pobre.

### **3.4 Mulheres no Programa Bolsa Família: tensionamentos entre a atividade de cuidado e o trabalho remunerado**

A escolha por pesquisar especificamente mulheres se deu pela orientação do Governo Federal de acordo com a Lei 10.836 que prevê que “o pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher” (BRASIL, 2004). Para além desta legislação, a prática profissional em políticas públicas é corriqueiro o trabalho com mulheres, já que elas buscam ativamente o serviço de forma preponderante, dessa forma, a permanência das mulheres nos equipamentos de proteção social e na atenção primária em saúde, meus espaços de trabalho cotidianos, foi fundamental para a escolha por este recorte.

O programa é direcionado ao alívio imediato da pobreza, mas não especificamente ao desenvolvimento humano de suas beneficiárias. As mulheres devem cumprir

condições elementares de cuidados coletivos na sua manutenção dentro diretrizes do PBF. A centralidade desses lugares está sobretudo vinculada às crianças e aos adolescentes no que concerne à escolaridade, nutrição e imunização. A mulher torna-se beneficiária a partir de sua condição de mãe (ou cuidadora) de uma família em situação de vulnerabilidade social.

Mariano e Souza (2015) destacam três características dos programas sociais dos países em desenvolvimento, incluindo o brasileiro: 1) os contextos de pobreza combatidos por políticas familistas; 2) foco no funcionamento do núcleo familiar, sem que se coloque como pauta qualquer questionamento crítico à subordinação ou aos processos de empoderamento da mulher; 3) maternalismo em que o acesso aos direitos sociais ser atravessado à condição de mãe. Dessa forma, o protagonismo individual da mulher como trabalhadora doméstica e cuidadora alicerça as bases do PBF. Durante as entrevistas, as mulheres relatam se encarregar de exercícios do cuidado que transitam da atenção ao cuidado com os enfermos e idosos à dedicação aos filhos, em uma constante busca por alternativas conciliatórias entre atividades produtivas e reprodutivas.

*Aí fui aprendendo lá, aí lá ela (a patroa) me deu essa oportunidade e fiquei indo, fiquei pegando prática, levando muito nome de lesada. Quando a gente tá começando, a gente leva muito nome de lesada. Aí eu peguei eu cheguei e disse para ela que não ia mais, que ia para casa. Não tinha condição porque eu tinha menino pequeno, tinha que ficar com o menino, ela pegou e disse assim, “então vamo fazer o seguinte eu vou lhe dá uma máquina para você trabalhar, a máquina é sua, faça o que você quiser fazer com ela” (...) aí através dessa maquinazinha eu fui trabalhar devagarinho, conseguindo comprar as outras, né, para poder me manter, sem depender de ninguém, sem tá nas casa de um de outro, né, não tem como você ter suas coisas e você manter seus filhos né dentro de casa. (Maria)*

Maria traz reconfigurações em seu cotidiano para que obtivesse êxito em duas atividades, para ela, inconciliáveis: o trabalho remunerado e a atividade de cuidado, o termo “estar na casa de um e de outro”, remete ao sentimento de insegurança e à transitoriedade, assim como “levando nome de lesada”, o que expõe a desqualificação e assujeitamento a partir de relações de poder de subalternidade; e, por último, o “ter que ficar com o menino” traduz os desdobramentos da responsabilização do cuidado como uma atividade inquestionavelmente sua. As tensões entre trabalho e maternidade tiveram como desfecho sua demissão voluntária, quando foi presenteada com uma máquina de costura que solucionou a antinomia entre o “ter suas coisas” e “manter seus filhos dentro de casa”.

A naturalização do cuidado como um atributo presumivelmente relegado às mulheres surge no discurso de Célia, que cuidou do pai doente no período em que iniciou um relacionamento com o atual companheiro. No relato, ela manifesta o desejo de dedicar seu tempo exclusivamente ao trabalho doméstico:

*O meu pai veio pro meu poder porque tava doente, aí eu cuidei dele aqui dentro, quando eu venho cuidar do meu pai já foi com o pai desses meninos (...) que foi o que eu pedi a Deus, eu pedi assim: “Deus me dá um marido que eu não tenha que trabalhar, que venha a trabalhar dentro do meu lar mesmo para mim cuidar só da minha casa”, (...) Porque eu era muito cansada, tá trabalhando para lá e para cá no sol (...) aí eu tenho um nome sujo, falei com a minha menina “mulher tu faz um cadastro pra mim da Natura?” “Tem certeza que a mãe quer?” “Tenho”. Aí ela fez até hoje eu tenho aqui as minhas Natura...vendo Natura e Avon aqui em casa mesmo (Célia)*

O desejo de ficar em casa é uma resposta subjetiva à materialidade cotidiana de se expor a um ofício em que precisava estar de lá para cá no sol, em um trabalho com as seguintes atribuições “o povo me contratava nas lojas para mim vender autônomo, eu ia na sua casa oferecia para levar lhe levar o catálogo e eu lhe amostrava os produtos” (Célia), dessa forma, ela visitava com casas de forma autônoma, ou seja, sem segurança trabalhista, em condições que lhe geravam cansaço. O “estar de casa em casa” e o “trabalhar de lá para cá” expressam vivências semelhantes de transitoriedade, insegurança e vulnerabilidade dos “bicos”, termo que remete a trabalhos pontuais e mal remunerados sem a proteção legislativa e segurança jurídica de um trabalho formalizado. A natureza destes serviços expõe a quem não tem escolha sobre que tipo de trabalhos vai se submeter, posto que ela e sua família estão expostas a situações perversas de ausência de oportunidades elementares como “morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária” (SEN, 2010, p. 32).

Junto a este trabalho, Célia tinha a incumbência de cuidar do próprio pai, por isso, expressa o desejo de se dedicar exclusivamente à esfera doméstica, o que se tornou possível a partir da segurança do casamento. Ainda assim, Célia conciliou sua função de dona-de-casa a venda de produtos de catálogos de revistas complementando a renda doméstica, ao mesmo tempo em que era responsável pela casa, pelo cuidado com o pai adoecido e os filhos, dentre eles uma criança portadora de Síndrome de Down, que exigia maiores cuidados. Com todas essas questões, teve dificuldade de autonomamente se cadastrar como vendedora avulsa de produtos de revistas porque tinha o “nome sujo”, termo que se refere a pessoas que não puderam quitar suas dívidas. Negativada nas listas dos órgãos de proteção ao crédito, precisou recorrer a filha que forneceu seu nome

“limpo” para que Célia tivesse chances de ter uma renda complementar ao marido vendendo produtos de cálogos de revista. No momento da entrevista, ela concilia os bicos ao trabalho doméstico, entretanto, dedica maior parcela de seu tempo a esta última esfera de sua vida.

Célia e Maria trazem a exaustão física e mental em um momento onde se encontravam consumidas pelo trabalho e pela responsabilidade de oferecer cuidado, fenômeno compatível com o que Federici (2019, p. 262) denomina geração sanduíche: “que ao mesmo tempo cria os filhos e cuida dos pais, fica particularmente estressada”. Como desdobramento do desgaste e do estresse, essa geração precisa em dado momento abandonar o emprego quando a atividade doméstica de cuidado aumenta. Para as duas mulheres, especialmente a natureza e as relações depreciativas que se formaram dentro desses trabalhos intensificaram este processo de sofrimento que culminou em negociações externas trabalhistas e internas no seio familiar. Maria ganhou uma máquina de costura para que pudesse ter alguma fonte de renda e, ao mesmo tempo, manter os cuidados com o filho. Já Célia passou a efetuar vendas dentro de casa para que pudesse priorizar as atividades em prol de sua família.

O cuidado com os idosos são atividades especialmente elencadas como atributo feminino, uma pesquisa survey de amostral nacional realizada entre os anos 2016 e 2017 (ARAÚJO, et al., 2018) sobre as percepções das atividades práticas da vida cotidiana entre homens e mulheres no Brasil apontou um aumento de horas dedicadas pelas mulheres no cuidado com os doentes, sendo consequência da “reprodução de padrões femininos de cuidado unida a um maior envelhecimento da população e a um menor número de pessoas para distribuir a tarefa e a ausência de políticas públicas” (p.60), o que traz o lugar de Célia nos cuidados com o pai doente um encargo comumente destinado às mulheres.

Por isso, as diferenças de gênero se tornam importantes quando contextualizadas na realidade das responsáveis que vivenciaram em algum momento o Programa Bolsa Família, já que reproduz arranjos próprios entre desigualdade entre sexos e pobreza, o que resulta especialmente em uma aguda carência das capacidades humanas centrais das mulheres, definidas por Nusbaum (2010) como a vida, a saúde, a integridade física, os sentidos, a imaginação e o pensamento, as emoções, a razão prática, a afiliação, a relação com outras espécies, o acesso ao lazer e a capacidade de ter controle sobre o ambiente, seja concreto ou político. Neste sentido, os relatos apontam que a transferência financeira direta do PBF forneceu uma maior segurança na maternidade. Joana recorda com vividez

sua experiência desde o momento em que fora informada pela primeira vez do benefício, a experiência do cadastramento e de seu relacionamento com o banco, por último, sua escolha sobre o que comprar e a quem destinar o objeto da compra, trazendo sua percepção de valor do dinheiro e seu concomitante auto valor dentro da família:

*Aí começou a dizer que o pessoal tava ajeitando (alusão ao PBF), peguei filas de madrugada, consegui fazer o meu cartão, me cadastrei lá (...) tudim, aí comecei a receber, quando era meu mês de receber o meu dinheiro, no cartão que tem um número, o da Caixa, eu ligava, aí dizia “Quer saber se o dinheiro tá liberado, o Bolsa Família”. Como é “seu nome?” “Joana!” (...) foi uma coisa muito boa para mim nesse tempo eu dinheiro no Messejana, comprava coisa pros meus filhos, vinha nas lojinhas comprar roupa, tudo eu comprava pros meus meninos, nunca deixei assim faltar nada (...) nesse tempo, o dinheiro dava pra fazer muita coisa, dava para mim sustentar a minha casa com meu marido. (Joana)*

A sensação de esforço pessoal na busca ativa em espaços fora de casa, a insígnia do nome como referencial de renda adquirida, a decisão sobre o destino de dinheiro e o bem-estar do ato da contribuição financeira trouxeram uma posição de maior igualdade junto ao marido, ampliando os repertórios de possibilidades que não estão descritas necessariamente dentro das diretrizes governamentais. Além disso, o PBF também se constituiu como um recurso de superação de situações potencialmente vexatórias e humilhantes, potencializando a proteção social contra situações de vulnerabilidades, a exemplo de Maria que vivia da doação dos vizinhos “*Aí meus quatro menino pequeno, meu marido desempregado, eu desempregada, a gente não tinha condição, quem ajudava mesmo era os vizinho*” (Maria), que relata situações em que sentiu vergonha por apelar para o suporte social de sua comunidade

*Eu tinha vergonha de pedir, às vezes, quando chegava gente aqui, que menino gosta mesmo de passar fazer vergonha a gente, né? Aí tinha um, que era mais abençoadinho disse assim “mãe, tô com fome, mãe, tô com fome!”. Aí as vizinhas saíam, não diziam nada, quando dá fé vinham com suco e bolacha, aí vinha com uma cestinha com arroz e macarrão, era assim, mas eu ficava morrendo de vergonha, morrendo de vergonha mesmo. (Maria)*

Por outro lado, os fundamentos que subjazem as regras do dispositivo de transferência direta de renda guardam dimensões ambíguas e paradoxais: se há uma melhoria de renda, o benefício pode ser retirado, e se há aumento da vulnerabilidade familiar, também. Dentro das condições atuais para se manter o benefício é necessário permanecer abaixo da linha de pobreza (BARTHOLO, 2016) se a renda familiar atinge o teto, a família é excluída, se as crianças e adolescentes estiverem fora da escola ou com



frequência insuficiente, se não forem vacinadas, pesadas, se a gravidez não for acompanhada, o sistema parte da compreensão de que a família não cumpriu a sua parte, punindo-a com suspensão do benefício de forma temporária ou definitiva, caso a situação não seja devidamente regularizada. Lavinas (2004) atribui essa visão ao entendimento de que o aumento das vulnerabilidades em relação acesso às políticas públicas é uma questão privada e deliberada de cada núcleo familiar, desconsiderando fatores complexos relacionados à violação de direitos, como diminuição da mobilidade urbana, precarização do serviço público, com a falta de material médico e humano, violência doméstica, situação de trabalho infantil, etc. Nenhuma família relaciona a exclusão ao descumprimento da política de condicionalidades, mas ao aumento de renda respaldada pela carteira assinada, circunstância em que as mulheres pararam de receber a transferência de renda, ainda que não elas próprias não tivessem aumentado sua renda individual.

Segundo Passos e Waltenberg (2016), o PBF empodera as mulheres ao oferecer alguma segurança de renda ao mesmo tempo em que reforça funções ligadas à tradição e ao costume, como a naturalização da dependência financeira dentro de suas relações familiares. A vivência do PBF interferiu positivamente no que Nepomuceno (2019) enumera como dimensões subjetivas da pobreza, a saber, as concepções que os sujeitos têm de si e da pobreza; aspectos relacionados ao bem-estar, as experiências de vergonha e humilhação vividas, entre outras.

A renda contribuiu de forma efetiva pra sobrevivência das famílias beneficiárias, trazendo o aumento do autovalor, e facilitou a internalização de reconhecimento social

*No colégio, tem umas diretoras que dizem assim, “eu gosto da Joana, que os filhos dela vem tudo direitinho para o colégio e é que não recebe o Bolsa Família e vem bem direitinho, os filhos da Paula nunca pede lápis aqui na secretaria, nunca pede caderno, nunca pede isso, por que? Vem tudo direitinho”. Porque quando tá acabando o lápis dele eu já compro um de reserva. O caderno já ta acabando? Já um de reserva já ta ali, entendeu? Por isso que eu digo, que o Bolsa Família era pros meus filhos, pra ir direito pro colégio, pra não tá pedindo nada a ninguém no colégio. (Joana)*

Para Joana, o PBF fortalece o sentimento de valor provocado por um reconhecimento das diretoras da escola por ser uma boa mãe, que merece evidentemente esse *status* porque se mantém com recursos próprios sem que demande material de estudo à escola. Dessa forma, o ato de pedir desautorizaria Joana a sua boa maternidade, motivo pelo qual mantém reservas de material escolar, o reforço a este elogio passa a ser um valor

adicional de reconhecimento no contexto de não ser mais beneficiária e manter-se boa mãe, conceito carregado de um valor social positivo, mesmo assim, Ana se refere à transferência de renda como um suporte financeiro que auxiliaria a manter um lugar de valor e merecimento sob os olhos das diretoras.

Em outras situações, o PBF surge amplificando as estratégias de resistência das mulheres que lutam contra situações de violência dentro de seus lares, potencializando a maternidade. Antônia, por exemplo, relata as violências sofridas pelo marido alcoólatra *“me esculhambava, trocava as minhas coisas por cachaça, meus panos de prato, qualquer coisa que eu tinha ele saía vendendo”* e em seguida diante da espoliação de seus bens, o PBF foi a única fonte de renda neste momento *“porque eu dependia do Bolsa Escola né, sempre eu recebia, quando os meninos eram pequenos, eu recebia o Bolsa Escola”*.

Rego e Pinzani (2013) já relacionaram a transferência direta a mudanças individuais no âmago do lar e nas relações amorosas de suas beneficiárias. O Programa permitiu que as mulheres pudessem optar sobre o que comer e com quem se relacionar. Possuir dinheiro e, por extensão, crédito no contexto da fome e da subalternidade significa a revolução da escolha do alimento e ampliação da autonomia no âmago da vida conjugal devido ao maior poder de barganha. Entretanto, é importante salientar que o mesmo Estado que possibilitou pequenas vivências emancipatórias a Antônia, através do PBF, também colaborou na reprodução de violências simbólicas de gênero no disciplinamento da maternidade de Hilda, definindo e normatizando papéis de gênero.

A exclusão das entrevistadas do PBF guarda uma convivência implícita sobre a condição de subalternidade da mulher, enquanto mãe, esposa, cuidadora, fazendo que ela permaneça nos bastidores do desenvolvimento dos demais membros familiares. Atualmente, Antônia está excluída do PBF e precisa recorrer ao filho, gerando sentimentos de vergonha e humilhação *“me sinto humilhada (...) porque a responsabilidade não é só deles não, é minha também, e eu me sinto culposa por causa disso aí”* (Antônia). Neste sentido, Moura Jr. (2015) traz a humilhação como causa de forma mais intensa os sentimentos de vergonha e de rejeição nas pessoas com mais pobreza multidimensional. Já Estanislau et al. (2018) e Zavaleta (2007) afirmam que a discriminação e a rejeição desencadeiam sentimentos de vergonha e humilhação nas pessoas em situação de pobreza, constituindo-se como forte marca da desigualdade social.

Antônia atribui a si a responsabilidade por determinada falha moral, o que traz o sentimento de culpa. Já Elza ressalta a impotência, sentindo-se humilhada pelas

circunstâncias que lhes foram impostas e que lhe levaram a pedir um emprego que era continuamente negado e que, por isso, hoje não consegue vislumbrar uma ação reparadora possível, trazendo elementos de fatalismo após persistir na busca de trabalho, se frustrar e não achar meios de contestar seu destino.

*toda vida que eu ia pedir um emprego (...) eu dizia “gente, pelo amor de Deus, to querendo um emprego é pra ajudar dendi casa”, graças a Deus, que eu criei meus irmãos com arroz e feijão, mas criei, entendeu? não me deram nenhum emprego na época, acho que de tanto eu correr atrás e me chatear, porque a gente se chateia mesmo, eu acabei carregando, assim, muita angústia por eu não poder revidar, assim, os meus direitos né de chegar e falar, reclamar o que com quem? (Elza)*

De tanto tentar um emprego e não conseguir, Elza traz a angústia por não poder reivindicar seus direitos e não ter com quem reclamá-los. Segundo Martin-Baró (2017) a raiz do fatalismo não está na sua convicção, mas na imutabilidade das condições sociais nas quais as pessoas e os grupos existem e se formam, logo, é possível eliminar a convicção fatalista quanto maior controle as pessoas possuam sobre o seu ambiente. A respeito disso, Nusbaum (2010) assume a imprescindibilidade de um posicionamento ético do poder estatal contra algumas maneiras muito comuns de tratar as mulheres, posicionadas como incapazes e meras adjuntas de uma linhagem familiar. A autora também defende um posicionamento governamental direcionado a impulsionar todos os cidadãos a procurar o bem a sua maneira. Ao respaldar a maternagem como fundamental na resolução de tensões estruturais, atribui-se que a mulher é antes de tudo reprodutora e cuidadora do seu coletivo, em vez de terem suas próprias vidas para viver.

Em suma, a família não é homogênea e reproduz em seu cerne os códigos sociais implícitos e explícitos de sua cultura. O reconhecimento estatal dos papéis de gênero dentro das matrizes familiares passa pela valoração de cada membro como imprescindível ao desenvolvimento comum. Para tanto, é necessário buscar não apenas como os membros de uma família se sentem sobre sua situação, mas o que eles de fato podem e querem fazer. Alice, por exemplo, arrepende-se de ter se demitido do serviço que lhe trazia bem estar para que pudesse cuidar dos netos, entretanto, essa decisão foi tomada após ouvir um relato de violência intrafamiliar contra a neta.

*Arranjei um trabalho no buffet lavando roupa, tu sabe, buffet não tem essa história de só lavar roupa, você lava, você engoma, enfim, né? (...) sete anos nesse trabalho, mas pense que eu me arrependi quando eu saí, eu saí por causa dessa imoral aí, sem vergonha e dos filhos dela, mas ainda hoje eu me arrependo, não era pra mim ter saído do meu trabalho, lá eu me sentia bem,*

*lá eu trabalhava (...) aí chega uma mulher “fiquei com tanta pena do teu neto”. “Que foi mulher?” “mulher, tu sabe o quê que tua filha fez?”. Os bichim morto de fome quando ela tacou caldo na boca do bichim, chega que o menino fez assim”, isso é uma felicidade pra avó? (Alice)*

A desistência do trabalho desperta nela sentimento de auto depreciação por acreditar que havia opções “*eu fui burra não sei quantas vezes e sou até hoje. Eu poderia ter pagado alguém pra cuidar das meninas e poderia ter continuado meu trabalho, só que como eu te disse, a gente entra, a hora de entrar é X, agora na hora de sair só Jesus sabe*” (Alice). O arrependimento é uma emoção ligada à tomada de decisão, Zeelenberg e Pieters (2007, p. 3) a definem como "um sentimento desagradável acompanhado de uma clara sensação de auto culpa em relação às suas causas e de desejos fortes de desfazer a situação atual" (tradução própria). Este sentimento chega a Alice com forte conotação auto depreciativa e ambivalente, imagina que esta situação pudesse ter outro desfecho caso tivesse contratado os serviços de alguém para cuidar dos netos, ao mesmo tempo, reconhece que esse recurso não se sustentaria devido a sua carga horaria imprevisível, mas que, ainda assim, provocaria sensação de contentamento. Sua renúncia potencializa a raiva que tem da filha por provocar o impasse em que precisa escolher entre o trabalho em que se manteve por sete anos ou o encargo do cuidado não remunerado e do desemprego.

Segundo Lavinias, Cobo e Veiga (2012), na análise dos efeitos do PBF sobre a autonomia das mulheres pobres, 90% das beneficiárias manifestaram que a preocupação por não ter com quem ou onde deixar os filhos prejudicam a entrada no mercado de trabalho, fenômeno que também se manifestou durante as entrevistas. Diante da longa jornada de trabalho, o cuidado reprodutivo e trabalho remunerado se apresentavam inconciliáveis. Também não era possível terceirizar o cuidado aos netos devido à inconstância de sua rotina. A possibilidade de permitir que a filha se responsabilize pelos próprios filhos inspirava desconfiança na avó, anulando o prazer encontrado no trabalho. Logo, a conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo ainda se faz no plano privado e individual, não com políticas públicas. As mulheres surgem no PBF, como mediadoras da relação entre família e Estado, mas não se percebem amparadas no que fiz respeito ao próprio desenvolvimento.

Por outro lado, é importante ressaltar a importância da transferência financeira direta do Estado em situações de pobreza e de extrema pobreza. O Programa Bolsa Família, tal como o nome indica, é centrado no desenvolvimento da coletividade família,

motivo pelo qual não podemos responsabilizar especificamente uma política pública pelo processo de autonomização política das mulheres sem uma discussão sobre efetivação de direitos em conjunto com outras políticas que facilitassem o acesso à cultura e ao conhecimento, a democratização do cuidado dos dependentes e a facilitação na inserção no mercado formal de trabalho. A preferência do gênero feminino na titulação do PBF reproduz o avanço de pautas relativas à questão de gênero sobre as mais diversas políticas, mas também à cultura da divisão sexual do trabalho e parece carregar pressupostos implícitos de que a mulher tem maior eficiência em gerir recursos escassos, convertendo-os em bens necessários. Assim, elas são consideradas mediadoras entre Estado e família sem que aja uma agenda específica de gênero ou o debate da centralização dos cuidados de toda a família na mulher.

As políticas públicas de distribuição de renda centradas na família são um avanço no reconhecimento da pobreza como fenômeno sintomático da profunda desigualdade social, que impedem uma democracia plena e limitam a universalidade de acesso a direitos básicos como saúde, educação, alimentação. Nesse sentido, garantir a manutenção de direitos historicamente conquistados, como o Programa Bolsa Família é fundamental em um cenário em que ele é constantemente ameaçado. Também devemos avançar na complexificação das narrativas que subjazem essas políticas de forma a pensar alternativas não somente em termos de inclusão econômica da população, mas também das demandas de reconhecimento de questões de gênero e a raça no debate da efetivação do exercício pleno da cidadania daqueles que precisam deste programa, ainda que não estejam mais nele.

De acordo com Montañó (2012), o pensamento burguês relaciona a pobreza a um *déficit* educativo, a incapacidade de planejamento orçamentário familiar e, por último, a um problema de ordem moral-comportamental superada principalmente pelo esforço individual. Essa concepção não se sustenta no discurso das entrevistadas, que mostraram a reprodução de valores relacionados ao auto sacrifício e ao esforço destinado ao trabalho do cuidado reprodutivo, seja de forma gratuita para a própria família, que se une por vínculos de afeto diante da adversidade, seja explorada em “casas de famílias”, sem direitos trabalhistas. Elas desenvolvem processos de resistência através da teimosia, como Alice que renunciou ao trabalho remunerado para cuidar dos netos ou de Elza que tenta insistentemente manter a filha adolescente em uma escola fechada pela pandemia ou que mesmo precisa investir grandes períodos de tempo em transporte para consultas médicas para cuidar da mesma filha. Por isso, é importante discutir a heterogeneidade da pobreza

a partir de questões fundamentais como as territorialidades, os vínculos familiares e comunitários, as questões identitárias nos espaços dentro de uma sociedade racializada, sexista e homofóbica.

Também é importante considerar as mulheres em situação de pobreza na posição em que sempre estiveram, a de pessoas resilientes que desenvolvem profundos processos de enfrentamento de problemáticas opressoras, por isso, devem ser alcançadas e escutadas, devem participar das decisões políticas, educativas e de saúde da comunidade, como sujeitos volitivos, desejanter e imersos em realidades plurais e complexas. Dessa forma, a culpabilização das famílias sem que aja necessariamente contrapartida governamental parte de uma perspectiva higienista, moral e individualizante da pobreza.

O relatório divulgado pela Oxfam (2020) demonstra relação direta entre a desigualdade econômica e a de gênero, demonstrando que são majoritariamente as mulheres que compõe a base da pirâmide econômica sendo detentora de menores recursos, poder econômico e social, apesar de sua relevância, segundo Federici (2019), esses serviços são invisíveis como trabalho a ponto de não serem incluídos no Produto Interno Bruto, logo suas provedoras estão ausentes do cálculo da força de trabalho Nacional, além disso, a probabilidade das adultas e meninas estarem em empregos mal remunerados e precários é maior, concluindo que estas assumem a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado e mal pago.

Biolli (2018) atribui esse fenômeno ao capitalismo dominante, que explora e impulsiona crenças sexistas tradicionais, que conta com a mão de obra feminina nas atividades domésticas e de cuidado ao mesmo tempo que se recusa a valorizá-la por isso. Ainda segundo Biolli (2018) as mulheres pobres, além de dedicarem mais tempo a tarefa doméstica de suas próprias casas ainda se dedicam mais a atividades que não lhes fornecem remuneração, assistência social ou aposentadoria, aumentando a probabilidade de se intensificar sua dependência financeira na velhice, período em que ela mesma precisará ser amparada.

Neste sentido, a noção de desenvolvimento humano de mulheres passa pela ampliação de seu poder de decisão da mulher sob a sua própria vida e na apresentação de possibilidades reais de identidades alternativas, antes percebidas como impensáveis inclusive na esfera do desejo. Assim, defendemos a importância de políticas públicas transversais para o desenvolvimento das liberdades das mulheres em questões relativas ao direito reprodutivo, à divisão do trabalho doméstico, às escolhas profissionais e à vida conjugal. Para Bartholo (2016), a equidade de gênero é uma mudança processual de longo

prazo. A melhoria estrutural das escolhas disponíveis às mulheres mais pobres passa pelo acesso ao Bolsa Família, mas não deve se encerrar nele.

Compreendemos que ainda há prevalência de uma divisão sexual das atividades. Dentro de uma sociedade monetarizada, o quinhão destinado à mulher é invisível e não é remunerado. Sendo assim, se a pobreza tivesse um sexo, seria o feminino. Apesar de enfatizarmos a importância do dinheiro no âmbito da pobreza, é necessário evidenciar que a soma dos ganhos de uma família ou de um membro não é um dado suficiente para definir em que condições ela vive. Dessa forma, é importante definir quando falamos de pobreza de que ponto partimos. Por isso as políticas, programas com foco nas mulheres é fundamental, questionamos, entretanto, qual a concepção de mulher e quais lugares a elas atribuídos que orientam tais políticas.

#### **4. MODOS DE VIDA E ENFRENTAMENTOS DE MULHERES EXCLUÍDAS DO PBF EM CONTEXTOS DE POBREZA**

As mulheres sempre buscaram mecanismos de enfrentamento às adversidades da vida. Quando trazemos a palavra vida, buscamos o sentido coletivo de tudo que a rodeia, como “conjunto dos acontecimentos e das atividades relativos a um grupo, a um lugar ou a um período” (MICHAELIS, 2020). O elo com os pais, irmãos, sobrinhos, filhos, vizinhos são integrantes da vida, tornando a busca pela satisfação de necessidades e a carência dois elementos fundamentais, mas insuficientes para circunscrever as vivências das mulheres em contextos de pobreza.

As titulares do PBF são mulheres, pobres e mães, esses elementos reivindicam ordenamentos, forjando organizações e revelando pluralidades de pessoas que atuam sobre a realidade, planejamentos e escolhas para viver e sobreviver. Dessa forma, desenvolveremos um debate sobre os processos de existência de forma mais ou menos similar entre milhares de mulheres pobres desse país, mas também abordaremos as rachaduras e ruídos produzidos em um constante processo de resistência à dominação de seus corpos e sua força de trabalho, retrataremos a luta persistente pela vida de sua família, que exigiram o desenvolvimento de habilidades a partir da persistência, da solidariedade e do cuidado com o seu coletivo.

Destacaremos seu papel imprescindível nos processos de saúde, educação, cuidados e promoção de projetos de vida de quem ela cuida, mas também a luta contra as materialidades da injustiça social que se concretizam em seu cotidiano como a fome, a violência, a precarização do trabalho e o abandono. Também traremos para discussão seus modos de vida e as implicações psicossociais da pobreza e do gênero ao Programa Família de forma interseccionada. A pobreza não se alicerça apenas no pressuposto da falta, mas forja eventuais formas de organização como recurso de sobrevivência, assim como os desdobramentos do ser mulher como fio condutor de formas de expressão no mundo moldando subjetividades manifesta em gestos, afetos, sentidos a partir do cotidiano diverso e adverso que configura os modos de vida. A vivência enquanto responsável familiar no Programa Bolsa Família pode trazer novas oportunidades, experiências ou mesmo evidenciar ambivalências e disparidades de gênero.

Dessa forma, iniciaremos com “Modos de vida e possibilidades de existência das mulheres em situação de pobreza” onde faremos uma discussão da categoria modos de vida articulada às dinâmicas de gênero. Nesse sentido abordaremos questões que surgiram



como relevantes como o casamento infantil, gravidez na adolescência e as disposições de cuidado dentro da família. Em “Aspectos psicossociais da pobreza nas mulheres: vida, trabalho e família”, abordaremos implicações psicossociais da pobreza trazendo a debate o abandono escolar, o analfabetismo, o trabalho infantil e a violência doméstica como desfechos, mas também como questões disparadoras, contribuindo a permanência da pobreza. Por último, discutiremos questões de vulnerabilidades sociais como trabalho infantil de meninas pobres e a violência urbana e doméstica, trazendo as dinâmicas de cuidado feminino como importante estratégia de resistência, sobrevivência e preservação da vida das famílias em situação de pobreza.

No último tópico, denominado “Efeitos simbólicos, impactos materiais e dinâmicas de exclusão no PBF” discutiremos a relevância do PBF como recurso de enfrentamento, ampliando a autonomia feminina, diminuindo situações de vulnerabilidade e permitindo mudanças simbólicas de posições dentro e fora das dinâmicas familiares. Enfatizaremos as contribuições o PBF deu e para que fins o repasse financeiro foi empregado. Além disso, descreveremos a percepção das mulheres sobre seus próprios processos de exclusão, evidenciando que há uma superação relativa da pobreza, mas que esta sofre rearranjos devido ao ser caráter complexo e multidimensional.

#### **4.1. Modos de vida e possibilidades de existência das mulheres em situação de pobreza**

Existe uma imprecisão teórica em torno da categoria Modos de Vida. Braga, Fiúza e Remoaldo (2017) apontaram que as traduções para o português de estudos ingleses e franceses apresentam termos idênticos para ideias originalmente distintas, fazendo que a definição de termos tais como “categorias de vida”, “estilo de vida”, “gênero de vida” e “forma de vida” se confundam na literatura científica brasileira. O estudo aponta para a necessidade de maior delimitação de uma concepção teórica capaz de relacionar o termo às condições de existência, que correspondem aos determinantes e condicionantes da vida em sociedade.

Já Borsoi (2005) delimita o conceito de Modos de Vida como:

uma categoria que aborda condições de vida, considera a vivência dos trabalhadores no sentido de como conduzem suas vidas – individual e socialmente, dentro e fora do trabalho – usufruem aparatos econômico-sociais e culturais visando atender a necessidade do corpo e da fantasia, buscam forma de adaptação e resistência às condições materiais de vida e aderem a

determinado conjunto de normas e valores que justifiquem intrinsecamente as próprias ações, enfim, constroem sentido para a própria vida (BORSOI, 2005, p.31).

Nossa pesquisa se alinhará a esta definição por entendermos que entrar no PBF, vivenciá-lo e sofrer exclusão pode ter repercussões psicossociais nos modos de vida de suas beneficiárias. Consideramos a mulher, que cuida da casa, da família, da educação dos filhos, da saúde da família também é trabalhadora, ainda que não seja remunerada pelos seus serviços. Reafirmamos que a ocupação com os cuidados domésticos é parte de uma divisão sexual do trabalho. (DAVIS, 2016), que penaliza homens e mulheres pobres, as mulheres continuamente relatam o peso da dependência enquanto os parceiros assumem tarefas de alto desgaste físico.

A falta de poder aquisitivo para a compra de artigos necessários para a sobrevivência, como comida; de artigos que garantam tanto o cumprimento das condicionalidades como a esperança de um futuro melhor que o próprio para os filhos, como material escolar; a falta de oportunidades de emprego; a vulnerabilidade à violência doméstica e a sobrecarga de trabalho influenciam diretamente na liberdade de escolha das mulheres e nos seus modos de vida. Por outro lado, a manutenção de políticas de garantias de direitos, bons vínculos comunitários, políticas de saúde e de assistência social eficientes, creches e escolas de tempo integral, espaços públicos de lazer e convivência, oportunidades de trabalho, formação profissional e suporte social aumentam o leque de escolha e possibilitam a percepção de controle sobre a própria existência, produzindo metamorfoses.

Para explicitar a transversalidade entre questões macrosociais e microsociais, Bordieu (1983) desenvolve o conceito de *habitus* como mediador dos modos de vida. O termo é considerado um sistema de disposições estruturadas no social e psiquicamente organizadas e perpassa escolhas individuais em condições específicas de existência. Sujeitos em condições semelhantes podem ter *habitus* de vida diametralmente distintos, todos fortemente perpassados pelas condições objetivas de existência.

Sendo assim, duas mulheres que passaram pela experiência do PBF podem ter vivências e percepções diferentes sobre o mesmo programa. As experiências das pobres são diversas e forjam modos de vida compostos pela combinação de lugares, identidades, corpos e trajetórias, delineando espaços, identidades e se associando a comportamentos, vínculos, espaços, configurações familiares e possibilidade de existência próprios. As escolhas, os gostos, as formas de viver, sejam elas conscientemente escolhidas ou

compulsórias, podem ser provenientes de questões individuais, mas não é livre de qualquer estruturação social e histórica.

O *habitus* parte da capacidade criadora, ativa e inventiva dos sujeitos em receber e reinventar suas heranças sociais e culturais, dando-lhes novos caminhos. Não há escolhas individuais, formações subjetivas desvinculadas de marcadores sociais.

Há, portanto, um movimento dialético: o sujeito desenvolve modos de se relacionar a partir da realidade a ele apresentada, ao passo que também a modifica segundo suas necessidades. As estratégias potenciais de resistência e luta se manifestam, então, no curso da vida dos sujeitos (CIDADE, 2012, p. 67)

As mulheres em situação de pobreza sustentam processos de resistência dentro de seu cotidiano, por isso, escolhemos a categoria Modos de vida como forma de apreender e debater a experiência dentro do PBF e de como ser beneficiária pode possibilitar novas tramas de existência. Partimos do princípio de que a transferência direta pode possibilitar liberdades instrumentais definidas por Sen (2010) como um conjunto de dotações, oportunidades e bens disponíveis para satisfazer as necessidades de determinadas pessoas, permitindo que exerçam suas atividades sociais. Portanto, os direitos, as dotações e as oportunidades colaboram para o aumento das liberdades humanas em geral. As liberdades instrumentais possibilitadas pelo PBF podem ser de fundamental importância para dar notoriedade às oportunidades que os programas sociais podem conceder na superação de situações de pobreza que parecem a priori insuperáveis na vida das mulheres.

É importante ressaltar alguns marcadores sociais importantes na caracterização da beneficiária do Programa Bolsa Família, como a pobreza e o gênero. Inicialmente, há uma priorização do sexo feminino para receber o benefício. Além disso, todas, em determinado momento da vida, solicitaram o auxílio governamental e foram classificadas como pobres a partir de então, em outro momento, todas saíram de forma compulsória. Para Simmel (2008, p. 102), dentro do Estado Moderno, a assistência pública aos pobres indicará, sociologicamente, que “não é a falta de meios de subsistência que torna qualquer um pobre, a pessoa pobre é o indivíduo que recebe assistência pela falta de meios de subsistência”. A pobreza não pode ser naturalizada, devendo ser percebida como uma construção social.

Já o gênero exerce influência de modo determinante nas atividades sociais, familiares e profissionais, nos afetos e nas formas de viver a vida. Por exemplo, mesmo

antes de um bebê nascer, os chás revelação de sexo definem as cores dos quartos e das roupinhas, azul para meninos ou cor de rosa para meninas, o nome da certidão de nascimento, os brinquedos e as brincadeiras. Já na vida adulta, o gênero continua como um forte marcador social que interfere inclusive na renda. De acordo com IBGE (2018), as mulheres ganham cerca de 20% a menos que os homens em todas as ocupações, recebem menos por hora e atuam 4,5 horas semanais a menos no mercado de trabalho caso comparada a um homem com as mesmas qualificações, refletindo a dupla jornada feminina, ou seja, a dedicação não remunerada ao cuidado de filhos e da casa.

Federici (2017) faz uma complexa análise da história das mulheres na passagem do feudalismo para as relações capitalistas de produção, marcada pela monetarização das relações humanas, pela privatização das terras comunais e pela separação entre o trabalho assalariado (produtivo) e o doméstico (reprodutivo). Este período foi marcado na história das mulheres como o momento em que os afazeres de casa deixaram de ser apreciados como um verdadeiro trabalho. A autora situa ainda as mulheres labutavam nos campos, criavam os filhos, cozinhavam, lavavam, fiavam e mantinham a horta. Suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária. As relações coletivas na sociedade medieval prevaleciam sobre as familiares e a maioria das tarefas era realizada em cooperação entre mulheres nas terras comunais. Neste período, a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção, constituindo-se a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina.

A vivência da pobreza mediada pelo fator gênero implicará uma série de privações que produzirão efeitos na produção de um modo de vida a partir das condições estruturais sociais, culturais, econômicas e políticas nas quais os sujeitos estão inseridos. Para Nusbaum (2000), os prejuízos sofridos no interior da família adquirem características peculiares para as mulheres, que são tratadas mais como um instrumento das necessidades alheias nas funções de cuidado do que como fonte de agência, como um ser de valor que tenha mérito por seu trabalho. As diferenças entre componentes da mesma família posicionam as mulheres em maior vulnerabilidade no que diz respeito à sobrecarga de funções em casa, à violência doméstica, ao baixo acesso ao tempo e espaço para lazer, o que traz desigualdades, especialmente, ao acesso direto ao dinheiro.

Atualmente, o trabalho reprodutivo e de cuidados é a base sobre a qual se sustenta o capitalismo, entretanto é uma atividade não paga e fonte de isolamento social, posto que sua execução seja limitada ao espaço da casa. Para Federici (2019), a privatização

das terras comunais e o processo de monetarização com a conseqüente divisão entre produção e reprodução aumentou a pauperização das mulheres, tornando-as mais vulneráveis aos efeitos da pobreza. O capitalismo trouxe mulheres tão despossuídas quanto os homens, mas diferentemente deles, quase não tinham acesso aos salários dentro de uma sociedade marcada pela monetização, o que provocou condições crônicas de vulnerabilidades, privações, dependência econômica e invisibilidade no trabalho, incluindo-se o doméstico.

A vivência da pobreza mediada pelo fator gênero implicará uma série de privações que produzirão efeitos na produção de um modo de vida a partir das condições estruturais sociais, culturais, econômicas e políticas nas quais os sujeitos estão inseridos. As diferenças entre componentes da mesma família posicionam as mulheres em maior vulnerabilidade no que diz respeito à sobrecarga de funções em casa, à violência doméstica, ao baixo acesso ao tempo e espaço para lazer às dificuldades de desenvolvimento de projetos pessoais e, especialmente, ao acesso direto ao dinheiro.

A feminização da pobreza foi a primeira consequência do desenvolvimento do capitalismo sobre as vidas das mulheres. Segundo Costa et al. (2005) no Brasil, encontra-se em curso um processo de empobrecimento de mulheres ou das pessoas em domicílios chefiados por elas. Em síntese, o gênero influi diretamente nas condições de pobreza. Essa desigualdade também se reproduz dentro das famílias no que diz respeito às atividades relativas ao cuidado doméstico, nas atividades sociais e no tempo de lazer, nas remunerações dadas ou negadas no mercado trabalho e na participação política.

Afinal, ter a segurança de controle sobre um determinado valor e aumento do acesso a outros programas sociais através do PBF, como o PROUNI, Minha Casa Minha Vida e Programa Luz para Todos, aumentam oportunidades, logo, experiências concretas de mobilidade social tornam possíveis a realização de mudanças planejadas de vida que partam dos desejos individuais em conjunto com o acesso a políticas complementares de garantias de direitos.

Dessa forma, a esperança de mudança alicerçada a determinadas garantias torna a vida possível e suportável. Entretanto, essa amplitude de acesso a possibilidades de vida, apesar de importante, é limitada uma vez que se encontram alicerçadas ao trabalho doméstico. Se a mulher é responsável por manter todos os membros em perfeito funcionamento, seu desenvolvimento pessoal, associado ao tempo de lazer, ao estudo, ao acesso à cultura e ao trabalho, passam a estar segundo plano.

Estudar gênero e a expressão do PBF nas vidas das mulheres através da entrevista narrativa representa não apenas escrever sobre histórias que de tão habituais se tornam coletivas e que por isso também abrigam demandas populares e urgentes, mas também são expressões de subjetividades individuais, memórias afetivas que partem de um momento presente, para além disso, também denunciam várias facetas da pobreza e das relações de exploração de gênero a partir do momento em que se tornam palavras faladas, pensadas, sentidas e compartilhadas. Afinal, é possível reviver, mas também simbolizar subjetivamente e ressignificar profundos sofrimentos provocados pela fome, pela humilhação, pelo desemprego, pela violência doméstica se há dispositivos familiares, comunitários e governamentais que auxiliem as oportunidades de escolha, a sustentação de desejos, a esperança não apenas para aquelas a quem estudamos, mas para sua prole, para a família, para os idosos e a comunidade a qual se identifica.

Por outro lado, as mulheres também construíram formas de resistência a partir das alternativas de sociabilidade com outras moradoras da comunidade, da autonomia de escolha do destino do repasse, das oportunidades sociais geradas pela priorização da família em programadas sociais, educativos e de saúde. O trabalho doméstico sempre existiu, contudo nem sempre esteve relacionado à subalternidade, à humilhação e à vergonha, fenômenos que ocorreram com a separação entre o trabalho externo junto às fábricas e o doméstico junto aos lares e sua consequente diferença de valoração a partir do estabelecimento das relações monetárias: enquanto o trabalho nas fábricas produzia lucratividade imediata e era assalariado, o segundo era gratuito. Para Davis (2016), o trabalho doméstico é produto fluido da história humana e fundamental na manutenção dos modos de produção capitalista apesar de invisível. A autora enfatiza a existência de uma divisão sexual do trabalho na era pré-industrial com a centralidade da economia na casa e no campo, porém com as mudanças das relações de trabalho cuidar da casa se tornou invisível:

Elas [as mulheres] foram trabalhadoras produtivas dentro da economia doméstica e o seu trabalho foi tão respeitado como o dos homens. Quando a manufatura saiu de casa para a fábrica, a ideologia da natureza feminina – feminismo – começou a crescer entre os ideais de esposa e mãe. Como trabalhadoras, as mulheres pelo menos gozavam de igualdade econômica, mas como esposas, o seu destino era serem apêndices dos seus homens, servis dos seus maridos. Como mães elas eram definidas como veículos passivos para o reabastecimento da vida humana. (DAVIS, 2016, p. 45)

É importante salientar que a divisão sexual do trabalho e seu significado específico será dado pelo momento histórico e pelo contexto social em que ocorrem. As esferas de atividades e papéis sexuais separados não implicam necessariamente exclusão e opressão. As diferenças sociais não resultam fatalmente em desigualdade social. É a estrutura social que pode usar estas diferenças para marcar desigualdades e criar culturalmente os pressupostos de gênero. As pessoas passam a ser divididas entre as assalariadas, que têm poder de consumo, e as não assalariadas, dependentes principalmente de quem ganha salário em espécie, tornando as atividades domésticas desvalorizadas, posto que não recebiam salário ou qualquer tipo de reconhecimento por isto. Foi a partir da separação do público e do privado que o trabalho doméstico, hoje, invisível e não criativo, passou a ser excluído como parte integrante da produção capitalista (FRASER, 2015).

Desse modo, assuntos domésticos, ao exemplo do cuidado com os filhos, herança e relações conjugais, passaram a ser decididos na esfera privada e sob o domínio do pátrio poder, tornando-se, como ditados antigos, “a roupa suja que se lava em casa” ou “a briga de marido e mulher em que não se mete a colher”. Assim sendo, as questões de gênero são situadas na história, não na natureza. Ressaltamos que a questão debatida não é uma simples contenda entre mulheres donas-de-casa contra homens assalariados, que também sofrem com relações de exploração e de pauperização. Engels (2017) analisa a origem da família tal como a conhecemos e o seu papel dentro das relações de produção. Ele traça um paralelo entre a condição enfrentada pelas mulheres e aquela experimentada pelos demais trabalhadores, enfatizando a convergência de suas lutas. Por outro lado, o autor ressalta o peso maior para o sexo feminino dada a impossibilidade de total conciliação entre a esfera do trabalho assalariado e as atividades de cuidado: “se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas” (ENGELS, 2017, p. 33).

Mesmo na contemporaneidade, a divisão do trabalho ainda é um importante elemento a ser trazido a debate. A divisão das atividades no lar não deve ser interpretada simplesmente como uma opção que se restringe às relações privadas familiares, dada a sua historicidade. Sejam famílias formadas pela tradicional figura do marido e da esposa, sejam compostas por mães solo e seus filhos: nenhuma mulher escapa das questões de gênero, que afetam a nós todas. De acordo com Federici (2019), uma vez que o trabalho doméstico foi totalmente naturalizado e se tornou um atributo feminino, as mulheres, de

forma mais ou menos intensa, ainda são classificadas por ele. Ser do sexo feminino implica em lidar cotidianamente com diversas questões sobre o controle dos corpos, a heteronormatividade, a domesticidade e a maternidade compulsória. Na vida de Isabel, imperativos biológicos, culturais e morais foram determinantes no desenrolar da teia de sua vida, ela traz em sua história o casamento infantil.

*Mocinha que não tinha juízo, casei porque mexeram comigo, que naquele tempo até quem mexesse com a filha de uma pessoa tinha que casar, mas antes eu tivesse ficado solteira, se eu tivesse ficado solteira antes do tempo que eu fiquei viúva, teria sido mais melhor. Eu casei eu tinha 14 anos. Ai foi preciso aumentar minha idade pra 16 anos porque eu era de menor. Ai foi apagado dos outros registros. (...) Ai Morreu, mataram ele (...) antes de ele morrer eu já tinha deixado ele, eu deixei porque eu não aguentei mais. (...) Eu não tinha pena dele não, não vou mentir para você. (...) fui pro enterro! Por mim, eu não derramei uma lágrima, não vou mentir pra ninguém, nem vou mentir pra ficar preto, não. (Isabel)*

Neste sentido, Isabel nos conta como a causa, os danos e o desfecho de seu primeiro casamento. No início da adolescência, engravidara de forma precoce e acidental e, por isso, sofreu com um casamento compulsório, que foi vivenciado sofrivelmente. Para casar sua idade foi adulterada para que constasse em seus registros documentais 16 anos, não 14, sua verdadeira idade. 16 anos é idade mínima para que menores idade se emancipem, ou seja, se tornem aptos a participar plenamente da vida civil antes de chegar à maioridade segundo parágrafo único do artigo 5º do Código Civil (Brasil 2002), o que explicaria a alteração da idade de registro para que só assim fosse possível oficializar esta união compulsória. Seu relato traz a falsificação da sua idade como uma estratégia para tornar possível uma vida conjugal que nunca desejara. Neste ponto, a gravidez demarcou a sua passagem da adolescência para a vida adulta, tendo como desfecho o casamento como estratégia de recuperar a honra, mesmo contra a vontade, o exercício pleno de sua liberdade e os direitos reprodutivos.

O casamento infantil é definido Convenção Sobre os Direitos da Criança como “uma união formal ou informal antes dos 18 anos” (Brasil, 1990, s/p). Em números absolutos, o Brasil ocupa a quarta posição no *ranking* internacional de casos de casamento infantil e está entre os cinco países da América Latina e Caribe com maior incidência de casos, esta prática é uma violação de direitos humanos, que atinge, especialmente, meninas, de acordo com dados da pesquisa Tirando o Véu: estudo sobre casamento infantil no Brasil, realizada pela Plan Internacional Brasil (PLAN, 2019).



O casamento infantil foi uma temática recorrente entre as entrevistadas: “*eu tinha 15 quando me ajuntei com ele aí o meu primeiro menino eu tinha 16, tive o outro com 19, tive um com 20, porque dois são bem pertinho um do outro e o mais novo eu tive com 22, aí com 22 eu disse não, vou parar aqui, já é muito menino.*” (Maria). Elza também se uniu ao companheiro em idade precoce

*Eu me juntei com 14 anos ou eu me ajuntava ou então-se eu ia viver no meio do mundo porque na época meu pai bebia muito (...) um ano que eu tava com ele, engravidei, tive meu primeiro filho, aí depois engravidei de novo quando meu filho ficou com dois anos, engravidei de novo. (...) Não sabia o que era camisinha, não sabia o que era medicamento, aí dava de mamar, que nem o povo dizia que não engravidava, aí tive minha filha, aí, pronto!” (Elza)*

Maria tinha 15 anos e Elza 14 quando passaram a morar junto a seus atuais companheiros, Elza demonstra que a expectativa de mobilidade social para campos mais seguros e protegidos da violência parental se constituiu como um disparador desta união, o que corrobora com os dados da Plan (2019) que traz que a violência doméstica experienciada por meninas impulsiona a busca prematura por emancipação, outro motivo é a cultura patriarcal e retrógrada de que meninas grávidas devem ser consideradas adultas e tratadas como tal, estimulando o casamento como recurso para recuperar a violação de sua honra. A pesquisa (PLAN, 2019) expõe ainda que as principais motivações para casamentos e uniões forçadas em idade precoce por ordem de prevalência são 1. gravidez não planejada, 2. amor e desejo de constituir família, 3. vivência da sexualidade (perda da virgindade), 4. necessidade de saída de lares conflituosos, 5. desejo pela maternidade, proteção contra violência e sanção da comunidade (julgamento moral).

Vale ressaltar que a idade precoce, a pobreza e os enlaces de uma cultura moralista que sustenta a culpabilização de meninas trazem fortes limitações na capacidade de querer e decidir casar, devendo o poder de escolha de menores vulneráveis serem relativizados, pois muitas vezes o matrimônio é pautado pelas necessidades e/ou pela falta de oportunidades, não pelo desejo maduro e ponderado por uma união. Neste sentido, o casamento se configura como uma alternativa para meninas em um contexto de falta de oportunidades e perspectivas. Dessa forma, ainda que a união da menina Isabel tenha atingido um forte caráter de imposição social, não de expressão de desejo, a Isabel, enquanto adulta, relata uma carga de arrependimento, compreendendo que seu destino teria sido melhor se tivesse se mantido solteira, já que esta relação lhe provocou uma vida

de sofrimento e mágoa a ponto de se dessensibilizar diante do assassinato do companheiro.

Os principais desfechos do casamento infantil são, por ordem de prevalência, o aumento do serviço doméstico, o cuidado parental exercido predominantemente por elas, a falta de profissionalização, a exclusão do mercado de trabalho, o atraso e/ou abandono escolar, a restrição da mobilidade e da liberdade (PLAN, 2019). Tais apontamentos se refletiram nos nossos estudos como desdobramento espontâneo das uniões matrimoniais de meninas, como em Maria, que teve como fruto de uma união aos 15 anos uma quantidade de filho sequenciados, Elza teve seu primeiro filho aos 15 e Isabel casou porque engravidou aos 14. Neste sentido, Elza aponta ter desconhecimento de métodos anticoncepcionais, sendo ampara pela crença popular de que a amamentação seria um método contraceptivo eficaz, o que se mostrou falho, pois engravidara por uma terceira vez durante o período de amamentação do filho do meio. Por último, Elza viveu um processo de sofrimento que só se findou com sua viuvez.

Não apenas questões relacionadas ao matrimônio e à gravidez adolescente se desvelam com impacto, a normatividade do trabalho doméstico, enquanto uma função feminina de meninas e mulheres também apresenta desdobramentos subjetivos, simbólicos e materiais para as entrevistadas, atravessando vidas e norteando decisões de tal forma que os relacionamentos familiares surgiram como temáticas complexas, especialmente no que diz respeito às relações conjugais homem/mulher. Neste sentido, as mulheres apresentaram configurações familiares diversas e heterogêneas trazendo em sua história processos de superação de relacionamentos insatisfatórios, a aproximação de novos parceiros com quem se aliaram, a escolha consciente e deliberada de estarem sozinhas, com nenhum ou vários parceiros, ou mesmo o desenvolvimento de uma relação de apoio financeiro e amizade que permaneceu após a separação, tecendo dispositivos de enfrentamento compartilhados às intempéries causadas pela pobreza.

bell hooks (2021, p.244) traz o amor como ação, um ato volitivo e intencionalidade para ela “quando nos comprometemos com o amor verdadeiro, estamos comprometidos a sermos mudado, a sermos afetados pela pessoa amada de uma maneira que nos permite ser mais autorrealizados. Esse compromisso com a mudança é uma escolha, acontece como um acordo mútuo”. Maria traz de forma clara esse acordo que foi firmado por iniciativa dela para que este relacionamento se iniciasse e se mantivesse:

*As meninas diziam assim “ele é tão besta pra mulher, pega ele!”. Ai foi um dia, eu tava trabalhando e ele vinha na faixa, ai eu peguei na bicicleta dele e falei “tem coragem?” e ele disse assim: “tenho não!”, na minha cara! Ai eu disse “por que que tu não tem coragem?”. Ai ele disse assim: “eu não, tu é namorada demais”. Ai eu “não, quem vai me mudar é você, como você queira”. Ai ficou na mente dele e ai ele me mudou. (...) e ele ficou cuidando de mim, cuidando do meu pai, ele ficava trabalhando, era ele que sustentava a casa. (Maria)*

Maria questiona a coragem de seu atual companheiro e se disponibiliza a se deixar ser afetada dentro da relação caso ele queira, o que traz um sentido de promessa e intencionalidade, mas também se configura como um acordo mútuo de cuidado com o outro e trabalho pelo outro. Também encontramos arranjos afetivos onde predomina a solidariedade e a gratidão pela parceria dentro do relacionamento em Elza:

*Eu também jamais tive coragem de abandonar ele por causa que ele bebia, sempre quando ele chegava alcoolizado eu não brigava com meu marido, não, jamais eu brigava com ele e se tivesse uma coisa no fogo, eu não tinha coragem de botar pra nós e emborcar as panela jamais, eu deixava o dele ali, guardado, e quando ele chegava eu mandava ele tomar banho e dava a ele. Por que? Porque no outro dia eu sabia que ele ia atrás de trabalho pra ajudar aqui em casa, pouco ou não, ele trazia. (Elza)*

Os atravessamentos da reciprocidade reforçam a persistência de Elza em compreender o alcoolismo do marido como um sofrimento vivido a dois, onde a compreensão e a esperança na promessa de um novo dia reforçam o cuidado com o esposo quando este sofria de alcoolismo. Elza e Maria usam a palavra coragem como iniciativas que evocam a aposta. Maria solicita ao atual esposo que aposte em seu potencial transformador, evocando coragem, enquanto Elza igualmente aposta no potencial transformador do marido, negando ter coragem de abandoná-lo. Elas acreditam na capacidade de mudança, Maria de si mesmo, convidando o companheiro a participar. Elza acredita também no parceiro, demonstrando solidariedade a suas dores quando se nega a emborcar o prato e negar-lhe o cuidado e o alimento em uma situação em que ele se encontra adoecido e vulnerável. Dessa forma, ao acreditar em sua capacidade de continuar em movimento no outro ela própria produz agenciamentos.

Ambas as mulheres encontram reforço na expectativa de que os companheiros forneçam contrapartidas a partir dos lugares sociais masculinos: Maria busca, e encontra, o sustento para pai, doente, e para si, mãe e cuidadora do pai. Já Elza identifica a persistência do esposo em continuar provendo a família apesar do alcoolismo em um comprometimento mútuo. É importante ressaltar que a promessa de fidelidade de Maria,

que renuncia estar com outros homens, e o empenho de Elza de suprir necessidades emocionais, fisiológicas e de higiene do esposo em estado de embriaguez também evocam a perspectiva da docilidade feminina e a expectativa social masculina de que os homens sustentem a família, trazendo desdobramentos subjetivos, comportamentais e culturais do que seria ser mulher nestas relações. Segundo Birolli (2018), a divisão sexual do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas tornam as chances das mulheres menores caso comparadas aos homens no que diz respeito a perspectivas, necessidades e interesses relacionados ao seu lugar social.

Alice também tem uma história pra contar sobre o ex companheiro, com quem mantém proximidade. Ele continua a lhe fornecer suporte financeiro mesmo que ele próprio também se encontre em situação de pobreza:

*Se eu dizer que eu tô precisando ele vai me dar R\$:50,00. Se for pra pagar o transporte de lá pra cá, ele vai me dar R\$: 10,00, às vezes ele me dá R\$: 20,00. Eu tô sem nenhum tostão, né, como ontem. Foi ontem? Eu tava com R\$: 2,00 e ele tinha R\$: 2,50 e me deu, que era pra mim pagar o moto táxi pra saber se a cesta tinha vindo, aí peguei eu fui. (Alice)*

De forma semelhante, Joana traz o reconhecimento da parceria ao recordar de seu apoio no período em que esteve internada, ressaltando que este reivindicara o lugar de acompanhante que lhe estava sendo negado pela equipe de referência do hospital, lutando pelo direito de permanecer ao seu lado durante a hospitalização:

*Ele é um companheiro, tu é doido! Ai ele ficava comigo, levaram ele para a assistente social, aí ele disse assim “rapaz, vocês podem botar eu pra fora do hospital, mas eu ligo pro Barra Pesada e conto a situação porque eu não vou deixar minha mulher na mão das enfermeira porque elas não tão nem aí. (Joana)*

O empenho em garantir que Joana recebesse um tratamento médico validou a percepção de lealdade do parceiro, que se mostrou disponível para protegê-la em uma situação de negligência da equipe de saúde pública, que se mostrava ineficiente. Neste sentido, a parceria destes casais, que se ajudam no momento de doença e de falta de recursos materiais se configura como uma reafirmação de luta contra um sofrimento ético político de homens e mulheres que vivem em contextos de pobreza, mas também sua própria subversão dentro de um de um cotidiano adverso em que o compromisso com o outro são propósitos incontestáveis para diminuição de dores. O sofrimento ético político “qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade (...)

retrata (...) especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (Sawaia, 2014, p. 104).

Mesmo assim, a responsabilização pelo cuidado não é igualmente dividida e sofrem alterações e rearranjos em circunstâncias de maior estabilidade e ocupam representações simbólicas primárias: o provedor, onde se aloca o papel hegemônico do provimento material e da proteção da família, e o da cuidadora, que assume prioritariamente as responsabilidades familiares e domésticas, como fica explícito para Célia quando solicita ao marido que cuide dos filhos por algum tempo suficiente para seu descanso e sociabilidade:

*Mulher, é direto, 24 horas. É de domingo a domingo, quando o meu esposo chega: “meu filho, fica com os meus menino, que eu vou dar uma voltinha”. Aí eu vou na casa das minhas irmãs ou eu vou só por aqui mesmo dar uma voltinha de uma hora, uma hora e meia. Aí ele vai e me liga “mulher, tu têm dois filhos, vem pra cá!”. Aí eu: “home eu tô com a cabeça grossa, fica com os meninos aí um pouquinho”. (Célia)*

Neste sentido, sua ausência do espaço doméstico e o conseqüente deslocamento da responsabilidade do filho ao esposo, ainda que tenha caráter pontual, não foi sustentada por tempo suficiente para que usufrísse da companhia das irmãs, antes disso, é contatada pelo marido, que a lembra dos significados culturais da maternidade e solicita sua volta ao posto. O trabalho de cuidado é exercido por ela de forma ininterrupta, de domingo a domingo, mesmo assim, breves ausências são cobradas pelo exercício da maternidade adquirir um forte caráter de naturalização como atividade feminina, além disso, têm importância social obscurecida.

Em razão dos fundamentos culturais e práticos e da divisão do trabalho entre sexos, a ocupação feminina pode parecer como problema e a ausência da presença de redes articulação entre diversos setores sociais de corresponsabilização do cuidado e de compartilhamento não é interrogada. Saraceno (1995, p.217) também efetua o debate da desigualdade de gênero dentro das relações familiares e de como a questão da sobrecarga feminina é estruturalmente naturalizada: “quer trabalhem ou não para o mercado, as mulheres investem muito mais na família que os homens, em termos de tempo, energia psíquica, atenção – e espera-se que o façam”.

Há consenso entre diversas autoras sobre a importância do trabalho doméstico para a manutenção das relações prévias do trabalho assalariado e, de forma mais ampla, das relações capitalistas. Além disso, relacionam a dicotomia trabalho remunerado *versus*

trabalho doméstico a relações de exploração e de subalternidade. Dessa forma, para Fraser (2015), o trabalho doméstico fornece as condições prévias do trabalho social remunerado, logo, quem o realiza está subordinado a quem ganha salário em espécie. Já para Saraceno (1995), apesar de haver uma relação de complementaridade entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado, a relação de quem trabalha fora e a de quem é responsável pela casa e pela família é marcada por uma relação assimétrica com base na pertença de gênero.

Essas diferenciações de gênero também se manifestam na vida privada familiar. De acordo com Biroli (2019), as mulheres sofrem mais violências simbólicas e privações, inclusive sentem maior o esgotamento do tempo, neste sentido, a rotina de Célia se alinha à discussão alavancada do cansaço e da falta de tempo para que as mulheres exerçam outras atividades: *“é porque tem hora que ele faz muita arte, que ele sobe na cadeira. Eu só faço as coisas aqui em casa depois do almoço, quando ele tá dormindo, o que eu faço é um almoço, pronto, aí a partir de doze horas é que eu vou lavar a casa, varrer a casa, passar o pano”* (Célia).

A entrevistada relata em seu cotidiano usar o turno da manhã para cozinhar e estar atenta ao filho travesso, atenção que se sustenta mesmo durante as refeições e se desloca para as atividades de manutenção da casa no período em que a criança dorme, ocasião em que a energia psíquica investida na interação com o filho é convertida em desgaste físico na para organização e limpeza, trazendo um trabalho assíduo sem responsabilização do suporte público como creches para que seja possível o lazer e o descanso, provocando sobrecarga, de acordo com Soares (2004, p.121), "na falta de serviços públicos, são elas que o fazem". Essas dimensões da existência tendem a ser normalizadas e despolitizadas, retroalimentando a tolerância social à subordinação feminina, daí a importância de pensar a centralização do trabalho do cuidado para as mulheres apresenta o rapto do tempo do auto cuidado, do ócio, do descanso e da operacionalização de projetos pessoais e da individuação dos sujeitos que exercem essas funções. De acordo com Bordieu (1998) coloca a periferia como espaço demarcado pela ausência do Estado, da escola, etc (p. 27), o que impacta diretamente na vida de suas moradoras e moradores.

A forma como as mulheres vivem não é uma escolha de foro privado que ocorrem individualmente a partir da vontade de cada uma delas. A sua renda, a sua rotina, as suas escolhas amorosas, suas obrigações e passatempos, ou seja, seus modos de vida têm histórias e tensionamentos cotidianos que estruturam e reforçam papéis de gênero predeterminados. Mesmo com todas as transformações nos ordenamentos sociais

contemporâneos, são as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho do cuidado ainda hoje.

Inclusive as que detêm maiores rendas também não estão completamente eximidas das expectativas domésticas. Elas, entretanto, conseguem reduzir seu tempo de dedicação à casa transferindo para outras mulheres, que oferecem seu trabalho em funções sociais de cunho eminentemente femininos, tais como as babás e as cozinheiras. Neste sentido, para Davis (2016), o sexismo em combinação à intrusão adicional do racismo faz que o trabalho doméstico, quando não é realizado por mulheres brancas de classe média, precisa ser cumprido pelas negras pobres, reforçando mecanismos de perpetuação da exploração do trabalho doméstico de mulheres pauperizadas, as quais, segundo com Federici (2019) passam a mães e esposas substitutas e a serem remuneradas com valores que mais se aproximam das “mesadas” da dona de casa do que do salário de uma trabalhadora. Adicionalmente, essas mulheres também precisam conciliar as atividades de cuidado da casa dos patrões aos cuidados das próprias casas.

De acordo com relatório divulgado pela Oxfam (2020), estima-se que as mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não pago e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas no mundo, também calculam que se fosse contabilizado e valorado, o trabalho doméstico que mulheres e meninas a partir de 15 anos exercem gratuitamente equivaleria pelo menos US\$ 10,8 trilhões à economia mundial todo ano. Destacamos considerar as atividades domésticas e de cuidado um trabalho independente de ter ou não remuneração. Especificamente no Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (IBGE, 2018), as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas por semana com afazeres domésticos e cuidado de pessoas, quase o dobro do que os homens gastaram com as mesmas tarefas, – 10,9 horas, o que indica que ainda grande parcela do tempo da mulher é dedicada aos cuidados coletivos.

Davis (2016) defende a abolição das tarefas domésticas como um objetivo estratégico de emancipação feminina. Para ela, cuidar da casa deixaria de ser um problema privado quando equipes formadas por trabalhadores bem remunerados com o auxílio de maquinário de limpeza de alta poderiam realizar de forma rápida e eficiente o que a dona de casa atual faz de modo árduo e primitivo e com isso liberaria a mulher para atividades externas, valorizadas e criativas. Entretanto, nos parece pouco possível que a terceirização da organização e da limpeza do espaço de casa solucione o embate entre trabalho doméstico e o assalariado, posto que a reprodução dos seres humanos continua

a exigir um alto grau de interação humana e a satisfação de necessidades complexas, nas quais os elementos físicos e afetivos estão inextricavelmente combinados sendo irreduzível a sua mecanização. Para Federici (2019, p.17), não existem tecnologias de automatização que substituam o trabalho humano no cuidado com as crianças, a dedicação afetiva, a educação, o gerenciamento de questões familiares: “o capital ganhou e ganha dinheiro quando cozinhamos, sorrimos e transamos. (...) temos cozinhado, sorrindo e transado ao longo dos anos não porque realizar estas tarefas fosse mais fácil (...), mas porque não tínhamos outra opção”.

Trabalho afetivo, doméstico, carreira, divisão de lugares sociais tecem os modos de vida da mulher, que abarcam questões tais como o choque entre as concepções de autonomia feminina, desigualdades de gênero, oportunidades sociais, relações com a comunidade, estética, temporalidades, maternidade, filiação, trabalho doméstico, trabalho externo, formação profissional, crenças, sonhos e subjetividades, cujos sentidos se modificam ao longo da história da sociedade e na vida particular de cada uma. Dessa forma, as concepções de gênero e de classe aqui colocadas compreendem a estrutura econômica a partir de uma perspectiva determinante, mas não determinista dos modos de vida já que as tramas se formam e se dissolvem, há novas significações e alianças, tornando o devir possível.

É importante ressaltar que, historicamente, as mulheres ricas e de classe média conseguiram se libertar da desvalorização das atividades domésticas através da terceirização mercantilizada do cuidado, remunerando mal e subalternizando mulheres pobres, que concretamente sustentam a base desta pirâmide social. Estas últimas encontram-se cronicamente destituídas de poder aquisitivo para adquirir expedientes para reivindicar profissões de carreira, tais como suas patroas fizeram. Elas não contam com a possibilidade contratação de creches (quando o poder público não as disponibiliza) e segurança privada (quando a força policial e o tráfico torturam e matam seus filhos, maridos e irmãos). Biroli (2018) denuncia que uma das facetas perversas da responsabilização desigual é a atribuição às mães não apenas as tarefas cotidianas, mas também a incumbência de proteger e educar seus filhos em ambientes sociais nos quais o Estado se esquivava de fornecer garantias básicas como proteção à vida, transgredindo direitos formalmente constituídos.



## 4.2 Aspectos psicossociais da pobreza nas mulheres: vida, trabalho e família

As mulheres se lançam em uma luta constante a favor da preservação constante da vida, que se desloca por todos os ciclos etários. Para tanto, precisam negociar com a sua rede social imediata o cuidado com os velhos e com as crianças, o monitoramento para que seus adolescentes não sigam caminhos deslocados da expectativa social e para que as meninas não engravidem precocemente dentro de uma cultura que recrimina a sexualidade feminina e que silencia suas vozes no debate sobre os direitos reprodutivos. Na adolescência, ele se amplia na garantia da integridade e a dignidade dos filhos, tentando preservá-los da violência urbana. Que os filhos não desandem nem sejam mortos, que experienciam outros projetos de vida e que sejam uma extensão da esperança de continuidade, faz parte da luta feminina contra o fardo permanente da pobreza. Os filhos, os netos e os dependentes passam a ser prioritários de todo o empenho e o esforço não apenas para que comam, estudem e sejam felizes, como são as crianças de classe média e alta, que já nascem com garantias sociais inquestionáveis, mas, além disso, para que não sejam encarcerados, torturados e mortos pela violência urbana:

*Do jeito que está o mundo, eu não confio nesses que vai pro colégio, que vem pedindo não seu o que “come isso aqui, fuma isso aqui, que é bom” se você não souber educar seu filho dentro de casa com 10 anos, o menino vive em droga porque você sabe que vai pela folia do outro, que vê o outro fazer, então eu tenho o máximo de cuidado. Meu menino mais velho, o de 13 anos, ele é uma pessoa assim, ele não é de sair, ele não é de ta do lado de fora, ele não é de se misturar, o negócio dele é de ta dentro do quarto, desenhando, ta estudando” (Joana).*

Na falta da confiança de que ajam espaços seguros, Joana traz um processo permanente de vigilância em favor da preservação física e moral do filho, elencando um esforço para que ele não se misture, ou seja, não frequente o mesmo espaço de outros meninos que ela considere de menor índole, que para Joana possuem capacidade de corromper moralmente seu filho, que se mantém em um isolamento social valorizado pela mãe já que garante que este não será moralmente corrompido por outros jovens de sua idade. O manter-se no quarto sem interação com outros meninos da mesma idade é um fator de proteção para ela. De acordo com Azeredo (2010, p.585).

Pensar proteção é associar a dimensão do cuidado com o "outro". Mas quem cuida do "outro"? Aquele que desenvolve o senso de solidariedade em direção a uma causa, grupo ou indivíduo dentro de fronteiras de uma ambivalência mais próxima à nossa existência (física e mental) cotidiana.

Dessa forma, Joana significa positivamente as barreiras de sociabilidade do filho como uma virtude já que efetivamente garante sua proteção contra o desconhecido e o perigoso mesmo que lhe tire redes de socialização comunitária. Castel debate a proteção próxima e sociabilidade primária enquanto "formas de pertença à família, vizinhança, grupo de trabalho, com suas redes de interdependências, sem mediação das instituições específicas; e a proteção secundária, definida como o lugar das instituições criadas para aqueles que se desatrelaram das redes de sociabilidade primária" (Castel, 1998, p. 59). As redes de apoio primárias (familiares) e secundárias (amigos, comunidades e outros recursos sociais) são recursos fundamentais no desenvolvimento infantil e adolescente dos meninos e meninas em situação de pobreza, que vivenciam as expressões das desigualdades, mas a perspectiva de falta de agentes e espaços mediadores seguros faz com que Joana tenha o máximo de cuidado. Por isso, Joana opta por significar os hábitos do filho como um fator de potencialmente protetivo, afinal, o adolescente se encontraria distante de supostas más influências, que poderiam acionar seu desejo de experimentar drogas, o que é percebido como desintegrador.

A ausência de redes amplas, coletivas e articuladas de suporte de cunho especialmente estatal focaliza a dinâmica do cuidado na força das mulheres, que voltam toda a sua energia e potência para o cuidado e a vigilância constante sobre os filhos, que não é socialmente compartilhado e consome todo tempo disponível. Vale ressaltar que este viés protetivo é estendido a outros membros da família considerados em vulnerabilidade, ainda que as mulheres também estejam em patamar de igual ou de menor proteção, como é o caso de meninas que se dispõem ao trabalho doméstico para fornecer renda complementar aos familiares. Neste sentido, as entrevistadas manifestaram frequentemente suas atribuições na luta pela sobrevivência familiar ao preço da renúncia as próprias infâncias para que assumissem precocemente postos de trabalho doméstico.

De acordo com dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2013), 258 mil crianças e adolescentes na idade entre 5 e 17 anos, em geral oriundos de famílias pobres, ocupavam postos no trabalho doméstico em 2011 no Brasil, correspondendo a 3,9% do número de empregadas domésticos. Os dados revelam que 93% desse contingente total de trabalhadores infanto-juvenis domésticos são meninas e 67% são negras. É importante enfatizar que esta atividade quando realizada por crianças e adolescentes se configura como grave violação de direitos humanos. O trabalho infantil

é uma grave violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes tendo como disparadores as desigualdades sociais, a pobreza, a baixa escolaridade e o gênero.

Segundo o decreto n. 6.481, de 12 de julho de 2008 (Brasil, 2008), é proibido o emprego do menor de 18 anos no trabalho doméstico, por ser considerado insalubre e perigoso. Os maiores percentuais concentram-se nas regiões Nordeste (39,9%), o que refletiu em nossa pesquisa por ter sido comum nas narrativas que em determinado período da infância ou adolescências, as garotas precisarem trabalhar em residências fora de sua família, algumas inclusive moravam em seu local de trabalho, desenvolvendo relações afetivas complexas que passam pela desconfiança, solidariedade, saudade.

*Desde pequena, quando eu tinha uns 13 anos, eu vim morar aqui em Fortaleza, trabalhando em casa de família. Eu vim, morei com eles, eu saí agora porque foi pra se ajuntar. (...). Eu tive que sair, quando eu saí ele (o patrão) chorou para não eu sair (...) ele tratava eu como uma filha para ele (...) que eu trabalhei durante muitos anos lá e eu nunca recebi nada de direitos. Eu entreguei a Deus (Joana)*

De acordo com Angelin e Truzi (2015) as famílias, especialmente a de menores rendas, elaboram estratégias de socialização de gênero, preparando as meninas para o serviço doméstico. Em situações adversas, a mão de obra de meninas pobres é convertida em trabalho em casas de famílias de melhores condições, muitas se afastam da própria família, tornando o espaço de trabalho também espaço de moradia, ao exemplo de Joana, que migrou de seu interior para Fortaleza no início da adolescência, permanecendo sob o poder de seus padrões até que fosse morar com o parceiro. Sentia-se tratada como uma filha, ou seja, em posição de igualdade aos demais membros da família, mesmo assim, nunca recebeu o amparo protetivo dos direitos trabalhistas, o que ressalta a ambiguidade dessas trocas afetivas e a enorme distância social que as separa.

Além disso, Joana acredita que apenas a intervenção divina é capaz de oportunizar um desfecho justo, apresentando elementos fatalistas a sua fala. De acordo com Brites (2013) comumente as empregadas domésticas não buscam seus direitos porque “são mulheres pobres que não podem arcar com os custos de um processo e que não podem contar com a diligência da corte judicial” (p.75). Vale ressaltar que a complexidade da relação de afeto pode trazer culpa na busca pelo que Joana reivindica como direitos. Para Brites (2000) mesmo que os as negociações de adiantamentos, faltas e ajudas materiais aliados à convivência podem trazer a campo as relações afetivas, os limites entre chefe e subordinado não são eliminados. As delimitações sociais destas relações carregam

elementos de preconceitos e estigmas sociais, produzindo humilhações tão profundas que provocam aumento da auto vigilância.

*Eu tinha 9 (anos), e ia trabalhar tinha cuidado pra não quebrar, tinha cuidado pra ter responsabilidade de chegar (...) Ai aquilo eu não deixava meus irmão (trabalharem), mas também nem por isso eles não deixaram de ser um cidadão, nem por isso eles deixaram de hoje ter a casa, a família deles, porque eu sempre ensinei a eles, você quer alguma coisa? Peça! Peça porque é melhor pedir do que pegar. Ta com fome? Chegue e peça. (...) porque por mais humilde que eu sou, por mais analfabeta que eu sou, mas uma coisa eu sempre ensinei a eles, é saber entrar e saber sair, falar a verdade e ter cuidado em tudo que vai fazer (ELZA)*

Elza transmite um conhecimento de quem se sente com a dignidade sempre em cheque e relata a internalização de um certo código moral que repassa aos filhos para preservá-los de vivências potencialmente ameaçadoras. O saber pedir e a cautela se destacam como estratégias de evitação de vivências de vergonha e de humilhação de ser vista como ladra, vagabunda e outros estigmas sociais que expressam as fortes relações de poder. Segundo Angelin e Truzzi (2015) é comum que o trabalho doméstico infantil seja atravessado pela percepção de medo e desconfiança das patroas, contexto em que as meninas passem constantemente por “provas” e “testes”, na tentativa de serem flagradas cometendo furto. Assim, precisam enfrentar contextos em que sua honestidade é continuamente questionada e colocada a prova.

Montaño (2012) elenca que as concepções burguesas de pobreza a relaciona a um déficit educativo, à incapacidade de planejamento orçamentário familiar e, por último, a um problema de ordem moral-comportamental superada individualmente a partir do esforço de cada um. Entretanto, essa perspectiva da pobreza como merecimento pelo não-trabalho não se sustentou nas entrevistas, que apresentou mulheres que trabalharam desde a infância. Neste sentido, Sen (2010) traz que os méritos e as limitações de cada indivíduo de conquistar uma boa vida advém das possibilidades que lhe são ofertada na concepção de liberdades substantivas definidas como “capacidades elementares como estar livre da fome crônica, da subnutrição, da morbidez evitável, da morte prematura bem como as liberdades associadas a saber ler, escrever e contar” (2020, p.83.), logo, independe apenas da vontade. Por isso, não apenas a força de trabalho, as condições físicas e mentais e o desejo são insuficientes para extinguir o ciclo da pobreza, como também a importância de oportunidades sociais e de segurança protetora do Estado.

As entrevistas evidenciaram processos de autonomias de mulheres dentro de seus relacionamentos. Mesmo as que experienciaram elas próprias violências ou as que

testemunharam violências experienciadas pelas suas mães desenvolveram complexas habilidades de resistir, sobreviver e fazer viver os filhos e dependentes diante da fome e da perseguição, exerceram ativamente seu poder de escolha de trocar de parceiros ou ficar sozinhas, mesmo que esta última estratégia tenha reverberado em maiores privações por determinados períodos.

*Ele vinha, assim, muito bebo. Ele gritava, ele brigava comigo, ele queria bater em mim e eu não deixava, né? Mulher, eu falo com toda a sinceridade, com tanto sofrimento, tanto que ele bebia, ele bebia, bebia, bebia, ele bebia. aí naquela época era só esse dinheiro e o dinheiro do bolsa família. É... eu dependia só do bolsa família e dependia dele (...) pra mim foi assim quase um alívio (quando morreu) e apareceu homi pra casar comigo, pra me ajudar a criar meus filho, só que eu não tive confiança, não quis. apareceu até pra casar. “Não se preocupe não, que eu vou lhe ajudar”, aí eu “não, não, não, não, quero não, não quero homi em casa não, eu quero viver só, eu quero fazer do jeito que eu sonhei, do jeito que eu sonhei, do jeito que eu quis, ficar sozinha com meus filho. (Antônia)*

Na fala de Antônia, o PBF exerceu papel fundamental na retaguarda de processos de vida, como renda complementar e previsível, constituindo-se em garantia de segurança de renda, o que auxiliou a superação de relacionamentos violentos, a vivência do luto e sustentando a escolha de estar só. É importante ressaltar que a violência doméstica não é uma questão exclusiva das mulheres em situação de pobreza, de acordo com Saffioti (1994) a coloca como um fenômeno transversal à sociedade, que ignora fronteiras de classe social e de raça/etnia e que não se restringe apenas à relação do homem-mulher porque incluem os filhos, que participam das relações violentas seja como vítimas, expectadoras ou ainda tomando o partido de um dos litigantes.

Os filhos e demais dependentes continuamente participam da complexa equação das mulheres sobreviventes das teias das violências intrafamiliares, ainda que elas mesmas, enquanto filhas, precisassem de proteção social, o que Elza tentou fornecer aos seus irmãos menores:

*Meus irmão só saiu da minha casa pra casarem, tão tudo nas suas casa, graças a Deus. Nunca fui uma irmã de eles chegarem em casa e eles perguntarem alguma coisa pra comer e mesmo que ele não tivesse, eu dava um jeitinho ali, fazia uma farofa de alguma coisa, fazia um café e dava pra eles comerem, entendeu? Aí, aquilo eu não deixava meus irmão, mas também, nem por isso, eles não deixaram de ser um cidadão. E as roupinhas dele eu fazia de tudo pra lavar pra eles sempre andarem limpinhos (...) na época (na adolescência de Elza) não tinha nada de diversão, não tinha... eu não pensava muito em negócio de vestimenta, então eu gostava muito de cuidar de meus irmãos. (Elza)*

Diante de um cenário desolador de pobreza, Elza, ainda adolescente, se comprometera com a proteção de seus irmãos, mais jovens ainda, para minimizar o peso das privações, da fome e dos estigmas sociais que sempre pesaram, relatando o uso da criatividade no uso racional dos escassos recursos disponíveis, inclusive seu tempo, renunciando aos lazeres da adolescência, entretanto, antes de significar suas renúncias como sofrimento, percebe sua contribuição para que os irmãos tivessem uma vida com menos sofrimento e perdas e sente contentamento pela sua contribuição para que hoje, adultos, eles permaneçam vivos, amados, cuidados e acolhidos por um teto e por companheiras. bell hooks (2021) levanta a importante discussão sobre a necessidade de valorizar, respeitar e assegurar os direitos civis básicos das crianças para que elas conheçam o amor, sob a premissa de que não há amor sem justiça. Segundo ela (bell hooks, 2021, p. 60), para a construção de uma sociedade eticamente amorosa, precisamos desmascarar o mito de que abuso e negligência podem coexistir com amor: “nada cria mais confusão em relação ao amor no coração e na mente de crianças do que punições duras e/ou cruéis aplicadas pelos mesmos adultos que elas foram ensinadas a amar e respeitar”.

Dentro da perspectiva da justiça na infância, encontramos o amor na linha de frente de combate à violência, como cultivo de densas teias de proteção familiar formando um escudo protetor que amortiza os impactos de período de grandes misérias. O amor surge a partir de sua tônica concreta: sobrevivência. Neste sentido, o sentimento de orgulho e de dever cumprido é um sentimento preponderante entre as entrevistadas, que compreendem que sua dedicação ao cuidado foi fundamental na sobrevivência e na cidadania dos filhos.

*às vezes eu ligo a televisão, muitas mães chorando pelos os filhos largados, coisas que eles fazem de errado, dizem, mataram o meu filho. Graças a Deus, eu não tenho isso, tudo cresceu, nunca, aconteceu essas coisas com os meus filhos, agradeço todo o dia de ter todos os meus filhos, tudo trabalhador, cidadão, aquele ali (apontou o lugar), dessa casa ali, saíram todo cedo para trabalhar, todo o dia (Isabel)*

A representação da figura do cidadão através de sua identificação como trabalhador faz parte de um elemento muito presente na ordem discursiva das populações marginalizadas e periféricas, que é a tentativa de se manter um *status* de afirmação como um sujeito de valor social, logo, detentor de direitos. Entretanto, essa busca por cidadania passa por um reconhecimento perverso da identificação do pobre a partir de estigmas,

silenciando a pluralidade humana. Segundo Montaña (2012), a origem da separação da pobreza às questões sociais surge no momento em que a classe burguesa perde seu caráter crítico-revolucionário, a pobreza passa a ser percebida como um problema que se expressa em comportamentos, a solução passa por alterar tais comportamentos “O pobre, aqui identificado com ‘marginal’, passa a ser visto como ameaça à ordem (...) portanto, diferencia-se o indivíduo ‘integrado’ do ‘desintegrado’ ou ‘disfuncional’. (Montaña, 2012, p. 273)

Assim, enquanto as pessoas em situação de pobreza reivindicam a cidadania para que fujam da eugenia social, as classes mais abastadas reclamam o *status* alavancado pelo ordenamento do privilégio, nunca do direito, pois não poderiam desejar aquilo que já têm automaticamente ao nascer. A querela da cidadania como busca do pertencimento das maiorias populares e sua automática negação e desmerecimento pelas classes opressoras continuará uma questão insolucionável dentro do capitalismo, segundo Mbembe (2017, p.102) “a questão da pertença continua sem solução. Quem é daqui e quem não é? O que fazem aqui aqueles e aquelas que deveriam cá estar?”.

Para exemplificar as brechas em que se desnuda o pensamento classista brasileiro, em meio a uma abordagem policial monitorava as regras de distanciamento social e uso de máscaras nos bares do Leblon durante a pandemia, um casal recusa uma abordagem educativa sobre o uso de máscaras com a impactante frase, cujo bordão tornou-se notícia nos principais veículos de comunicação “cidadão não, engenheiro civil, melhor do que você” (GLOBO, 2020). O signo cidadão foi rejeitado a partir da premissa de que ele carrega sentido de depreciação de *status quo*, afinal, a cidadania não é questionada para as pessoas que vivem em um cotidiano onde o direito à vida é garantido.

Diante do *apartheid* social violento, ser “cidadão” é poder ser como “eles” e ter direitos como “eles”, aqueles que nascem com a marca da cidadania, comumente pessoas de classe média, alta e branca. A cidadania é uma demanda nas classes subalternizadas e oprimidas porque diminui as chances de serem perseguidos, violentados, executados ou de simplesmente terem maior passibilidade em espaços públicos e privados em que as marcas da pobreza e da negritude se sobressaem como um aspecto estigmatizante.

A maior contradição do dilema da cidadania é que aqueles que supostamente já nascem no patamar de cidadãos, comumente brancos e de famílias com estabilidade financeira, recusam este lugar, considerado de menor valor social, idealizado por classes mais baixas. O *status* referente à representação de determinados ordenamentos sociais para as pessoas em situação de pobreza e que expressam insígnias como a negritude é

constantemente negado, trazendo fortes elementos de exclusão: a elite branca nega a cidadania como elemento que as identifica porque preferem a dinâmica do privilégio, que lhes confere poder, do que a dinâmica do direito, considerando uma denominação depreciativa. Neste sentido, traz novamente Mbembe (2017, p.184) “o verdadeiro problema é: que eles não sejam como nós, não vale. Mas que eles passem a ser como nós, também não é válido. Para os dominantes, as opções são insuportáveis e absurdas”. Dessa forma, ainda que as pessoas em situação de pobreza se esforcem para carregar a insígnia da honestidade, do esforço e da dignidade, há interações sociais que evidenciaram o imperativo do não-pertencimento à cidadania.

Maria cita uma ocasião em que foi alvo de uma abordagem policial em sua própria residência para a busca e captura de um primo:

*Invadiu assim, na frente lá, eram dois compartimento, os meus primo morava na frente e eu morava atrás (...) era tanta da polícia, aí ele não tava em casa, tinha ido comprar pão (...). Aí invadiram e eu sem saber o que tava acontecendo, peguei o menino (o filho) no braço (...) quando eu saí a veio um policial e me abordou, assim, atirou. Quando ele a tirou, ele fez assim (mostrou o movimento de desvio da arma) quando ele me viu, aí pegou na telha, aí pronto eu saí correndo desesperada (...). Aí pronto, os policiais invadiram ali a atrás dele, pegaram os home aí. Mulher, sei que foi uma tortura medonha, bateram nele (no primo) sem pena. (Maria)*

Ainda que não fosse ela a procurada pela polícia e sem apresentar-se como uma ameaça aos policiais, evidenciado por buscar proteger o filho no colo, teve a casa invadida, uma arma apontada para si. Saiu fisicamente ilesa, porém testemunhou sessões de tortura, apontadas como impiedosas. É possível que a proximidade por parentalidade e por local de moradia, o que também evidencia sua posição de pobreza, trouxe o pressuposto de cumplicidade e sua consequente criminalização, fazendo que ela e seu filho fossem alvo de um tiro de raspão por um representante da lei no interior de sua casa, espaço primário de proteção. Dados do Atlas da Violência (IPEA, 2020) apontam que 74,4% das vítimas de violência letal no Brasil são pessoas negras. É importante ressaltar que apesar de não termos solicitado a auto declaração de cor e de sexo às entrevistadas nem tampouco às suas famílias, ter frequentado os lares permitiu que a entrevistadora conhecesse seus membros e suas dinâmicas, sendo notório os marcadores de negritude como a cor das peles.

Adicionalmente a questões relacionadas às características fenotípicas da negritude, as condições de pobreza trazem estigmas em relação aos modos de vida.



Cerqueira (2006) traz que o pobre compartilha dos códigos moralmente recomendáveis de que consumam pouco, sejam trabalhadores, estejam inseridos em algum arranjo ou dinâmica familiar, podendo ser ou não eleitores, pois sua mera figuração existencial produz dividendos políticos.

A passagem para a vida adulta para as entrevistadas adquirirem vários marcos como ter um esposo, filhos, casa e trabalho, todos esses ciclos são percebidos como triunfos e adquirem sentidos de realização e sensação de dever cumprido. O trabalho de cuidado, apesar de invisível dentro da sociedade capitalista, é um importante fator de proteção das famílias em vulnerabilidade social, bell hooks (2019) destaca a contribuição das mulheres negras para que sua comunidade continuasse a existir, neste mesmo sentido, o cuidado, a dedicação e o afeto se mostraram fundamentais para a sobrevivência de suas famílias. A falta de suporte público mesclada à participação da vida econômica familiar prematuramente relaciona-se a futuras vivências de exclusão. O analfabetismo é uma dessas questões desencadeadoras de vergonha em Maria: “*é muito ruim chegar a conta do telefone e eu pedir para ele ler. Nam, pedir para os outros é muito chato, mulher, eu choro, eu choro, eu digo ‘não, Jesus, não era isso que eu queria para a minha vida não’*” (Maria). A impossibilidade de leitura trouxe dificuldades de ter acesso a informações impressas em materiais escritos e aumentam seu sentimento de impotência e dependência do marido. Já Célia relata uma série de retomadas e abandonos escolares, desde os 13 anos devido a fatores como fome e maternidade:

*Eu tinha 13 anos, aí deixei de estudar. (...) Eu conheço as letra, pouca, tem coisa que eu leio, tem coisa que eu não leio, aí eu voltei a estudar e descobri que tava grávida dele aí eu parei total. (...) O meu nome, eu sei assinar normal. Quem me ensinou foram os meus meninos, eu tava no papel e eles “vem mãe, que eu vou ensinar a senhora”. E eu comecei a fazer no colégio. Aí pronto, aí eu tava bem pertinho de ler, bem pertinho. (Célia)*

Célia resgata o abandono escolar aos 13 e vem ensaiando retomadas, mostrando um desejo de aprender que foi frustrado pela gravidez. Neste momento, sua filha, também mulher, se solidariza com seu sofrimento ao olhar para um papel indecifrável e oferece ajuda para que a mãe consiga ler. Para Nussbaum (2000), as mulheres, em suma, carecem de apoio para levar vidas onde são consideradas completamente humanas e relaciona essa carência de suporte para que realize atividades para si mesma. Provavelmente não é a condição biológica da gravidez que a indispos a frequentar a escola ou diminuiu sua capacidade cognitiva de reter o conhecimento das letras, entretanto sua condição torna

mais elementar o suporte social e o tratamento diferenciado dentro de suas necessidades enquanto o seu útero gera uma nova vida, seu corpo muda e seu psiquismo se prepara para a chegada de mais uma criança. É importante ressaltar que a fala de Célia é compatível com a literatura, de acordo com Rego e Pizani (2013) as beneficiárias relatam uma vivência de privação e falta de oportunidades antes da entrada do PBF, especialmente, a impossibilidade em frequentar a escola quando mais novas, seja pela distância, seja pela necessidade de contribuir com o sustento familiar através do trabalho. Ainda segundo Rego e Pizani (2013), o analfabetismo também se relaciona a outra característica da pobreza, mudez, que representa a perda da habilidade de comunicação.

De fato, em uma sociedade onde o material escrito é um dos principais meios de circulação de informações, o analfabetismo é um entrave ao acesso a referências seguras, ao aprofundamento do pensamento crítico, ao acesso a expressões artísticas e políticas, diminuindo a capacidade de comunicar-se e aumentando o isolamento social. Rego e Pinzani (2013) em pesquisa com beneficiárias encontrou que a impossibilidade de ler fazia as mulheres perderem os prazos de cadastramento e diminuindo a resolutividade de eventuais problemas presentes no cartão do PBF. Além disso, as autoras apontam que as mulheres adultas beneficiárias do PBF depositam a esperança de um futuro melhor nos filhos, não em si próprias. Por isso, é de fundamental importância que a presença na escola seja estimulada também em mulheres adultas para que aumentem suas possibilidades de agenciamento e o sentimento de propósito em desejos e projetos próprios para que aja um fomento do sentimento de valorização de si mesmas, não apenas das crianças e adolescentes.

Neste sentido, bell hooks (2019, p.163) traz uma importante crítica ao feminismo, que subestimou a necessidade de investir em educação básica para as mulheres e traz como necessidade premente “explorar a fundo a conexão entre a exploração sexista das mulheres nessa sociedade e o grau de instrução dessas mesmas mulheres, incluindo a falta de habilidades básicas, como ler e escrever”. Por isso, defendemos que o PBF deve se expandir e consolidar não apenas uma referência de transferência de renda, mas adicionalmente incentivar a alfabetização dessas mães como forma de facilitar a autonomia, a comunicação e a autoconfiança.

É de grande importância que espaços de aprendizagem adulta como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) também seja um espaço de acolhimento e cuidado, dispondo de trabalhadoras que estejam com os filhos das estudantes durante as aulas e a ampliação de metas que não se limitem apenas em desenvolver habilidades de leitura. Dessa forma,

os espaços de aprendizado para bell hooks (2019, p.163) “poderiam não apenas ensinar a ler e escrever como também ajuda-las a pensar de forma crítica e analítica”.

Alice aprendeu a ler e a escrever, declarou ensino médio completo, mesmo assim, questiona “*quando a mulher nasceu pra ser burra?*”, ilustrando a concepção histórica de que a educação está fora do horizonte das mulheres pobres, negras, periféricas, referindo a forma como se percebe, sem inteligência, se vê predestinada ao engano, sente o peso da fatalidade do fracasso e se autodeprecia, culpa-se por ter passado em um concurso e nunca ter assumido. Estudou até a quarta série e, superando as próprias expectativas, passou em um concurso público, porém nunca recebera o papel da convocação, além disso, teve conhecimento de que foi substituída por alguém que não teve igual mérito e assumiu o lugar que era seu por direito:

*falei até assim com a minha mãe “mãe eu vou fazer, eu não vou passar”. Aí a mãe “Por que?”, “Porque tem gente lá com o segundo grau maior e eu não tenho”. Só fiz até a quarta série. Aí a mãe “quando for de manhã bem cedo você se levanta e não fale com ninguém”. Eu já tinha filho nessa época, “pegue o livro para você ler até o dia da prova, você vai ver como você passa”. (...) “Alice, tu passou!”. Quando a mulher nasceu para ser burra? Quando a pessoa nasce pra ser burra, a pessoa é burra, fiz o concurso, né, e passei. Aí eu fiquei esperando que eles viesse mandar o papel, só que não mandaram, aí o que foi que aconteceu? Uma pessoa que não passou, entrou, eu não sei, meu Deus, não sei. (Alice)*

A mãe transmitiu sabedoria e confiança para que a filha passasse no teste: 1) acordar cedo, para que houvesse tempo para o estudo, 2) não falar com ninguém, evitando distrações 3) acesso a livros e a leituras cotidianas até o dia do teste, para que a concursanda se apropriasse do material com a constância do cotidiano. Alice nos informa que já tinha um filho na época, o que poderia diminuir sua disponibilidade de dedicação de tempo de estudo, mesmo assim, passou. É possível que seguir os ensinamentos da mãe só tenha sido concretizado a partir do compartilhamento do cuidado infantil com outras pessoas, inclusive a própria mãe. Entretanto, mesmo com todo o esforço possível, foi substituída em sua função e não sabe o porquê, desde então se sente incapaz e fadada à burrice. Para Sen (2010), o desemprego é também fonte de efeitos debilitadores sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos, contribuindo para a perda da autonomia, da autoconfiança e da saúde física e psicológica de determinados grupos.

Isabel também ajudou e foi ajudada pela mãe. O trabalho doméstico das duas em casa de família com maior poder aquisitivo se constituiu no sustento de ambas,

consequentemente, do filho. É importante ressaltar que o progenitor não teve relevância financeira neste processo:

*Eu criei meus filhos só, meus três filhos, que é esse aqui que é o mais véi, que é o dele (ex matido). [Ele] nunca me deu uma agulha pra consertar as roupas desses meninos. Quem me ajudou a criar os meus filhos foi a minha mãe e eu trabalhando nas casas dos outros. mesmo estando de resguardo fui trabalhar nas casas. Nunca deixei de trabalhar, meu trabalho era um só, só de doméstica. desde cedo trabalhei em casa de família, sempre me sustentei, em casa de família, apartamento, nesses cantos, na Aldeota, nesses cantos (Isabel)*

Ao exemplo de Alice, a figura materna de Isabel exerce uma importante atribuição como fonte de apoio e agente motivadora de processos de desejo através do suporte prático. As suas mães auxiliaram na substituição em atividades cotidianas como o cuidado com os netos, permitindo que buscassem fontes de renda e espaços de autonomia. Logo, as figuras femininas surgem como responsáveis por suprir necessidades físicas e psíquicas de familiares, prestam serviço de cuidado para outras famílias e ainda se auxiliam o cuidado dos filhos e das filhas, se tornando essenciais nas estratégias de resistência e construção de redes de solidariedade, mas também de exploração de seu tempo livre e de sua mão de obra porque este suporte social é estendido a mulheres mais abastadas, possibilitando de forma operacional que elas possam estar ausentes de casa. Joana é uma dessas mulheres que oferece seu serviço para a manutenção da vida em outros espaços

*Às vezes tem uma mulher que aparece e pede pra eu engomar roupa para ela, como tudo serve, ela: “Joana, antes de eu chegar, tu pode ir lá fazer um comer?”. Aí eu: “posso!”. Eu sou uma pessoa que não gosta de dizer não, eu gosto de ajudar. Se você não fizer quem é que vai fazer né?” (Joana).*

A solidariedade que traz ao afirmar que gosta de ajudar carrega elementos ambivalentes, onde o gostar de ajudar e o ter que fazer se amalgamam, afinal, quem substituiria uma mulher ausente nos desvelo da casa que não outra em maior vulnerabilidade financeira?, ela questiona. São as mulheres pobres, com sua oferta de atividade de cuidado, que sustentam a autonomia das mais abastadas, estabelecendo-se na linha de frente da responsabilidade do trabalho doméstico das famílias, serviço essencial de grande relevância comunitária, tecendo espaços de proteção e de sobrevivência, mas trazendo pra si mesma uma sobrecarga emocional, física, econômica e social. Neste sentido, Birolli (2018) amplia o debate sobre a desigualdade relacionando a produção do gênero a uma dinâmica de classe dentro do capitalismo.

As dificuldades relativas ao acesso ao trabalho digno, ao salário e a boas condições de vida atingem principalmente as mulheres negras e pobres, de acordo com o IPEA 6,2 milhões de pessoas entre homens e mulheres encontram-se empregadas no serviço doméstico, destas, mais de 4 milhões de pessoas são negras e 3,9 milhões são mulheres e negras (IPEA, 2019). Este trabalho, especialmente nas regiões Norte e Nordeste são piores remunerados e com menor cobertura previdenciária comparados às demais regiões brasileiras (IPEA, 2019), neste sentido, Sator, Siracusa e Neves (2018) caracterizam o trabalho doméstico como cíclico, que depreende alto esforço físico e mais passíveis de racismo, o que escancara nossa cultura ainda escravocrata, patriarcal e socialmente desigual. Isabel relata o emprego doméstico desde cedo nos bairros nobres da região de Fortaleza

Por isso, o debate sobre a responsabilização do cuidado precisa se sobrepujar a dualidade homem *versus* mulheres e perpassar a forma como as estruturas sociais capitalistas valorizam certos trabalhos em detrimento de outros igualmente importantes, como o cuidado e a renda das famílias. Fraser (2019) resgata que ao longo do chamado progresso econômico, a ascensão do neoliberalismo fomentou uma cultura política que cooptou as demandas por reconhecimento de identidade, diminuindo a força das reivindicações na luta por redistribuição de renda dentro das pautas de luta populares, solapando as críticas anticapitalistas e diminuindo a importância do papel do Estado no bem-estar social. Como consequência, circula uma cultura política que fomenta a supervalorização dos modelos de autoajuda individual, das ONG's e da solidariedade interesseira da iniciativa privada para combater os efeitos da pobreza e da subordinação das mulheres, minimizando o peso histórico da trama da diferença de gênero de outras identidades subalternizadas (FRASER, 2019). Pactuamos o feminismo que reivindica a destruição das estruturas de poder e opressão que transformam diversidade humana em desigualdade. Como bem explica hooks (2019, p.56)

O feminismo está necessariamente comprometido com a erradicação da ideologia de dominação que permeia a cultura ocidental em seus vários níveis, bem como com uma reorganização da sociedade em decorrência da qual o autodesenvolvimento das pessoas possa ter primazia sobre o imperialismo, a expansão econômica e os desejos materiais

Neste sentido, a fala das entrevistadas aponta que a atividade de cuidado se encontrou centralizada na figura de mulheres. Quando esse cuidado precisou ser compartilhado, houve suporte na figura das próprias mães, também mulheres. O

compartilhamento com homens, como pais, irmãos ou avôs não foi citado como de impacto na organização da rotina, tampouco a utilização de espaços públicos como creches, o que indica que as mulheres não podiam dispor desses outros atores com constância. Além disso, as entrevistadas, quando não estavam exercendo essas atividades em sua própria casa, encontravam-se prestando os mesmos serviços a outras famílias como forma de complementar de renda em uma compreensão de que o cuidado doméstico obedece a um ordenamento de gênero, mulheres que se ajudam e dividem o cuidado entre si, e de classes, mulheres que oferecem sua força de trabalho a outras que pagam com isso. Entretanto, sair para prestar esse cuidado fora de suas casas, não se constituiu como um ganho, mas enfaticamente mostrou seu viés compulsório ocasionado pela situação de pobreza e também opressor, provocando a diminuição do auto cuidado e do cuidado dedicado aos filhos, ao exemplo de Isabel que, sem outros recursos e sem auxílio financeiro do progenitor do pai do bebê, voltou a ser trabalhadora doméstica durante o resguardo, período caracterizado pelo maior dispêndio de tempo no cuidado do bebê e período de recuperação do corpo da mulher do processo de gravidez e do parto.

#### **4.3. Efeitos simbólicos, impactos materiais e dinâmicas de exclusão no PBF**

O Programa Bolsa Família se apresentou como uma renda de grande impacto material e simbólico na vida das entrevistadas: *“é, foi muito bom nessa época porque eu tive dinheiro no meu nome, eu podia comprar coisa e saber que eu tinha como pagar, né, quando eu recebia, eu decidia o que fazer com ele. Agora, eu tenho que viver ali, dependendo daquele tostãozinho do meu marido”* (Elza). Ser beneficiária do PBF aumentou em primeiro lugar a capacidade deliberativa de Elza, a previsibilidade do repasse gerou crédito por ter conhecimento de que seguramente poderia pagar pelo que consumia. Em segundo, trouxe maior independência já que não precisava depender exclusivamente do baixo salário do companheiro. Em terceiro lugar, receber o dinheiro em seu nome foi elemento representativo de sua conquista no campo social, tornando-se um elemento simbólico de valorização da atividade do cuidado.

Rego e Pinzani (2013) trazem a importância de que as políticas públicas formem estruturas de apoio a atividades econômicas adequadas às necessidades da maioria da população. Os programas de transferência de renda ofereceram às entrevistadas novas perspectivas de segurança financeira, essencial para o desenvolvimento humano dentro de uma sociedade cujas relações de mercado são demarcadas pela monetização.

O PBF ampliou o exercício da maternidade e, por consequência, a recusa “oportunities” de trabalho perversas ou a negação tácita a permanecer dentro de relacionamentos falidos. Durante o PBF, a mulher experiencia alguns processos significativos de autonomia, ainda que se conservassem situações de privação. A alimentação se mostrou como prioridade do uso deste recurso federal, inclusive, muitas relataram estar em situação de insuficiência alimentar ao contemplarem a entrada no PBF. Na prática, as beneficiárias começam a fazer pequenas escolhas, de recusar relações que depreciam a percepção de si mesmas, desgasta sua força física, o PBF também auxiliou que fossem cuidadas por outros, como Célia foi acompanhada pelo marido quando adoeceu, período em que o PBF foi a única fonte de renda:

*Antes de eu ter o menino. O que eu tinha era só o Bolsa Família, .eu recebia 397,00. Nessa época, o médico disse que eu tava com pneumonia e me internaram (...) “minha filha me diga uma coisa, cê não tava comendo, não?” (reproduz pergunta do médico). “Tô não”. O meu esposo não tava trabalhando que não podia, por que? Porque ele tinha que cuidar de mim. (Celia)*

Outra característica da percepção da transferência de renda é o seu caráter de insuficiência, sendo utilizado especialmente em gastos destinados ao público infantil e adolescente, como material escolar, roupas, e principalmente alimento, de forma mais rara, o valor foi usado também para pagar materiais de uso coletivo, como móveis e eletrodomésticos. O uso da transferência de renda, se encontra viva na memória, trouxe proteção e segurança de renda, ainda que de forma parcial, Isabel traz que o PBF trouxe elementos de mudança em seu cotidiano trazendo experiência de gerenciamento de dinheiro, o que a auxiliou a suprir necessidade dos filhos: “*Minha vida mudou muito. O dinheiro saía, no tempo que eu recebia que eu cuidei e criava, eu ia numa lojinha dava pra comprar um calção, era mais barato, comprava chinelo, se eu comprasse um calção pra um, comprava pro outro e tudo usava igual.*” (Isabel)

Já Elza ressalta o caráter de insuficiência do PBF, que supria as necessidades alimentares apenas parte do mês, de forma complementar, a merenda da escola pública surge como uma importante aliada na garantia da alimentação.

*No tempo em que as coisas ficaram muito apertadas pra nós, mesmo com o Bolsa Família, fiquei muito apertada (...) às vezes, eu botava eles na escola à tarde, aí eles iam sem almoçar, era porque não tinha mesmo porque você vê que sai o Bolsa Família, mas não dá pra comprar pra um mês, não dava. Dava por determinado momento, né, determinado tempo, mas, graças a Deus, me ajudou muito o Bolsa Família. (Elza)*

Maria também contextualiza seu estado de insuficiência alimentar no período em que se cadastrou no PBF: “*Aí meu quatro menino pequeno, meu marido desempregado, eu desempregada, quem ajudava mesmo era os vizim, aí quando surgiu o cadastro, né do Bolsa Família, aí eu fui me cadastrei, ajudou muito, né, graças a Deus*”. Maria dependia do amparo solidário de seus vizinhos, por isso, depreende-se que o PBF se constituiu como renda familiar principal durante esse período de desemprego.

Isabel traz as marcas de uma vulnerabilidade que lhe acompanha desde a infância e que, antes, também já acompanhara seus pais, ela relata o contexto de fome, falta de moradia, abandono e morte. Durante o período em que buscou o PBF, também dependia de favores e sofria contextos de fortes privações sociais.

*Na época, morava de favor, eu passava necessidade porque eu tinha assim 6 criança, era 4 irmão que criava, 2 filhos meu e um sobrinho, que era eu que criava na época. Meu marido não trabalhava (de carteira assinada) e ele ainda descarregava caminhão, meu pai tinha falecido, minha mãe tinha ido embora, que eu digo ido embora que ela tinha saído pra ir trabalhar aí nessa época meu pai bebia muito, aí meu pai foi atropelado. (Isabel)*

A pobreza se firmou como fenômeno permanente e intrínseco à vida de ambas as beneficiárias, de acordo com Detoni, Machado e Nardi (2018), por intermédio do PBF muitas mulheres começam a ter renda pela primeira vez na vida. A segurança de um repasse financeiro mensal pode aumentar o poder de decisão sob o uso do dinheiro no âmbito doméstico e proporcionar melhorias de vida da titular e de sua família, trazendo impactos não só concretos, mas de dimensões subjetivas. Zelinger (2005) traz que o dinheiro é permeado de significados sociais, culturais e afetivos e contribui para a construção das relações familiares, da divisão sexual do trabalho e do lugar das crianças.

Assim, o PBF possibilitou algo que até então nunca havia sido possível na realidade de muitas mulheres, ter uma renda própria, o que permite mudanças de posicionamentos simbólicos dentro da família. Vale ressaltar que o PBF se constitui como um amparo às famílias, mas não soluciona todas as vulnerabilidades, por isso, colocamos a necessidade da efetivação de políticas públicas diversas de saúde, educação, assistência e seguridade social como forma de assistir de forma contínua e integral a essas beneficiárias, seres subjetivamente desejanter e privados materialmente de condições que lhe tirem da urgência cotidiana da sobrevivência.



Embora o valor do repasse seja percebido como insuficiente para a manutenção de necessidades básicas, forneceu alívio à pobreza, tal previsto e suas normativas (BRASIL, 2004), porém as mulheres ainda identificam situações de vulnerabilidades sociais. Por isso, a exclusão do PBF trouxe a expressão de sentimentos diversos e por vezes ambivalentes:

*Porque o Bolsa Família ajuda muito, mas não vai ser pra sempre na nossa vida. Agradei? Agradei! Mas se Deus me desse a oportunidade de eu receber de novo, eu ia agradecer mais porque hoje eu to precisando pra criar meus filhos não, eu to precisando pra me criar porque eu posso dizer que hoje eu to precisando ser criada, (...) não posso comer um arroz branco porque tem açúcar, não posso comer um pão carioquinha porque tem açúcar (...) porque não é toda vida que eu tenho fruta pra ta comendo, né. Aí eu, se é deu comer bolacha, eu como pão integral que é mais melhor pra mim, aí eu tenho que comprar. Aí você vai e tira R\$: 6,00, duas vezes na semana, já dá R\$: 12,00. Fora o azeite, fora o arroz, fora o macarrão. Tem que comprar a lanceta da diabete porque senão pode ter um outro AVC ou outro problema maior. (Elza)*

Ela enfatiza a sua auto percepção de vulnerabilidade provocada pela diabetes através de sua necessidade diferenciada de comer frutas e produtos integrais, dieta que considera de alto custo. De forma complementar, precisa de insumos para controle da doença crônica para que não tenha um segundo AVC, como lancetas de controle de glicemia, evidenciando os rearranjos das condições de pobreza, que deslocou sua necessidade de cuidado com os filhos, quando eram menores, para si, o que gera custos altos para ela. Não cuidar de si mesma pode ser gerador de piores desfechos e aumentar ainda mais o fosso de sua vulnerabilidade, neste sentido, compactuamos com a percepção de Santos, et al. 2014 que defende que a pobreza se presentifica como um fenômeno complexo e persistente.

Doenças crônicas como diabetes, por exemplo, também estão diretamente relacionadas à pobreza segundo Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Elsa-Brasil) realizada com uma população de 10.617 pessoas, aponta que indivíduos que moram em vizinhanças mais segregadas economicamente, ou seja, locais com maior concentração de responsáveis pelo domicílio com renda menor do que 3 salários mínimos, têm 50% a mais de chance de desenvolverem diabetes, comparados a pessoas que residem em áreas menos segregadas (BARBER, et al. 2018). Dessa forma, Elza traz o alto custo de ser diabética e, por isso, deseja continuar amparada pelo PBF.

Joana foi a única usuária que solicitou o desligamento de forma voluntária, entretanto, compreende sua saída como compulsória, pois requisitou a saída voluntária após inscrição no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante de um salário

mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade (Brasil, 2007). Na ocasião, a entrevistada foi informada por profissionais da assistência social de que teria direito a mais um ano de benefício caso saísse deliberadamente, de fato, a Regra de Permanência (BRASIL, 2004) assegura às beneficiárias que elas continuem recebendo o benefício por um período de dois anos mesmo que sua renda ultrapasse  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*, caso a família atualize voluntariamente suas informações junto ao CADÚNICO. No desligamento voluntário a família que procura por conta própria o setor do programa também tem direito de retornar no período de 36 meses, caso volte a situação de pobreza ou de extrema pobreza (BRASIL, 2004), o que era a expectativa de Joana, entretanto ela foi sumariamente excluída do PBF.

*Quando eu fiquei recebendo Bolsa Família, aí vim me cadastrar, quando vim me cadastrar que era pra receber no outro mês, aí não saiu. Por que? Por causa do Auxílio Doença, aí entrei em contato com a assistente social, aí ela disse: “não, não era para ter cortado”. Por que? “Porque você tinha mais um ano para ficar recebendo”, só que não aconteceu. (...) não era para ter cortado, porque primeiro meus filhos são tudo de menor, tudo estuda. (Joana)*

Foi comum a associação da transferência de renda à idade e à assiduidade escolar, por isso, as entrevistadas compreenderam a exclusão como um movimento abrupto, inesperado e pouco justificável porque as contrapartidas de condicionalidades em educação estavam sendo mantidas: “*Eu tenho o cartão, tenho tudo lá dentro, fui cortada sem ver nem pra quê e nessa época, os meus filhos eram tudo de menor, tudo estudava ainda, viu!*” (Isabel). Para a entrevistada, a exclusão adquiriu um caráter de imprevisibilidade. Elza também ficou surpresa com o valor do repasse que foi diminuindo no período do Natal, frustrando suas expectativas de usá-lo para fazer compras, o valor reduzido se manteve por alguns meses antes de ser cortado “do nada”, ou seja, de forma repentina.

*Eu morta de feliz porque foi mesmo na época perto do Natal. E eu achava que ia no centro, aquela coisa toda, quando eu cheguei que passei o cartão e a menina, “não, mãe, ta errado, só tem R\$ 41,00” aí eu disse “pois vamos na Caixa”, quando chegamos na Caixa, o rapaz lá disse “não, só tava liberado pra senhora R\$: 41,00 mesmo”. Então, pronto, eu passei ainda uns 4 meses recebendo, uns 4 ou foi 5, acho que foi 6 meses... Foi! 6 meses recebendo ainda aí acabou do nada (Elza)*

Ainda que aja compreensão parcial das regras e diretrizes do PBF e sua consequente associação a alguns critérios do PBF como a presença de dependentes menores de idade dos filhos, baixa renda e cumprimento de contrapartidas, como permanência na escola, os motivos da exclusão do PBF não se apresentaram de forma nítida para as entrevistadas. Além disso, predominou a compreensão de que o benefício ainda se faz necessário no cotidiano, o que indica que as usuárias ainda percebem situações de pobreza em suas vidas. Neste sentido, Rodrigues (2015) traz que as respostas do PBF ao enfrentamento da pobreza não conseguiram ultrapassar os níveis mais imediatos das demandas sociais e não alteraram as bases fundantes da desigualdade social e da reprodução da pobreza excluindo suas relações estruturais com o modelo de produção e apropriação da riqueza no capitalismo.

Mesmo assim, ainda que percebida como abaixo do necessário para o sustento, a transferência de renda do PBF foi destinada de forma explícita às mulheres, que se sentiam com maior poder de barganha e financeiramente contributivas. As expressões regionais “do nada” e “sem ver nem pra que” enfatizaram a incredulidade pelo caráter inesperado do corte do benefício, não existindo uma compreensão de processo ou de consentimento às exclusões.

É importante reforçar que apesar de insuficiente o benefício se apresentou como necessário e fundamental, trazendo para as mulheres alternativas práticas para problemas imediatos que não poderiam ser minorados sem um auxílio financeiro, pois o acesso a comida, energia elétrica e dinheiro se constitui como um mínimo civilizatório dentro das relações capitalistas de produção. Também encontramos posicionamentos contrários a exclusão por sobreposição de dois benefícios destinados a fins diferentes, como o auxílio-doença e o PBF: “o *Auxílio Doença* é para você, você comprar pomada, você comprar remédio.” (Joana), trazendo que condições crônicas de adoecimentos demandam maiores gastos familiares. Essa visão é compatível com a percepção multidimensional de pobreza trazida por Sen (2010), que deve se concentrar na capacidade real que o indivíduo dispõe para promover seus objetivos, enfatizando a necessidade de levar em consideração não apenas os bens primários como também características pessoais relevantes, seja referente a sexo, idade ou doenças e acomedimentos que podem tornar duas pessoas que disponham de mesma renda per capita com oportunidades de qualidade de vida divergentes.

Logo, ainda que Joana passe a dispor de um auxílio doença, os ganhos são se apresentam como insuficientes devido aos gastos adicionais por conta de sua condição de saúde, que demanda cuidados específicos. Assim como Elza, que enfatiza que as

condições que motivaram sua entrada no PBF permanecem ainda que hoje compreenda os filhos como independentes e reconheça que o companheiro seja amparado pela seguridade social de um emprego amparado pela CLT.

*Hoje meus filhos tão criado? Tão! Hoje meu marido tem um emprego? Tem! Mas hoje é que eu ainda to precisando como se eu tivesse um monte de criança pequena dentro de casa porque eu preciso pagar minha energia, preciso pagar os remédio, tudo isso é coisa que eu preciso de dinheiro. (Elza)*

O cenário em que delinea a sua vida atual inclui filhos criados e um esposo com emprego fixo, ela, entretanto, percebe-se cronicamente em vulnerabilidade por não dispor de renda própria para que se sinta autossuficiente e financeiramente contributiva. Neste sentido, Fraser (2015) traz a atividade sócio reprodutiva como absolutamente necessária à existência do trabalho remunerado e ao funcionamento do capitalismo. O trabalho de socialização da juventude, a construção das comunidades, a produção e a reprodução dos significados compartilhados, as disposições afetivas e os horizontes de valor que estruturam a cooperação social ocorrem nos lares e comunidades, logo, fora do mercado, e são absolutamente necessárias na produção das novas gerações de trabalhadores, na manutenção de laços sociais e compreensões compartilhadas.

As mulheres pobres e donas-de-casa ocupam lugares que propiciam condições para que os companheiros ou outros membros da família possam buscar e exercer atividades remuneradas, entretanto, estar inserida no cotidiano da comunidade e nos afazeres domésticos reforça a hierarquia de gênero já que não há salários compensatórios por atividades tão exaustivas. É importante enfatizar que o benefício financeiro é destinado à mulher pela compreensão de que ela investirá o dinheiro em prol do bem comum, também há a mesma expectativa do destino do salário dos homens pelas políticas socioassistenciais, que utilizam a renda para avaliação familiar, o que não se sustenta dentro da percepção das entrevistadas. Nenhuma delas estavam inseridas no mercado formal de trabalho na ocasião da entrevista, sendo assim, a suspensão da transferência de renda alavancou o sentimento de inferioridade a partir do aumento dependência, já que se sentem em desvantagem por não terem renda própria, assim, permanecem fora de trabalhos assalariados, que são culturalmente valorados dentro do circuito capitalista de produção.

Pesquisa inédita realizada por Araújo et. al (2019) reforça a compreensão do PBF como renda de impacto para mulheres, entre 2003 e 2016, houve redução do percentual de brasileiras sem renda de 38% para 12,5% no ano de 2016. Já o percentual de mulheres

com renda entre um e dois salários mínimos aumentou de 13,9% para 30,8% durante o mesmo período. Apesar desta mudança, o aumento de renda não veio acompanhado de sua respectiva inserção no mercado de trabalho, que aumentou apenas 3%. A partir desses resultados, os autores têm como hipótese a contribuição dos programas sociais, como o PBF. A pobreza dentro da perspectiva feminina, não se limita à produção de renda, mas este é um importante fator. A respeito dos impasses das desigualdades de gênero na pobreza, Nusbaum (2010) defende a imprescindibilidade de um posicionamento ético do poder estatal contra algumas maneiras muito comuns de tratar as mulheres - como incapazes e meros adjuntos de uma linhagem familiar, como reprodutoras e cuidadoras, em vez de terem suas próprias vidas para viver. A autora também defende um posicionamento governamental direcionado a impulsionar todos os cidadãos a procurar o bem a sua maneira.

Neste sentido, encontramos entrevistadas que relacionaram a exclusão do PBF como consequência da sua diminuição da vulnerabilidade que motivou a entrada, trazendo o sentimento de solidariedade. Maria fala do reconhecimento de que o benefício do PBF foi necessário até que conseguisse meios para que trabalhasse e vivesse de forma independente e autossuficiente, sustentando um entendimento de superação do contexto de pobreza que outrora justificou sua posição de beneficiária do PBF.

*Eu não estava precisando muito, tem gente que precisa mais do que eu, já passei muita necessidade, muita mesmo, mas, hoje em dia, eu agradeço primeiramente a Deus, porque Deus me deu coisa pra trabalhar, de eu conseguir conquistar as outras máquinas através de pouco em pouco mesmo, comprando fiado e lutando pra pagar. (Maria)*

Maria demonstra compreensão dos motivos que desencadearam sua exclusão, por isso, deseja que o benefício PBF seja repassado para pessoas que estejam em situação de maior vulnerabilidade social. Vale ressaltar, que antes destas mulheres se tornarem beneficiárias do PBF, foi-nos relatado vivências prévias de abandono escolar e o trabalho infantil, já debatidos no início deste capítulo, mesmo com esse cenário, Maria relata uma conquista gradual de uma vida melhor, onde percebe participação de Deus e do PBF. A alfabetização dos dependentes também se presentificou no discurso das mulheres, ainda que nenhuma delas tenham se alfabetizado na vida adulta mesmo que assim desejassem. As entrevistadas que têm filhos adultos relatam que parte deles acessaram a escola, entretanto, poucos terminaram os estudos: “*Meus meninos conseguiram estudar, mas, eles*

*não terminaram, mas tudim sabe ler; só o mais velho, que ele não deu, mas eles (o restante) conseguiram estudar (Maria).*

Uma hipótese para que o filho primogênito seja o único que não foi alfabetizado é o maior estado de vulnerabilidade social da família à época, o que pode ter dificultado a escolarização deste membro em específico. Os demais também não terminaram os estudos, mas já apresentam habilidades de leitura, motivo de contentamento para Maria, que não lê. Já Isabel relata que todos os seus filhos foram escolarizados, com exceção de dois, entre eles, uma mulher, relatando ter filhos adultos em diferentes etapas de escolarização, que vai desde o analfabetismo até o ensino superior. Apenas um filho chegou na graduação, este último trabalha em uma firma e é apontado como exemplo de sucesso. Esses lugares vêm sendo percebidos pela entrevistada a partir de uma perspectiva meritocrática, já que o interesse foi o maior motivador da busca por conhecimento e da conquista do emprego:

*Termino os estudos tudim, só quem não tem os estudos foi a Bia (nome fictício) e meu quarto (filho), mas esse terminou, esse aqui terminou (aponta para as moradias), eles todos terminaram, ele agora trabalha numa firma, né. Ele já fez faculdade também, tava fazendo cursos para entrar de cargo, porque a pessoa vai se interessando, né, aí vai pra frente. (Isabel)*

Neste sentido, as falas apontam o entendimento da educação como uma herança imaterial, legado das entrevistadas aos dependentes para que assim apresentem maiores recursos de alcance de cidadanias. A escolaridade, assim, é compreendida dentro de uma perspectiva salvadora, fenômeno definido por Saviani (2009) como educação compensatória, termo que versa sobre a expectativa de que apenas o estudo forneça condições necessárias à superação das condições de pobre ou extremamente pobre, o que compensaria desvantagens/distorções e conduziria a mobilidade social.

Essa compreensão reforça uma falsa expectativa de que apenas a escolarização vença as vulnerabilidades sociais, trazendo uma concepção subjacente de que a pobreza é justificada pela falta de recursos culturais e de habilidades adaptativas a partir de um viés meritocrático e acrítico dos efeitos do capitalismo, entretanto, para Carnenolossi e Bernardes (2014), um enfrentamento a pobreza eficaz depende do comprometimento do Estado com os fatores que os causam, dialogando com a totalidade dos direitos sociais e estabelecendo uma comunicação com as políticas econômicas, agrárias, tributárias, habitacionais, inflacionárias, culturais, entre outras, ampliando sua base de financiamento e eliminando mecanismos estatais que possibilitam a concentração de renda.

Segundo Cassini (2014), o critério de elegibilidade dos beneficiários é um nível de renda muito baixo e exclui um contingente de trabalhadores informais que, embora possam apresentar ganhos acima dos estabelecidos para a inserção no programa federal, encontram-se desprotegidos de quaisquer direitos protetivos de seguridade social. Maria é um exemplo de trabalhadora informal que se viu obrigada a fechar sua pequena facção durante a pandemia, no período, sobrevivera exclusivamente do auxílio emergencial e da rescisão do filho, que havia sido demitido neste mesmo período. A atividade na facção foi interrompida quando ela e sua família manifestaram sintomas compatíveis com Covid, ampliando o cenário de desamparo e insegurança.

*Fiquemo parada (referindo-se a facção de roupa), isolada, aí eu adoeci, depois meu outro menino adoeceu, aí ficou tipo assim, passando um para o outro, sei que tudim arriou e a gente não podia se isolar de um em um porque era muita gente e não tinha como se isolar. (...) nós tava sem Bolsa Família, o cadastro eu vim receber já depois dos dois meses se fosse para se manter sem o auxílio eu me perdia mesmo sem ter nem um pão (...). A gente não é de tá pedindo a ninguém. Ninguém andava aqui, porque a gente dizia logo, que a gente tava com dor de cabeça, ninguém saía para fora (...) Teve uma época que o meu mais novo, ele trabalhou ainda cinco meses no mercantil, seis meses ele saiu, aí deram as contas dele, deu R\$:1.700 e ele também não comprou nada para ele, ele me deu, eu quem comprei as coisas que a gente passou esses meses se mantendo desse jeito. (Maria)*

A pandemia da covid-19 levou ao aumento dos índices de pobreza e de pobreza extrema na América Latina, de acordo com o relatório Panorama Social da América Latina (Cepal, 2021), a taxa de pobreza extrema atingiu 12,5% da população e a de pobreza, 33,7% em 2020, ano em que ocorrera o testemunho de Maria.

Neste sentido, a pandemia e suas consequências sociais se constituíram como um agravante disparador de situações de pobreza em mulheres cujas famílias já apresentavam vulnerabilidades sociais, entretanto, a presença de garantias sociais e trabalhistas como as cestas básicas, a CLT e o auxílio emergencial se mostraram como fatores fortemente atenuantes, evitando o agravamento das consequências da pandemia para as populações vulneráveis. Maria relata que mesmo em situação de isolamento social, seus familiares se contaminaram, além disso, a quantidade de moradores da casa impediu que os doentes se isolassem dentro da própria residência, contaminando uns aos outros.

No período, Maria foi a responsável por gerir este valor para que fosse suficiente para alimentar todos os moradores da casa, o que aponta a importância de uma política de bem-estar social que garanta direitos, admitindo a centralidade da mulher enquanto gestora maior em momentos adversos dentro da família, com a suspensão da principal

fonte de renda, a facção de roupas, que também gerenciava. Neste sentido, ela percebe que não ter o Programa Bolsa Família se constituiu como um agravante durante os meses em que esperava o Auxílio Emergencial, o que aponta a importância da segurança de uma renda familiar em situações de graves crises econômicas e sanitárias.

Os impasses da pandemia, jamais antes vivenciados pelas atuais gerações, trazem a necessidade urgente de ampliar os critérios de seleção do PBF, de forma a considerar outras situações de vulnerabilidades para-além da análise exclusivamente monetária. O controle sobre um dinheiro certo parece auxiliar uma expressão da especificidade dos interesses femininos, até então castrados de todas as suas conexões pela privação produzidas pela pobreza. O PBF não parte do pressuposto de proporcionar igualdade de oportunidades entre gêneros, ainda assim, receber diretamente determinado valor e ter preferências sobre o seu uso aumenta o espectro de escolha, podendo modificar posicionamentos éticos e morais diante de opressões e possibilita maior programação da própria vida ou mesmo fornece alívio diante do inesperado, do adoecimento e do desamparo.

A partir do momento em que o indivíduo é avaliado dentro da prerrogativa de renda do PBF, é oficialmente nomeado em situação de pobreza ou extrema pobreza, entretanto, as entrevistas indicaram que a saída do PBF não indica a superação da pobreza que as fez entrar já que situações de doenças crônicas, crises sanitárias e fechamento do comércio alteraram intensa e imediatamente as vulnerabilidades na dinâmica de sobrevivência, ameaçando a integridade física e psíquica de homens, mulheres e crianças. A pobreza no contexto tanto da exclusão do PBF, assim como da sua entrada, foi uma determinação computadorizada de valor ganho mensal por cabeça, que não expressa o surgimento ou permanência de outras condições de vulnerabilidade. Também não há estimativa da segurança da fonte da renda, a pesquisa evidencia que não apenas o valor que determinada família recebe, mas também a estabilidade dos empregos ou dos auxílios se constituem como um importante dispositivo de segurança alimentar. Por isso, evidenciamos a importância da ampliação dos critérios de pobreza incluindo as disposições materiais e simbólicas no qual se sustentam a pobreza ou a fatura.

Para além disso, a questão das mulheres deve ser levantada quando se discute a pobreza e sua expectativa de superação. Elas se apresentaram durante a pesquisa como principais cuidadores, tornando a maternidade como uma atividade central em suas vidas, mas seu caráter não remunerado alavanca o viés da dependência financeira de diferentes atores, que foram nomeados como filhos, esposos ou mesmo benefícios assistenciais,



entretanto, a dependência destes benefícios se constitui como um atenuante à percepção de dependência, permitindo que elas possam ser financeiramente contributivas, aumentando o autovalor e o sentimento de igualdade em relação aos demais membros da família.

Dentro das relações pessoais nas famílias adicionalmente há presença de culpa das mulheres por sentirem sua contribuição como insuficiente porque não é materialmente valorada. De acordo com Fraser (2015), o dinheiro se constitui como meio primário de poder, tornando a separação entre trabalho produtivo remunerado e trabalho reprodutivo não-remunerado uma estratégia moderna de subordinação das mulheres, por isso, dona Antônia carrega sentimento de culpa e rebaixamento moral diante da dependência financeira do filho: *“ele se irrita assim um pouquim porque ele diz ‘mãe, eu já dou o dinheiro das compras, a mãe é pra ter controle nas contas da mãe’ porque a responsabilidade não é só deles não, é minha também, e eu me sinto culposa por causa disso aí”* (Antônia). Neste sentido, Ximenes et al. (2016) apontam que na sociedade há uma série de repercussões negativas das pessoas em situação de pobreza, como a culpabilização dos indivíduos pela situação econômica do país.

Antônia se sente responsável pelo sustento da casa, enquanto Elza reconhece que o dinheiro do marido deve ser usado para este fim, mas reconhece que este salário não lhe pertence, sendo do esposo por merecimento pelo seu esforço, por fim, reconhece sua posição de desigualdade nas garantias de seguridade social por não contribuir para o INSS: *“o dinheiro do meu marido, eu sei que serve pra dentro de casa, mas é dele, é ele que ta trabalhando, ele é que ta passando o dia todim colocando peso (...) certo que eu nunca contribuí dinheiro no inss, eu nunca contribuí”*. (Antônia)

Dessa forma, prevalece a compreensão de que do salário dos companheiros e filhos é um bem individual, pertencente ao trabalhador pela sua força de trabalho, em consequência, as mulheres que não exercem trabalhos remunerados, por não disporem de fontes de remuneração externa ou apresentarem apenas uma renda complementar e inconstante, sentem-se em falta por não cumprirem sua contrapartida financeira em patamar de igualdade com os demais membros. Para Davis (2016), as mulheres se sentem apenas donas de casa porque são na verdade trabalhadoras desempregadas, entretanto nossas entrevistas apontam que as mulheres entrevistadas são trabalhadoras incansáveis que ocupam pontos cegos dentro do capitalismo, onde labutam desde a mais tenra infância sem que seu trabalho seja justamente remunerado. Para Davis (2016), a posição de subalternidade dada ao gênero feminino poderia ser desafiada de modo efetivo pela

reivindicação de empregos em um nível de igualdade com os homens, pela pressão por serviços sociais e benefícios trabalhistas, permitindo o trabalho fora de casa. Entretanto, as entrevistadas não reivindicavam estar em patamar de igualdade entre os homens no que diz respeito a função social exercida, compreendendo que eles também sofrem opressões e vulnerabilidades por sua condição de pobreza, baixos salários e condições trabalhistas.

Por isso, é fundamental discutir questões sociais que permeiam estruturas e posições masculinas e femininas interseccionadas a outras questões como a pobreza, entendendo as diversas tramas de exploração e de lutas que perpassam homens e mulheres, como também as suas questões individuais e coletivas. Nusbaum (2010) parte do pressuposto de que todo cidadão deve ser digno de preocupação e de respeito. Sendo assim, as orientações dos programas sociais não devem limitar os cidadãos a serem agentes da prosperidade geral de uma família. A missão da mulher no mundo não é executar o plano de vida de outra pessoa.

A referida autora defende uma orientação ético política direcionada a tratar cada ser humano como fim, como fonte de ação e valor por direito próprio, com seus próprios planos e suas próprias vidas para viver, portanto, como merecedoras de todo o apoio necessário para a igualdade de oportunidades de serem esses agentes. As implicações psicossociais da pobreza interseccionada pela raça, pela cor, pela identidade, pela sexualidade se constitui como sofrimento ético político, e são questões estruturantes da exploração do homem (ou da força da mulher e de outros vulneráveis) pelo homem (e aqui leia-se a ordem social opressora capitalista e culturalmente patriarcal). Por isso é importante que as políticas públicas assimilem e incluam o reconhecimento destas lutas, posições e vulnerabilidades como parte de um projeto maior de sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desejamos neste projeto amplificar e nos aliar às vozes femininas, que até hoje buscam o CRAS de forma questionadora e reivindicativa de suas exclusões sistemáticas do PBF, denunciando os cortes sistemáticos e exigindo seu direito inalienável à uma vida digna, já que ser beneficiária é signo fomentador de oportunidades e desejos dentro de um território de embates, opressões e lutas. Apresentamos nossa pergunta de partida proveniente da práxis profissional “como as mulheres que sofreram exclusão do PBF percebem suas vidas a partir deste benefício?” para que possamos capturar a vivência feminina como campo de análise e produção de saber, evidenciando a pluralidade da existência humana a partir do mote da experiência do PBF. Sua investigação permitiu reiterar que a pobreza é um fenômeno multicausal, interseccionado ao gênero, fazendo necessária uma frente ampla de enfrentamento tecida a luz das querelas econômicas, sociais, políticas e históricas que circunscrevem os modos de vida em contextos de pobreza.

O resgate do objetivo geral “Compreender as implicações psicossociais da pobreza em mulheres excluídas do PBF” traz a vergonha, a humilhação e o estigma como implicações psicossociais suscitadas por problemáticas geradas pela pobreza, que podem ser ampliadas pelo gênero, mas também encontramos o estreitamento de laços profundos de cooperação e solidariedade como tônica fundante de resistência na preservação da vida, tecendo as narrativas, as relações e a forma de movimentar o mundo que as rodeia. O sentimento de gratidão se destacou na presença de acessibilidade a determinados serviços públicos, como transporte para tratamento de saúde de crianças e na concessão de benefícios socioassistenciais locais, entretanto, quando os direitos adquirem forma de pedido de ajuda geram vergonha e humilhação.

No primeiro objetivo específico “Analisar os efeitos do Programa Bolsa Família para as beneficiárias excluídas” percebemos que o PBF apresentou efeitos materiais e simbólicos. Entre os impactos materiais elencamos o aumento da capacidade de adquirir bens necessários a uma vida mais digna e adaptada às necessidades de todos e aumento de crédito pela segurança financeira do repasse. Já entre as implicações simbólicas localizamos elementos como o aumento do autovalor promovidos pela titularidade da mulher na transferência financeira do PBF, a ampliação do poder decisório dentro da família, inclusive nos relacionamentos, onde localizamos maior poder, por último, o prolongamento do exercício da maternidade. A ampliação do poder de escolha também

veio como um legado do PBF permitindo que as mulheres pudessem escolher o que comprar pra família e com quem se relacionar devido especialmente à segurança do repasse, que se constituiu um dispositivo de segurança protetora, mesmo assim, ele sozinho apresenta caráter de insuficiência precisando ser articulado a outros recursos psicossociais para o enfrentamento dessas questões.

Mesmo após a exclusão do PBF, elas se mantiveram encorajando e promovendo condições para que os filhos frequentassem a escola, o que corrobora para a compreensão de que o valor contribuiu positivamente para que se efetivassem recursos simbólicos, emocionais e materiais. A exclusão do PBF surgiu acompanhada de um sentimento de subalternização associada ao aumento da dependência financeira. As mulheres excluídas, em geral, permaneceram sem fontes de renda segura e com baixa escolaridade, isso se justifica porque o acesso à escola dos pequenos e o aumento da renda dos adultos ocorreram a partir da contribuição ativa das mulheres, que precisaram dedicar tempo e energia para que o restante da família pudesse exercer tais atividades, dificultando que elas próprias frequentassem o espaço de ensino. Por isso, recomendamos como estratégia o aumento de creches públicas, ampliação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e jovens dentro da proteção social básica, equipamentos efetivos de promoção da cultura e de esporte para a juventude, restaurantes comunitários, escolas de tempo integral, cooperativas e hortas populares como um recurso de socialização de mulheres, jovens, crianças, idosos e homens.

No segundo objetivo específico “Aprender as estratégias de resistência à pobreza em mulheres excluídas” nos deparamos com a construção do saber e a apropriação do conhecimento sobre os benefícios socioassistenciais como direito alavancou a promoção de autonomia e emancipação das entrevistadas. Enfatizamos a importância da transparência do serviço público como premissa fundante da democracia e na produção de saúde mental de mulheres cujas vidas são atravessadas pela pobreza, pela maternidade, pelas dinâmicas de cuidado, para isso, foi essencial a popularização do conhecimento da política de direito e o aumento da acessibilidade a garantias sociais para que estes não sejam confundidos de apadrinhamento. A crise sanitária provocada pela pandemia do COVID-19 disparou vivências de vulnerabilidades sociais, sendo o auxílio emergencial compreendido como principal fonte de sustento, destacando a importância de um estado de bem-estar social que promova segurança de renda de forma contínua para que suas oscilações possam ser minoradas.

Também encontramos o amor como dinâmica fundante de resistência à vida, formando densas teias de proteção familiar que amortiza os impactos de períodos de grandes misérias entre homens e mulheres, mas especialmente entre mães e filhas que se ajudam e dividem o cuidado entre si. O compartilhamento com homens, como pais, irmãos ou avôs, foi citado como de baixo impacto na organização da rotina das mulheres especialmente em períodos adversos ou de desemprego dos parceiros, o auxílio de outras familiares no cuidado com as crianças, o suporte social financeiro de vizinhos e parentes também é citado, assim como a prestação de apoio das entrevistadas a sua comunidade ou a membros da família ampliada. Entretanto, esse suporte veio de forma pontual, sendo o cuidado com a casa gerenciado pelas mulheres. Não encontramos a referência a serviços públicos como creches, indício de que esses atores estão pouco disponíveis seja pela baixa proteção social seja pela dinâmica cultural que se interpõe aos gêneros.

O baixo suporte social de cuidado de crianças e adolescentes também se refletiu no objetivo específico “Descrever os modos de vida das beneficiárias excluídas Programa Bolsa Família a partir das categorias gênero e pobreza”. A atividade de cuidado foi o principal promotor de desgaste de tempo e de energia física e psíquica, impedindo que elas dedicassem a atividades externas, lazer e estudo de forma persistente ao longo de suas vidas. Neste sentido, não encontramos redes amplas, coletivas e articuladas de compartilhamento de cuidado dos vulneráveis justificando a sobrecarga de mulheres em atividades de cuidado, que se caracterizam por serem contínuas, cíclicas e de alto investimento emocional.

Questões como casamento e gravidez infantis e adolescente, violência intrafamiliar e abandono escolar foram temáticas recorrentes. Especialmente o casamento infantil apresentou-se como desfecho da expectativa da união como alternativa à fome, a fuga de contextos de violência intrafamiliar e como imposição da família para recuperar a honra em casos de gravidez infantil/adolescente. O movimento de união a parceiros íntimos encontra-se respaldado nas necessidades e/ou na falta de oportunidades, deixando as meninas em menor proteção social contra gravidez, violência masculina e trabalho infantil. Os relacionamentos conjugais na vida adulta surgiram como temáticas complexas onde se manifestaram processos de superação de relacionamentos insatisfatórios, a escolha consciente e deliberada de estarem sozinhas, com nenhum ou vários parceiros ou mesmo o desenvolvimento de uma relação de apoio financeiro e amizade após a separação, apresentando-se como dispositivos de enfrentamento a vivências de pobreza.

O trabalho infantil doméstico se constituiu como uma experiência comum dentro e fora dos lares, o que suscitou outras violações de direitos como diminuição do amparo protetivo dentro das matrizes familiares, por isso, o PBF também se constituiu como um suporte reparador quando fortalece a autonomia de mulheres que tiveram poucas oportunidades de vivenciarem plenamente suas infâncias, adolescências, ter direitos reprodutivos consolidados e acesso à cultura e à arte e ao lazer. O trabalho infantil doméstico em casa de família esteve vinculado ao desenvolvimento de relações complexas com as famílias empregadoras atravessados pela desconfiança, mas também a sentimentos como solidariedade e saudade. As entrevistadas não foram amparadas por direitos trabalhistas e continuamente relatam precisar morar na casa dos empregadores, provocando rupturas de vínculos familiares e ampliando a jornada de trabalho, o que traz as ambiguidades dessas relações e enfatiza o *apartheid* social classista com vieses exploratórios que separa empregador e trabalhadora infantil.

As mulheres apresentaram dificuldades de leitura e de escrita, resultantes do abandono escolar na infância por questões que envolveram componentes emocionais, como dificuldades de aprendizado escolar, biológicos, como a gravidez, e econômicos, como a fome e a necessidade de do trabalho doméstico infantil para auxiliar a família, esses dados apontam a relevância da ampliação de espaços que disponham uma educação popular, acessível, de posicionamento ético e sensível às questões apresentadas pelas mulheres em contextos de pobreza para que seja possível que elas experienciem, com êxito e prazer, o letramento e, conseqüentemente, ampliem seus recursos culturais, aumentem sua independência, capacidade de cuidado, auto cuidado e auto valor.

Ainda persistem conjunturas materiais, simbólicas e estruturais que sustentam o ciclo da pobreza no cotidiano. As questões simbólicas se encontram interseccionadas ao gênero, como a dificuldade de se sentirem financeiramente contributivas e menos dependente de figuras masculinas familiares, apresentados como filhos e companheiros. Além disso, a dificuldade de obter renda própria encontrou-se relacionada a doenças incapacitantes, desemprego, ou responsabilização doméstica pelos cuidados no dia-a-dia. Junto a isso, a crise sanitária intensificada pela pandemia densificou as conseqüências sociais da pobreza a partir de relatos de desemprego, fechamento de pequenos negócios familiares e medo da fome nas mulheres excluídas do PBF. Entretanto, a presença de garantias sociais e trabalhistas como as cestas básicas, as CLT's e o auxílio emergencial se mostraram como fatores protetivos, se constituindo como recursos essenciais na promoção de um Estado de bem-estar social nas populações de baixa renda.

Com este estudo, evidenciamos que as mulheres excluídas do PBF, participantes desta pesquisa, ainda apresentam vulnerabilidades sociais complexas, o que evidencia a importância da ampliação dos critérios de pobreza, incluindo as disposições materiais e simbólicas no qual se sustentam as vulnerabilidades sociais. É importante ressaltar que as informações atualizadas na plataforma do CadÚnico pode ser um importante agente facilitador dessa mudança já que os registros são auto declarados na ocasião dos cadastros, logo, refletem a forma como este grupo populacional percebe sua própria condição.

Além disso, na família, se espelham desigualdade sociais de uma cultura patriarcal e opressora que traz a mulher como membro em maior desvantagem, o que se refletiu neste estudo. As beneficiárias excluídas do PBF permaneceram sem escolaridade e sem remuneração própria, logo, condições de dependência de outras pessoas. O trabalho de afeto e de cuidado que elas executam sem remuneração e incessantemente é de extrema relevância social para a existência humana, por isso, sugerimos também que aja um exercício avaliativo das vulnerabilidades sociais especificamente das mulheres responsáveis familiares a partir da concepção de que elas precisam de maior proteção social por enfrentarem desafios próprios apenas por serem mulheres, como a gravidez adolescente compulsória, trabalho doméstico infantil, abandono parental dos filhos, violência doméstica, casamento infantil e sobrecarga no trabalho do cuidado.

O PBF se mostrou de forma consistente como um recurso de enfrentamento de situações vexatórias e humilhantes e aumentou a proteção social contra situações de vulnerabilidades. Por isso, apontamos a relevância do potencial transformador do PBF, que precisa continuamente ser aprimorado e ampliado para enfrentar os impasses contemporâneos de todas as opressões do capitalismo exploratório e patriarcal que recaem sobre elas, que são as principais protagonistas na luta pela preservação da vida de seus companheiros e filhos, também oprimidos e perseguidos por mecanismos estruturais de exploração classistas e racistas.

Dentre as limitações do estudo, podemos apontar que não acessamos pessoas fora do circuito das políticas socioassistenciais, o que nos faz supor que existem mulheres excluídas do PBF que provavelmente vivenciem maiores contextos de privação socioeconômica e poderiam trazer novos elementos de análise. É possível também que a vinculação da entrevistadora ao CRAS tenha sido um operador sutil que influenciou o conteúdo das falas, seja impulsionando ou inibindo determinados conteúdos. Por outro lado, ressaltamos que não existe neutralidade em pesquisa qualitativa, toda pesquisadora

parte de um lugar, dessa forma, essa subjetividade também deve material de análise, o que fizemos ao abordar o medo da pesquisadora ao caminhar por certos territórios desconhecidos. Um último fator limitante foi o caráter de único encontro devido aos riscos do vírus da Covid-19, o que nos trouxe menor aprofundamento dos elementos discutidos nas entrevistas. Essa questão pode ser superada em futuras pesquisas em um momento em que os encontros presenciais não tragam dolo à vida. Enfatizamos também as potencialidades como o suporte da equipe do CRAS Jabuti, que aprovou rapidamente a pesquisa, ofereceu o espaço como suporte e permitiu o contato da pesquisadora com as usuárias.

Esperamos, por fim, que as informações e análises dessa dissertação produzam questionamentos sobre os conceitos de pobreza subjacentes ao PBF para fortalecer ainda mais essa política. Por isso, trouxemos elementos sobre como as mulheres percebem os impasses do PBF em suas vidas como forma de ampliar as discussões para que esse benefício persista, se como um instrumento fundamental de luta contra a pobreza, a favor da igualdade de gênero e da valorização da maternidade como potência de vida dentro do tecido social. Apontamos a importância de que as políticas públicas cooperem ativamente no suporte às dinâmicas de cuidado assumidos historicamente pelas mulheres, que são muito mais do que ferramentas, mas pessoas completas, fontes de ação e desejos próprios, com suas vidas a serem vividas com dignidade e proteção social a todo momento de que precisem.

É necessário apontar em direção a um horizonte de esperança em defesa da vida das mulheres, livre da fome, do analfabetismo, do desemprego e de governos antipopulares. Elas, não apenas as crianças, devem ter espaços e todo apoio para que aprendam a ler, tenham tempo de ócio, acesso a água, alimentos e cuidados em saúde junto a tecnologias que facilitem o cotidiano e a espaços compartilhados de cuidado dos pequenos. Portanto, também devem ter todo o suporte para que rompam o ciclo de pobreza intergeracional das mães, irmãs, sogras, noras e delas próprias em definitivo, na esperança de que nem suas filhas nem suas netas revivam sofrimento tão enraizado na ancestralidade da memória. Neste sentido, o Programa Bolsa Família pode e deve continuar a ser este elemento que fortalece processos de luta e enfrentamento feminino e rompe ciclos de dor provocadas pela pobreza.



## REFERÊNCIAS

- ACCORSSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/07.pdf>>. Acesso em: 22 de março de 2020.
- ADES, C. A memória partilhada. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 233-244, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642004000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000200012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 de junho de 2020.
- ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde: Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p. Disponível em: <[https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2411/1/ENSP\\_Disserta%c3%a7%a3o\\_Albuquerque\\_Elizabeth\\_Maciel.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2411/1/ENSP_Disserta%c3%a7%a3o_Albuquerque_Elizabeth_Maciel.pdf)>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.
- ANGELIN, P.E.; TRUZZI, O.M.S. Patroas e adolescentes trabalhadoras domésticas relações de trabalho, gênero e classes sociais. **Rev Brasileira de Ciências Sociais**. v.30, n.89, p. 63-76, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/kDKcWHN8WB6tbyZ7vrJ8BLm/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05 de jun. de 2021.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARAÚJO, A. et al (Org). **Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI – mudanças e permanências**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL**. Eusébio, Ce. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/eusebio\\_ce](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/eusebio_ce)>. Acesso em: 17 de maio de 2020.
- ÁVILA, R. P. de; BAGOLIN, I. P; COMIM, F. V. Pobreza extrema e seus tríplices fundamentos: profundidade, persistência e multiplicidade. **Revista de Economia**, Biblioteca digital de periódicos UFPR, ano 36, v. 38, n. 1, p. 167-188. jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/28753>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.
- AZEREDO, V.G.. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 103, p. 576-590. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ytN3F4Y7zJjG7rn5NBbkHdG/?lang=pt>>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

BANDEIRA-DE-MELLO, R.; CUNHA, C. J. C. de A. **Operacionalizando o método da grounded theory nas pesquisas em estratégia: técnicas e procedimentos de análise com apoio do software Atlas/ti**. Anpad, 2003. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3es2003-39.pdf>>. Acesso em: 3 de junho de 2020.

BARBER, S. et al. At the intersection of place, race, and health in Brazil: Residential segregation and cardio-metabolic risk factors in the Brazilian Longitudinal Study of Adult Health (ELSA-Brasil). **Social Science & Medicine**, v. 199, p. 67-76, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277953617303489>>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARREIRA, C. (Org). **Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza**. UNESCO, 1999.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; MENDONÇA, Rosane. **Sobre as utilidades do Cadastro Único**. Textos para discussão 1414. IPEA: 2009. Disponível em <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1414.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1414.pdf)>. Acesso em: 15 de março de 2009.

BARTHOLO, L. Bolsa Família e autonomia feminina: o que nos dizem os estudos qualitativos? **International Policy Center for inclusive growth**. n.32, 2016. Disponível em: <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/50>>. Acesso em: 29 de out. de 2019.

BAUER, W.M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

bell hooks. **Tudo sobre o amor**. Elefante: São Paulo, 2021.

bell hooks. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**, vol. I. São Paulo: Brasiliense: 1996.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORSOI, I.C.P. **O modo de vida dos novos operários: quando o purgatório se torna paraíso**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, M.L.M.; MERCADO, F.J. **Pesquisa Qualitativa dos serviços de saúde**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **Gostos de classe e estilos de vida**. São Paulo: Ártica, 1983, p. 1-41.

BRAGA, G.B.; FIÚZA, A.L.C.; REMOALDO, P.C.A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**: Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 370-396, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/WTrTjjdQCVfVXNdHchQRmgk/abstract/?lang=pt#ModalArticles>>. Acesso em: 29 de set. de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019b. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 21 de março de 2020.

BRASIL. Convenção Sobre os Direitos da Criança. **Decreto no 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 1990. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)>. Acesso em: 05 de jun. de 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2007. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206135&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.135%2C%20DE%2026,que%20lhe%20confere%20o%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206135&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.135%2C%20DE%2026,que%20lhe%20confere%20o%20art.)>. Acesso em: 29 de jan de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007**. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2007. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm)>. Acesso em: 29 de jan. de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008**. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2008. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm)>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil: seção 1, Rio de Janeiro, DF, ano 82, n. 184, p. 11937-11984, 9 ago. 1943. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)> Acesso em: 06 de jun. de 2021.

BRASIL. **Emenda constitucional N° 103**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília: 2019a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/31727296/publicacao/31727643>>. Acesso em: 28 de fev. de 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional n° 95**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: 2017a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/540698/publicacao/15655553>>. Acesso em: 27 de fev. de 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm)>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei n° 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso em: 21 de março de 2020.

BRASIL. **Lei n° 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília: 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080)>. Acesso em: 21 de março de 2020.

BRASIL. **Lei n° 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2011. Brasília, DF. Disponível em: <[www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis/arquivos/lei-08-742-07-12-1993-loas-consolidada-lei-12-470\\_2011.pdf/download+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis/arquivos/lei-08-742-07-12-1993-loas-consolidada-lei-12-470_2011.pdf/download+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 21 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Bolsa Família**. Distrito Federal: 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Manual do entrevistador**: cadastro único para programas sociais. 4 ed. Distrito Federal: 2017b. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro\\_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%2013042017.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%2013042017.pdf)>. Acesso em: 25 de maio de 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em:

<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf)>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

BRASIL. Secretaria especial do desenvolvimento social. **Programa Bolsa Família: Como funciona**. Distrito Federal: 2015b. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/como-funciona>>. Acesso em: 15 de março de 2020.

BRASIL. Secretaria especial do desenvolvimento social. **Programas que atendem aos inscritos**. Distrito Federal: 2015a. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/programas-e-beneficios>>. Acesso em: 15 de março de 2020.

BRITES, J. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. Tese de doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/711/1/JuremaBrites.pdf>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

BRITES, J. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. **Campos Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 3, p. 65-82, 2003. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1588>>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.

CARNELOSSI, B.C.N.; BERNARDES, M.E.M. A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise crítica do programa Bolsa Família. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, 285-313, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n1p285>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

CASSINI, L.A. A concepção de pobreza subjacente ao programa Bolsa Família: rumo à construção da cidadania? **Emancipação**, Ponta Grossa, n. 14, V.2. P. 277-285, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>. Acesso em: 13 de abril de 2019.

CASTEL, R. **Desigualdade e questão social**. São Paulo: Educ; Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. **Estudos sobreseguros**. Escola Nacional de Seguros, n. 37, 2018. Disponível em <[https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32\\_1.pdf](https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf)>. Acesso em 13 de maio de 2020.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de saúde. **IntegraSUS**. Indicadores de Corona Vírus. Ceará: 2020a. Disponível em: <<https://indicadores.integrasus.saude.ce.gov.br/indicadores/indicadores-coronavirus>>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de segurança pública. **Organograma Estadual**. Ceará, 2020b. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/organograma/aesp/>>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Santiago: Nações Unidas, 2021. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/S2000967\\_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/S2000967_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R.; PASINATO, W. Participação No Mercado de Trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil. **Texto para discussão**. 2501. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2501.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2501.pdf)>. Acesso em: 21 de março de 2020.

CERQUEIRA, M. B. **Pobres e Pobreza: metamorfoses e fabulações**. Revista de Políticas Públicas, v. 13, n. 2, p. 195-201, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/26/14>>. Acesso em: 06 de jun de 2021.

CHAUÍ, M. Apresentação: Os Trabalhos da Memória. In Bosi, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo, EDUSP, 1994.

ELÍVIA CAMURÇA CIDADECIDADE, E.C. **Juventude em condições de pobreza: modos de vida e fatalismo**, 2012. 163f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6812>>. Acesso em: 06 de jun de 2021.

COHN, Amélia. Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 85). Disponível em:

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2005. (Texto para discussão, n. 1137). Disponível em. Acesso em: 03 de fevereiro de 2019.

COSTA, L. C. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

CUMMINS, R. A. Personal income and subjective well-being: A review. Social Indicators Research. **Journal of Happiness Studies**, Kluwer Academic Publishers, v. 133, n 1, p.133–158, 2000. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1010079728426#citeas>>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

CUNHA, A M. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. **História**, São Paulo, v.25, n.1, p. 226-247. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/K67Nm9PrNyzpXYg5HKLBHbP/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 06 de jun de 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DETONI, P. P.; MACHADO, P. S.; NARDI, H. C. “Em nome da mãe”: performatividades e feminizações em um CRAS. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 26, n.1, p.1-17, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2018000100210&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100210&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 de março de 2021.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017.

ESTANISLAU, A., et al. Apoio social: modo de enfrentamento às vivências de humilhação e de vergonha em contextos de pobreza. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.13, p. 1-17, 2018. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n2/03.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

EUSÉBIO. Prefeitura Municipal Do Eusébio. **Eusébio: o novo oásis social e econômico do Ceará**. s/d. Acesso em 03 de junho de 2020. Disponível em <<http://eusebio.ce.gov.br/prefeitura/#:~:text=Eus%C3%A9bio%3A%20o%20novo%20o%C3%A1sis%20social%20e%20econ%C3%B4mico%20do%20Cear%C3%A1,e%20pe la%20Rodovia%20CE%2D040.>>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

FAGNANI, E. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 308, p.1-20, 2017. Disponível em <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3537/TD308.pdf>>. Acesso em: 09 de julho de 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FISCAIS SOFREM ataques ao reprimir aglomerações em bares do Rio; veja flagrantes. <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/07/05/fiscais-sofrem-ataques-ao-reprimir-aglomeracoes-em-bares-do-rio-veja-flagrantes.ghtml>>. **Globo**, Rio de Janeiro, 05 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/07/05/fiscais-sofrem-ataques-ao-reprimir-aglomeracoes-em-bares-do-rio-veja-flagrantes.ghtml>>. Acesso em: 28 de jul. de 2020.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e astúcia da história. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 25-48

FRASER, N. **Por trás do laboratório secreto de Marx: por uma concepção expandida do capitalismo**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 704-728, 2015. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/15431>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Fronteira, 2009

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W. GASKELL, G (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. 4 Ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos. 2004.

GOODMAN, L. Snowball Sampling. *Annals of Mathematical Statistics*, v.32, n. 148-170, 1961. Disponível em: <<https://projecteuclid.org/journals/annals-of-mathematical-statistics/volume-32/issue-1/Snowball-Sampling/10.1214/aoms/1177705148.full>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

GTA Agenda 2030. Nações Unidas. **Relatório Luz da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável**. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2017/10/relatorio-luz-completo.pdf>>. Acesso em: 9 de julho de 2018.  
<<http://www.forumnacional.org.br/publi/ep/EP0085.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Características Adicionais do Mercado de Trabalho. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101694\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101694_informativo.pdf)>. Acesso em: 05 de janeiro de 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>>. Acesso em: 28 de fev de 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os efeitos do Programa Bolsa família sobre a pobreza e a desigualdade**: um balanço dos primeiros quinze anos. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34948&Itemid=444](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34948&Itemid=444)>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

IPEA– INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Brasília: Rio de Janeiro: 2019. Disponível em <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2528.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf)>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1960.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M.W.;



GASKELL, G (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

LA TAILLE, Y. J. J. M. R. de. **Vergonha, a ferida moral**. Universidade de São Paulo: 2002.

LAVINAS, L. Universalizando direitos. **Observatório da cidadania – relatório 2004**. Rio de Janeiro: Obercid, 2004. Disponível em <<http://www.socialwatch.org/node/11119>>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 6, n.10, p. 31-56, 2012. Disponível em <[https://www.ipc-undp.org/pub/port/PRB57PT\\_Bolsa\\_Familia\\_e\\_autonomia\\_feminina.pdf](https://www.ipc-undp.org/pub/port/PRB57PT_Bolsa_Familia_e_autonomia_feminina.pdf)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

MADEIRO, C. Com redução de 543 mil benefícios em 1 mês, Bolsa Família tem maior corte da história. **UOL**, 2017. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/11/bolsa-familia-reduz-543-mil-beneficios-em-1-mes-programa-tem-maior-corte-da-historia.htm>>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

MADEIRO, C. Governo corta 158 mil do Bolsa Família em meio a covid-19; 61% são do NE. **UOL**, 2020. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/20/governo-corta-158-mil-do-bolsa-familia-em-meio-ao-covid-19-61-sao-do-ne.htm>>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

MANI, T. Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v.05, n.12, p. 295-334, 2012. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7330>>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

MARIANO, S.A.; SOUSA, M.F. Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.18, p. 147-177, 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n18/2178-4884-rbcpol-18-00147.pdf>>. Acesso em: 23 de março de 2020.

MARINS M.T.A. **Bolsa Família: questões de gênero e moralidades**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

MARTIN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. P.; MELLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: Spink, Mary Jane Paris.; Brigagao,

Jacqueline Isaac Machado; Nascimento Vanda Lucia Vitoriano do; Cordeiro, Mariana Prioli (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 274-294.

MÉLLO, R. P. Em metodologias tenso ativas pesquisam-se agregados em redes heterogêneas. In: LANG, Charles Elias; BERNARDES, Jefferson de Souza; Ribeiro, Maria Auxiliadora; ZANOTTI, Susane Vasconcelos (org.). **Metodologias: pesquisa em saúde, clínica e práticas psicológicas**. Maceió: Edufal, p. 35-59, 2015.

MÉLLO, R.P. **Aparatos de inscrição segundo Latour e Woolgar: Trabalhando com materialidade em documentos**. Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 367-378, nov. 2016. Disponível em: <<https://atheneadigital.net/article/view/v16-n3-mello>>. Acesso em 13 jun. 2019.

MENDES DA SILVA, M. A política de assistência social no contexto no contexto de intensificação do ajuste fiscal: notas ao debate. In: GOUVEIA, R. (Org.). **Assistência social, trabalho e care social: implicações e desafios**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13099/1/RGouveia.pdf>>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/vida.>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf)>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, n. 110, p. 270-287. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgWsh/?lang=pt>>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

MONTEIRO, C. A. et al. Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. **Rev. Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 35-43, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/498.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

MOURA JR, J.F; SARRIERA, J.C. Vergonha e Humilhação Relacionadas com a Estigmatização da Pobreza: Um Estudo Qualitativo. **Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo**, v. 12, n. 2, p. 108-125, 2020. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/344024022\\_Vergonha\\_e\\_Humilhacao\\_Relacionadas\\_com\\_a\\_Estigmatizacao\\_da\\_Pobreza\\_Um\\_Estudo\\_Qualitativo](https://www.researchgate.net/publication/344024022_Vergonha_e_Humilhacao_Relacionadas_com_a_Estigmatizacao_da_Pobreza_Um_Estudo_Qualitativo)>. Acesso em: 06 de jun de 2021.

MOURA JR., J.F. **Pobreza multidimensional e bem-estar pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação**. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 202f. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140913/000991608.pdf?sequence=1>>. Acesso: em 06 de jun de 2021.

NEPOMUCENO, B. B. **Implicações psicossociais da pobreza e suas influências na saúde mental e no apoio social de mulheres em contexto rural**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49253/1/2019\\_tese\\_bbnepomuceno.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49253/1/2019_tese_bbnepomuceno.pdf)>. Acesso em: 02 de janeiro de 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NOGUEIRA, M. L. M. et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082017000200016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 12 de maio de 2020

NUSSBAUM, M.C. **Women and human development: the capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University, 2000.

OLIVEIRA, L. F. B. D.; SOARES, S. S. D. O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: **resultados a partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para discussão, n. 1.814). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1814a.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1814a.pdf)>. Acesso em: 10 de jun de 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS/OMS). Folha informativa–COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 05 de jun de 2021.

ORNELAS, J. Suporte Social: Origens, Conceitos e Áreas de Investigação. **Rev Análise Psicológica**, v.12, n 2-3, p. 333-339, 1994. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/70652982.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2021.

OXFAM Internacional. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. São Paulo, 2020. Disponível em <<https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

PARANÁ, D. **O Filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

PASSOS, L.; WALTENBERG, F. Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação?. **Rev. bras. estud. popul.** São Paulo, v. 33, n. 3, p. 517-539, 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102->

30982016000300517&script=sci\_abstract&tlng=pt> Acesso em: 14 de setembro de 2020.

PINHEIRO-MACHADO. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga do Brasil atual. São Paulo: Planeta Brasil, 2019.

PLAN INTERNACIONAL BRASIL. **Tirando o véu**: Estudo sobre o casamento infantil no Brasil. São Paulo, 2019. Disponível em <https://plan.org.br/wpcontent/uploads/2019/07/Tirando-o-veu-estudo-casamento-infantil-no-brasil-planinternational.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DO EUSÉBIO. Notícias. Disponível em: <http://eusebio.ce.gov.br/noticias/>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

PRETTO, D. **Programa bolsa família**: uma análise dos motivos que levaram ao desligamento de um grupo de beneficiários no município de Santo Ângelo/RS. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <http://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/2843973>. Acesso em: 06 de jun de 2021.

RASELLA, D. et al. **Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality**: a nationwide analysis of Brazilian Municipalities. **Lancet**. n. 382, v. 9886, p. 57-64, 2013. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.383.1748&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

REGO, W.L.; PINZANI, A. **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.

RESENDE, T. Bolsonaro trava Bolsa Família em cidades pobres e fila chega a 1 milhão. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 99, n. 33.185, 10 fev. 2010. Economia & Negócios, p. B1. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/bolsonaro-trava-bolsa-familia-em-cidades-pobres-e-fila-chega-a-1-milhao.shtml>. Acesso em: 11 de março de 2020.

RODRIGUES, H. de C.P. Política de assistência social no Brasil e Programa Bolsa Família: apontamentos críticos. **Trabajo Social Global. Revista de Investigaciones en Intervención social**, v. 5, n.8, p. 3-25, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5304722.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2019.

RONZONI, R. dos S.; CORREA, M. P. de O. O novo desenvolvimentismo e os programas de transferência de renda na América Latina: análise do Programa Bolsa Família. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 34-44, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180098>. Acesso em: 23 de março de 2020.

ROSSI, Marina. Governo Bolsonaro não explica tamanho real da fila do Bolsa Família. **El País**, São Paulo, 31 jan. 2020. Mercado, p. 0-10. Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-31/governo-bolsonaro-nao-explica-tamanho-real-da-fila-do-bolsa-familia.html>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

ROVAI, Renato. Golpe 2016. São Paulo: Publisher Brasil, 2016.

SADE, C. et al. O uso da entrevista na pesquisa-intervenção participativa em saúde mental: o dispositivo GAM como entrevista coletiva. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2813-2824, Out. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n10/v18n10a06.pdf>>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

SAFFIOTI, H. Violência de gênero no Brasil atual. **Rev Estudos Feministas**. nº especial/2º sem./94 - Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec, 1994. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/297>>. Acesso em: 28 de fev. de 2021.

SANTOS, M. C. M. dos. et al. A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro. v. 48, n. 6, 2014.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rap/a/L58vw3z5s4sqyZtGPdXwDrL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada.

In: BONACCHI, G.; GROPPI, A. (Org.). **O dilema da cidadania**. São Paulo: Unesp, 1995

SARAMAGO, J. [Depoimento]. In **JANELA da alma**. Direção: Walter Carvalho e João Jardim. [S.l.]: Copacabana Filmes, 2001. 1 DVD (73 min.), color., legendado. (fragmento –45:50). Disponível em

<<https://www.youtube.com/watch?v=4F87sHz6y4s>>. Acesso em 03 de junho de 2020.

SARTOR, A.; SIRACUSA, M.; NEVES, P. Emprego doméstico: mediações na conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: ARAUJO et al. **Gênero, família e trabalho no Brasil**: mudanças e permanências. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: B. B. SAWAIA (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 97-118.

SEIBEL, E.; OLIVEIRA, H. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n.39, p. 135-145, abr. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/17989>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMMEL, G. **Les pauvres**. (3ª ed.) França: Quadrige/Presses Universitaires de France, 2008

SIQUEIRA, L. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, V. Políticas Públicas para igualdade: papel do Estado e Diretrizes. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo, 2004. p. 113-126. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. da S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-126, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n2/14.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

VIGOTSKI, L.S. Pensamento e palavra. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes: 2001.

WALTER, S.A; BACH, T.T. Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: inovando o processo de análise de conteúdo por meio do atlas.ti. **Administração: ensino e pesquisa** rio de janeiro v. 16 no 2 p. 275–308 abr mai jun 2015. Disponível em <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/236>>. Acesso em 06 de jun. de 2021.

XIMENES, V.M.; NEMOPUCENO, B.B.; CIDADE, E.C. Pobreza: um problema para a psicologia comunitária?. In: XIMENES, V.M. et al. **Psicologia comunitária no mundo atual**: desafios, limites e fazeres. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

XIMENES, V; GÓIS, C.W. Psicologia Comunitária – uma práxis libertadora latino-americana. In: Guzzo, R; LACERDA JR. F. **Psicologia e sociedade**: interfaces no debate da questão social. Campinas: Alinea Editora, 2010. p. 45-64.

ZAVALETA, D. R. The Ability to go about without shame: a proposal for internationally comparable indicators. **Oxford Development Studies**, v. 35, n. 4, p. 405-430, 2007. Disponível em: <<https://ophi.org.uk/working-paper-number-03/>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ZEELLENBERG, M.; PIETERS, R. A Theory of Regret Regulation 1.0. **Journal of Consumer Psychology**, v. 17, n. 1, p. 3–18, jan. 2007. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1057740807700037>>. Acesso em: 20 de março de 2021.

ZELINGER, Viviana. **La signification sociale de l' argent**. Paris: Seuil, 2005.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Pergunta de partida:** “Conte-me um pouco da sua história, desde que você conheceu o PBF até os dias atuais”

1. **Modos de vidas:** família, estudo, trabalho, contexto social, lugar de moradia,
2. **Pobreza:** Contextos de privações. Processos de opressão (vergonha, humilhação, fatalismo, estigma, subalternidade), processos de enfrentamento.
3. **Programa Bolsa Família:** Significados do PBF para a beneficiária. Compreender de como era a vida antes, durante e após a exclusão. Percepção da própria vida. Facilidades e desafios em ser beneficiária,
4. **Gênero:** Maternidade, relações amorosas, responsabilidades, obrigações, prazeres, dificuldades, facilidades

## **APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

Você está convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Vivências de gênero e pobreza de ex-beneficiárias do Programa Bolsa Família” que tem por objetivo geral compreender as implicações psicossociais do PBF em mulheres, a partir das histórias de vida das mulheres que já tiveram o Programa Bolsa Família. A finalidade desse trabalho é contribuir com informações que auxiliem na avaliação do impacto que a entrada, a vivência e a saída tem na vida das mulheres que já se beneficiaram do PBF.

Vou solicitar que você me conte um pouco da sua história, desde que você conheceu o PBF até os dias atuais. Sua fala será gravada e você poderá contar sua história em qualquer lugar que se sinta à vontade. Também não se sinta preocupado com o tempo, pois você pode falar de forma livre sem uma duração delimitada. Quando você se sentir a vontade, poderá acrescentar algo que considere importante e que não lhe foi perguntado. Esta participação não pretende atrapalhar suas atividades rotineiras. Você pode obter benefícios, pois, quando você conta sua história, pode notar algumas coisas que não tinha percebido em sua vida. Também, pode perceber de forma diferente algum acontecimento que viveu. Você pode desistir de participar em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, você pode pedir informações sobre a pesquisa diretamente a mim, psicóloga Renata Cristina Façanha de Meneses (CRP:1108/408) pelo telefone/WhatsApp (85) 997156487 (pode fazer ligações a cobrar caso necessário). A participação na pesquisa não traz complicações legais e nem envolve pagamento. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade. Para maiores informações, a senhora pode entrar em contato com o COMEPE (Comitê de Ética em Pesquisa) através do telefone 3366-8338.

No caso específico de sua participação, a pesquisadora fará uma entrevista, onde serão feitas algumas perguntas em que poderá responder de forma livre. Não há respostas certas ou erradas e não haverá identificação do seu nome. O objetivo desta entrevista é conhecer um pouco sua história dentro do Programa Bolsa Família. Não haverá retorno financeiro pela sua participação.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. As informações obtidas, as gravações dos relatos de pesquisa serão identificadas com um código, e não com seu nome. Apenas eu e minha orientadora teremos acesso e conhecimento dos dados. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento



de forma livre você possa participar desta pesquisa. Portanto preencha os itens que seguem.

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O \_\_\_\_\_ abaixo assinado \_\_\_\_\_, anos, RG: \_\_\_\_\_, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa.

Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Eusébio, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** VIVÊNCIAS DE GÊNERO E POBREZAS DE EX-BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

**Pesquisador:** Renata Cristina Façanha de Meneses

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 36768920.9.0000.5054

**Instituição Proponente:** Departamento de Psicologia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.278.416

#### Apresentação do Projeto:

As discussões sobre gênero estão relacionadas à pobreza, posto que mulheres não têm as mesmas oportunidades sociais oferecidas aos homens. No caso do Programa Bolsa Família (PBF) é voltado para a família em situação pobreza, elegendo preferencialmente o membro do sexo feminino como responsável. A intersecção entre gênero e pobreza torna este estudo relevante na compreensão dos impactos do PBF na produção de subjetividades e nos modos singulares de vida das beneficiárias. Historicamente, as mulheres vêm se encarregando das atividades de cuidado, que é um trabalho não remunerado, mas indispensável dentro das relações capitalistas de produção. Neste sentido, o PBF oferece oportunidades de emancipação, mas também reforçam lugares de subalternidade através da exclusão daquelas não cumpram o ideal de maternidade previsto na política de condicionalidades que ultrapassem o teto de renda estipulado, o que aponta uma visão de pobreza unidimensional, ou seja, limitado à renda. A partir desta problemática, apresentamos como pergunta de partida "como as mulheres ex-beneficiárias avaliam suas vidas a partir do PBF?". Tem-se como objetivo geral compreender as implicações psicossociais do PBF em mulheres e, como objetivos específicos, descrever os modos de vida das ex beneficiárias do Programa Bolsa Família, analisar os sentidos do Programa Bolsa Família para as beneficiárias excluídas e avaliar os modos de vida a partir dos resultados esperados para PBF. A pesquisa será qualitativa através de entrevistas narrativa de história de vida com mulheres excluídas do PBF por um período

**Endereço:** Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

**Bairro:** Rodolfo Teófilo

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3366-8344

**CEP:** 60.430-275

**E-mail:** comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 4.278.416

mínimo de três anos e residentes nas localidades adscritas ao Centro de Referência e Assistência Social Jabuti, no Eusébio (Ceará). As entrevistas narrativas serão gravadas e também registradas em diário de campo. Para análise dos dados, as entrevistas serão transcritas e analisadas a partir da Análise de Conteúdo com o auxílio do software atlas.ti a partir de categorias pré-definidas.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Compreender as implicações psicossociais do PBF em mulheres;

Objetivo Secundário:

- descrever os modos de vida das ex beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- analisar os sentidos do Programa Bolsa Família para as beneficiárias excluídas;
- avaliar os modos de vida a partir dos resultados esperados para PBF;

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

O projeto indica como risco as mulheres beneficiárias rememorarem intensas vivências de pobreza trazendo a tona emoções fortes dada a situação de vulnerabilidade social das pesquisadas.

Benefícios:

O projeto indica que as pesquisadas podem sentir-se contribuindo com o debate sobre a garantia de direito a partir de suas vivências. Servir como mais um referencial teórico no avanço das pautas de gênero dentro das políticas públicas socioassistenciais.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A metodologia do projeto indica que os registros serão gravados e transcritos em sua literalidade. Os dados produzidos serão analisados a partir da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2008), que se constitui de procedimentos sistemáticos de descrição das falas. Esta técnica é importante para observar os processos de comunicação em diversos contextos, como também para compreender os sentidos das discussões num nível que vai além de uma leitura comum. Para isso, segue-se algumas fases desta técnica de análise que incluem inicialmente a transcrição das respostas encontradas; a organização do material coletado e realização da leitura para obter uma categorização dos dados obtidos; a codificação dos dados obtidos, transformando os dados brutos através de agregações (escolha das categorias) no intuito de atingir uma representação do conteúdo, ou de sua expressão, suscetível de esclarecer as características dos dados coletados; distribuição dos componentes dos dados

**Endereço:** Rua Cel. Nunes de Melo, 1000  
**Bairro:** Rodolfo Teófilo **CEP:** 60.430-275  
**UF:** CE **Município:** FORTALEZA  
**Telefone:** (85)3366-8344 **E-mail:** comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 4.278.416

analisados em categorias, classificando-os por diferenciação e por reagrupamentos em torno de critério previamente, ou não, estabelecidos (BARDIN,2008).Utilizaremos o software Atlas.ti como recurso auxiliar para a realização da técnica de Análise de Conteúdo. Os dados serão analisados e discutidos de acordo com a literatura existente sobre o tema. A metodologia, os objetivos e a análise dos riscos e benefícios do projeto estão em consonância com os princípios a serem observados na execução de pesquisas na área.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória atendem às exigências do Comitê de ética.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não se aplica.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Enviar o relatório final ao concluir a pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1594535.pdf	11/08/2020 10:31:02		Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	apreciacao.pdf	11/08/2020 10:27:06	Renata Cristina Façanha de Meneses	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	concordancialocal.jpg	10/08/2020 16:19:26	Renata Cristina Façanha de Meneses	Aceito
Declaração de concordância	concordancia.pdf	09/08/2020 20:17:04	Renata Cristina Façanha de Meneses	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	09/08/2020 20:11:26	Renata Cristina Façanha de Meneses	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	09/08/2020 20:10:29	Renata Cristina Façanha de Meneses	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	07/08/2020 11:05:24	Renata Cristina Façanha de Meneses	Aceito
Projeto Detalhado	Brochura.pdf	20/07/2020	Renata Cristina	Aceito

**Endereço:** Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

**Bairro:** Rodolfo Teófilo

**CEP:** 60.430-275

**UF:** CE **Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3366-8344

**E-mail:** comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 4.278.416

/ Brochura Investigador	Brochura.pdf	16:11:45	Façanha de Meneses	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	20/07/2020 16:03:37	Renata Cristina Façanha de Meneses	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FORTALEZA, 15 de Setembro de 2020

---

**Assinado por:**  
**FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

**Bairro:** Rodolfo Teófilo

**CEP:** 60.430-275

**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3366-8344

**E-mail:** comepe@ufc.br